

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

**GRUPOS DE PRESSÃO:
TEORIA E PRÁTICA
O CASO FOZ DO IGUAÇU**

Fábio Hauagge do Prado

**Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para
obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.**

FLORIANÓPOLIS

2003

Fábio Hauagge do Prado

**GRUPOS DE PRESSÃO:
TEORIA E PRÁTICA
O CASO FOZ DO IGUAÇU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Engenharia de Produção

Orientador: Prof. Álvaro G. Rojas Lezana, Dr.

FLORIANÓPOLIS

2003

Fábio Hauagge do Prado

**GRUPOS DE PRESSÃO:
TEORIA E PRÁTICA
O CASO FOZ DO IGUAÇU**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de **Mestre em Engenharia de Produção** no **Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção** da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2003.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Álvaro G. Rojas Lezana, Dr.
Orientador

Prof. Néri dos Santos, Dr.

Prof. Carlos Manuel T. Rodrigues, Dr.

DEDICATÓRIA

A DEUS, agradeço pela oportunidade de viver e pela segunda chance dada em Março de 2002.

A família, essência da vida.

Cidade de Foz do Iguaçu, onde escolhi viver e construir minha vida.

Travesseiro e cama, os quais dediquei tão pouco tempo nestes últimos anos, mas que com certeza o tempo do afastamento será recompensado.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Álvaro Guilherme Rojas Lezana, pela orientação durante o processo de realização do Mestrado.

A meus pais, Acir e Rosicler, simplesmente por tudo, e se digo tudo, é tudo.

Ao meu irmão Rodrigo Prado e amigo Prof. Carlos Kossar, que juntos, num triálogo, participaram ativamente do "nascimento" da idéia principal deste trabalho (Cidade Estado).

Aos grandes amigos e colegas de trabalho pelo incentivo e apoio moral.

Ao Prof. Edinaldo Beserra pelas valiosas discursões de concepções.

A advogada Gabriela Damião pelas orientações na área do Direito.

A Prof. Patrícia Liliana Lunovich pela ajuda na construção das características de Foz do Iguaçu.

Aos colegas Ângela Papandréa, Rodrigo Vilar, Andréia Justi e Luciana pela grande colaboração na montagem final deste trabalho.

A ACIFI, entidade e colegas, pelas informações e colaboração.

A Receita Federal, pelas informações e colaboração.

Ao Jornalista William Waack pela fundamental participação no foco final deste trabalho.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição das empresas e nº de funcionários	77
Tabela 2 – Distribuição das empresas por porte x setor e tipo	77
Tabela 3 – Distribuição das empresas por setor e tipo	78
Tabela 4 – Distribuição dos funcionários por porte, tipo e setor das empresas	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das empresas por setor.....	79
Gráfico 2 – Distribuição dos funcionários por setor	79
Gráfico 3 – Distribuição das empresas por tipo.....	79
Gráfico 4 – Distribuição dos funcionários por tipo	79
Gráfico 5 – Distribuição das empresas por natureza.....	79
Gráfico 6 – Distribuição dos funcionários por natureza	79
Gráfico 7 – Distribuição das empresas por porte	80
Gráfico 8 – Distribuição dos funcionários por porte.....	80
Gráfico 9 – Distribuição da força de trabalho	80
Gráfico 10 – Presença da mulher nos setores da economia.....	81
Gráfico 11 – Força de trabalho feminina por função	81
Gráfico 12 – Renda média dos recursos humanos da empresa.....	82
Gráfico 13 – Faturamento anual da empresa.....	82
Gráfico 14 – Residência permanente dos funcionários	83
Gráfico 15 – Meio de transporte mais utilizado para chegar ao trabalho	83
Gráfico 16 – Empresas que utilizam a internet.....	84
Gráfico 17 – Empresas que fazem negócios pela internet	84
Gráfico 18 – Empresa que possui processo informativo	84
Gráfico 19 – Empresa que possui processo automatizado	84

RESUMO

PRADO, Fábio Hauagge do. **Grupos de Pressão: Teoria e Prática. Caso Foz do Iguaçu**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC, 2002. 111f.

O presente trabalho enfoca os grupos de pressão, como exemplo prático, enfoca as dispersões de energia dos seus representantes e da comunidade de Foz do Iguaçu, em relação a uma Área de Exclusão Fiscal e, em relação a necessidade da formação de um novo modelo de grupo de pressão.

A origem do trabalho deu-se a partir da constatação de fatores específicos que caracterizam o Município de Foz do Iguaçu, como exemplo, os que seguem:

- posição geográfica (tríplice fronteira);
- a construção da Usina de Itapu;
- o ciclo de compras no Paraguai (explicitados nos ciclos econômicos);
- a concorrência de Foz com os mercados internacionais (mercados estes com leis e opções comerciais diferenciados – acessíveis aos moradores – como a liberação de cassinos, legislações alfandegárias, etc),

Para o comércio, a concorrência é como se uma cidade fosse dividida em três bairros, porém somente em dois deles com Áreas de Exclusão; inviabilizando o comércio no terceiro bairro, ou seja: Foz do Iguaçu.

Para tanto, busca-se a fundamentação teórica sobre: democracia, opinião pública e grupos de pressão. Analisa-se, em concomitância, informações sobre legislações específicas.

O estudo do Município de Foz do Iguaçu, seus ciclos econômicos, as tentativas de criação de uma Área de Exclusão Fiscal - através de pesquisas como o Censo Econômico, a Pesquisa Sócio-econômica e, pesquisa de alguns grupos - oferece mecanismos para a formação de um novo modelo de *grupo de pressão*.

Palavras-chaves: **Grupo de Pressão, Foz do Iguaçu, Exclusão Fiscal**

ABSTRACT

PRADO, Fábio Hauagge DO. **Pressure Groups: Theory And Practice. Iguaçu Falls Case.** Dissertation (Master Degree in Production Engineering) – Post-graduation in Production Engineering. Florianópolis: UFSC, 2002. 111p.

This research focuses on Pressure Groups; as a practical example, it targets energy dispersions of the representatives and communities in Foz do Iguaçu, considering a Tax Exemption Area and the need to develop a new model on Pressure Groups.

This work was originated out of the ascertainment of specific facts that characterize Foz do Iguaçu's municipality, such as:

- Its geographic position at the triple frontier.
- The construction of Itaipu's Power Plant.
- The Paraguayan shopping cycle (made explicit in the economic cycles).
- Foz's competition with the international markets (these last ones ruled by distinct laws and commercial options made accessible to their inhabitants, such as gambling casino's permits, customs houses legislation, etc).

From a commercial point of view, the trade competition in this case is like a city divided in three boroughs, of which only two of them enjoy Tax-Exemption, what makes trading impracticable on the third one, this is: Foz do Iguaçu.

For this reason, this research seeks a theoretical foundation about democracy, public opinion and motion groups. It also looks for specific legislations information as well.

This study on the town of Foz do Iguaçu, its economic cycles, its attempts to create a Tax-Exemption Area, through Economic Census research, social economics investigation, and specific groups studies, offers mechanisms that may drive the creation of a new model on Pressure Groups.

Key-words: **Pressure Groups, Foz do Iguaçu, Tax-Exemption**

INTRODUÇÃO

As cidades fronteiriças possuem aspectos atípicos das demais cidades, Foz do Iguaçu, mais ainda, por ser uma região de *Tríplice Fronteira*.

“Fronteira trinacional, margeada pelos rios Iguaçu que nos separa da Argentina e Paraná. Terra vermelha, de clima úmido e temperado e que possui fauna e flora riquíssimas, composta por florestas tropicais”. (Lima, 2001, p. 17)

À propósito da fronteira, exemplifica-se: digamos que, a campanha contra a dengue, do lado brasileiro erradicou a doença; porém do lado argentino não realizou a mesma campanha; o mosquito – somente com o vento – poderá voltar para Foz do Iguaçu.

O Paraguai e a Usina Hidroelétrica de Itaipu, a maior do mundo, representa 25% a 90% da geração de energia no Brasil e no Paraguai respectivamente, compõe-se em dois grandes ícones binacionais.

A Argentina, divide o Parque Nacional do Iguaçu, reserva ambiental de grande potencial; e as Cataratas do Iguaçu - a maior do mundo em número de quedas - destaca-se como atração turística principal.

Defini-se o **problema de pesquisa**, como sendo: A instabilidade, histórica, na região econômica. As ações político-econômicas dos países refletem com intensidade e rapidez, e causam danos na sociedade atual e futura.

Exemplifica-se: a Usina Hidrelétrica de Itaipu é um marco na história da região. Além de ser uma obra Binacional e com tamanho faraônico, é a principal geradora de energia do Paraguai, cerca de 90% do consumo, e 25% da energia consumida no Brasil. Seu gigantismo está presente desde sua concepção, sua construção e seu funcionamento. Formou o Lago de Itaipu, trouxe à região um desenvolvimento rápido e um número enorme de trabalhadores.

Em termos específicos, **objetiva-se**:

1. Coletar dados sobre as características e história do Município de Foz do Iguaçu;
2. Levantar as opções de Leis, que podem ser aplicadas em Foz do Iguaçu;
3. Levantar as tentativas de Projetos de Lei apresentadas pelos representantes legais, (grupos de Interesses) e os resultados práticos das ações.
4. Fundamentar as possibilidades legais e morais para formação de um *grupo de pressão*;
5. Propor um foco definido, para um novo caminho de desenvolvimento legal para a região.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

• • •

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE FOZ DO IGUAÇU

Situada no Estado do Paraná, a cidade de Foz do Iguaçu faz fronteira com dois países: Argentina, possuindo a divisa com o Rio Iguaçu e a Ponte da Fraternidade como ligação; e com o Paraguai delimitada pelo Rio Paraná, o Lago de Itaipu tendo a Ponte da Amizade como acesso. (ver anexo I)

“A cidade de Foz do Iguaçu está situada a 25°32’ de latitude e a 54°35’ de longitude no Meridiano de Greenwich e a 173 metros de altitude em relação ao nível do mar, na região sul do Brasil, e a oeste do Estado do Paraná”. (Lima, 2001, p. 17)

A história oficial da região no entorno de Foz do Iguaçu começa a partir de 1542, ano do descobrimento das Cataratas do Iguaçu pela civilização branca. No entanto, pesquisas arqueológicas, realizadas pela Universidade Federal do Paraná situaram em 6.000 a.C. vestígios da mais remota presença humana na região.

Antes da chegada do navegador espanhol Alvar Nuñez “Cabeza de Vaca”, em 1542, a região era toda habitada por índios. A colonização só começou em fins do século XIX, depois de sucessivas disputas entre espanhóis e portugueses pela posse do território.

O aventureiro espanhol Alvar Nuñez “Cabeza de Vaca” viajava com sua Expedição Colonizadora da cidade de Santos para Assunção, no Paraguai, em 31 de janeiro de 1542, quando descobriu as Cataratas do rio Iguaçu.

A região atual de Foz do Iguaçu fora então batizada de Cachoeira de Santa Maria. *Cabeza de Vaca* já era um conquistador experiente: antes de chegar a região ele foi um dos quatro sobreviventes de uma expedição de 300 homens à Flórida e já havia explorado, no Golfo do México, a região que hoje localiza-se a cidade de Houston.

Em 1609 bandeiras conquistadoras e povoadoras garantiram o domínio da região oeste aos brasileiros. Em 1765 foi montado um estabelecimento militar na fronteira com o Paraguai, região que atualmente pertence ao estado do Paraná. Os únicos moradores daquele território até então eram os índios Caingangues, quando em 1881 alguns habitantes civilizados ocuparam local para iniciar a colonização, entre eles os espanhóis Pedro Martins da Silva e Manoel Gonzales.

Em 1888 foi criada uma Comissão Estratégica do Paraná pelo Ministério da Guerra com o objetivo de construir estradas, descobrir a foz do rio Iguaçu e fundar ali uma Colônia Militar, que surgiria em 1889. Neste mesmo ano, o 1º Tenente Antonio da Costa Júnior divulga em editais o início dos trabalhos de fundação da colônia e a concessão de lotes aos interessados, conforme determinava a lei.

Em 20 de julho de 1903 acontece a inauguração do marco brasileiro e argentino na confluência dos rios Paraná e Iguaçu. A Colônia Militar é extinta em 16 de junho de 1912 e o Ministério da Guerra emancipa a colônia, tornando-a um povoamento civil aos cuidados do Governo Estadual do Paraná.

Em 10 de junho de 1914 é fundado o Município de Vila Iguassu, tendo como primeiro prefeito municipal o Coronel Jorge Schimmelpfeng. Após um ano da fundação de Vila Iguassu ocorre a inauguração do primeiro hotel da cidade, o Hotel Brasil, de propriedade de Frederico Engel, na Avenida Brasil, onde hoje encontra-se a agência do banco HSBC Bamerindus.

Em 24 de abril de 1916, Alberto Santos Dumont, o pai da aviação, visita a cidade e fica hospedado no Hotel Brasil. Ao tomar conhecimento que as Cataratas pertenciam a uma propriedade particular, Santos Dumont resolve interceder junto ao Presidente do Estado (como era conhecido o Governador na época). Por causa disso, naquele mesmo ano, o Estado do Paraná declara a área de 1.008 ha ao lado dos Saltos de Santa Maria, na margem direita do rio Iguaçu, como local público para a criação de um povoado e um parque.

A denominação atual da cidade de Foz do Iguaçu só ocorre em 1918, no mesmo ano em que sai a edição do primeiro jornal por Moisés Santiago Bertoni.

“A revolução de 1924, iniciada em São Paulo, de origem militar, desencadeada por jovens oficiais do exército, que ficou conhecida como tenentismo, representou um dos momentos mais ricos da história do Brasil e de Foz do Iguaçu, pelo singelismo e romantismo, porque ela representava mudanças no ranço político de um Brasil arcaico”. (Lima, 2001, p.50)

Em 1935 ocorre a inauguração do primeiro Campo de Pouso de Foz do Iguaçu, onde atualmente funciona o Clube Gresfi. O proprietário Fulgêncio Pereira, que estudou a topografia do local, cedeu o terreno em benefício de uma obra que traria a Foz do Iguaçu o impulso ao progresso e ao desenvolvimento da atividade turística do município.

Em 01 de abril de 1935 foi realizado o pouso inaugural, com um modelo de treinamento biplano de dois lugares, pilotado, vindo da cidade de Campo Grande, Mato Grosso, e pilotado pelo capitão Hortêncio. Em 1938 foi inaugurada a linha internacional Rio de Janeiro-Assunción-Buenos Aires, pela Companhia Pan American Airways, com escala em Foz do Iguaçu, uma vez por semana. Foi por intermédio desses vôos que o município recebeu visitantes ilustres como Walt Disney, Henry Fonda e Grace Moore.

Em 10 de janeiro de 1939, através de Decreto Federal, foi criado o Parque Nacional do Iguaçu, uma das maiores reservas ecológicas do mundo.

Em 1956 ocorre o lançamento da pedra fundamental da Ponte da Amizade, pelos Presidentes Juscelino Kubitschek, do Brasil, e Alfredo Stroessner, do Paraguai. Sua inauguração acontece em 1965. A realização desta ponte, que liga Brasil e Paraguai, e da rodovia federal BR 277, em 1969, unindo Foz do Iguaçu a Curitiba e o Litoral, a região sofre um processo de desenvolvimento acelerado. O comércio torna-se a principal atividade local, apoiado principalmente pela proximidade com a cidade paraguaia de Puerto Presidente Stroessner (atual *Ciudad del Este*).

Outro grande passo rumo ao desenvolvimento da região foi dado em 22 de julho de 1966, com a assinatura da Ata do Iguaçu, pelos chanceleres do Brasil e Paraguai, criando a Itaipu. O documento previa a utilização do potencial hidráulico

do rio Paraná em co-propriedade dos 2 países, desde o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto del Guairá, até a foz do rio Iguaçu.

Devido à importância estratégica da região, Foz do Iguaçu passa a integrar, a partir de 1968, a área de Segurança Nacional.

Segundo Lima (2001), em 20 de outubro de 1978, na presença dos presidentes Ernesto Geisel, do Brasil, e Alfredo Stroessner, do Paraguai, ocorre o desvio do rio Paraná. Com a ajuda de 56 toneladas de explosivos o rio foi deslocado para o canal lateral de desvio, aberto na margem esquerda, com dimensões estimadas em 2 mil metros de comprimento, 150 metros de largura e 90 metros de profundidade.

Em 13 de outubro de 1982, ocorre o fechamento das comportas do canal de desvio da Itaipu para a formação do lago. Em maio do ano seguinte a primeira turbina de Itaipu é acionada, gerando energia ao Paraguai. Naquele mesmo ano inicia-se a construção da ponte Brasil-Argentina, que seria inaugurada em 1985, recebendo o nome de Ponte da Amizade.

Em 17 de novembro de 1986, o Parque Nacional do Iguaçu é tombado pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade. No ano seguinte é inaugurado o Ecomuseu de Itaipu, o primeiro da América Latina, construído em uma área de 1.200 metros quadrados, voltado para as causas ecológicas e o desenvolvimento do meio ambiente.

Com o término da construção da 18ª turbina, os Presidentes Fernando Collor de Mello, do Brasil, e Andrés Rodrigues, do Paraguai, inauguram em 6 de maio de 1991 a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. Desde a construção da Hidrelétrica de Itaipu, na década de 70, a região teve um grande crescimento populacional. Enquanto em 1960, Foz do Iguaçu contava com 28.080 habitantes, em

1970, este número subiu para 33.970 e, passou a ter em 1980, 136.320 habitantes, ou seja, um crescimento de 385%. De acordo com o censo de 2000, Foz do Iguaçu tem hoje uma população estimada em 260 mil habitantes.

Foz do Iguaçu cresceu de 25 mil para 250 habitantes em menos de 30 anos. Porém o contingente de trabalhadores vem diminuindo com a conclusão da obra da Itaipu, os profissionais de posses voltam para suas origens ou buscam novas realizações; já os trabalhadores de baixo poder aquisitivo ficam.

Como o mercado não foi preparado para receber esta demanda o desemprego foi crescendo e colaborou para o crescimento dos bolsões de pobreza ao entorno de Foz. Isso tudo mesmo com o repasse mensal de *royalties* que, desde 1991, já somam mais de U\$ 105 milhões para Foz. Cerca de U\$ 3,5 bilhões para os municípios dos dois países.

As ações político-governamentais dos países têm impacto rápido e direto sobre a economia, como exemplo, o que aconteceu em março de 2002 na região de comércio de exportação e importação da Vila Portes, (quando ocorreu a integração das Aduanas Brasileira e Paraguaia). Tal ação reduziu em até 90% o faturamento das empresas. A redução ocorreu em menos de 48 horas.

Sendo assim, é possível observar os problemas já ocorridos e que ainda ocorrem nos demais países.

Na Argentina, a cidade de *Puerto Iguazú* está praticamente falida desde o início da década de 90, época da paridade cambial entre o Peso e o Dólar, na prática a conversão cambial de um dia para o outro encareceu todos produtos e serviços, provocando uma recessão histórica na cidade onde, segundo o Instituto de pesquisa Consulta, a maioria das empresas faliram, as pessoas e famílias que tinham condições mudaram-se para outras localidades da Argentina. O mercado

hoje está tentando reagir com ações e produtos diferenciados como a existência de Cassino, recentemente reformado e ampliado. Ações de restrição ao comércio brasileiro foram implantadas pelos órgãos federais argentinos, no início de 2001, dificultando a saída de capital e também com a implantação em 2001 de Free Shop, local onde a incidência de impostos sobre mercadorias é menor e atende somente turistas estrangeiros.

Em 2001 o governo paraguaio taxou com mais 10% a importação de produtos brasileiros, trazendo mais recessão ao setor de exportadores de Foz, que é fundamental para a sobrevivência da cidade.

Com a assinatura do Tratado do Mercosul, que incentiva a comercialização de produtos com isenção fiscal entre os países do bloco, e seus acordos começam a ser sentidos como a integração aduaneira que está ocorrendo nos últimos anos, e sem preparo e planejamento para as novas regras a cidade corre o risco de sentir a maior recessão de sua história.

A dependência excessiva da cidade de Foz do Iguaçu com relação as ações do Estado e da União - segundo entidades e órgãos locais - é um fator determinante para o desenvolvimento, ou não, da cidade.

Através de dados como a Receita Orçamentaria do município 1995-2000 (Capítulo 4), onde é apresentada a dependência do estado e da União.

Observando também que além da dependência do Estado/União brasileiros, Foz do Iguaçu faz ainda fronteira com Paraguai e Argentina, onde as cidades vizinhas, segundo as associações comerciais locais, também tem dependência excessiva principalmente o Paraguai. A integração deve ser realizada de maneira integrada, ou seja, pelos três países.

Depois da integração de idéias e a determinação de um foco, assim pode-se especular sobre uma possível formação de um grupo de pressão (interesse) trinacional, que em sua essência tenha como princípio o desenvolvimento integrado da região trinacional, através de um melhor relacionamento.

O Problema é qual a *formação base do grupo de pressão e seu foco*.

Em termos gerais o trabalho visa a elaboração de mecanismos e determinar um foco. Busca-se fundamentar a realização de um empreendimento, a formação de um grupo base, a definição de um foco, para no futuro iniciar-se a formação de um *Grupo de Pressão Trinacional*, tendo como meta um novo modelo legal para o desenvolvimento sustentável da região.

No Paraguai a decadência é mais recente, mas com muita força. Na década de 80 *Ciudad del Este* chegou a comercializar U\$ 12 bilhões, perdendo apenas para Hong Kong e Miami. Muitas empresas abriram suas portas com o sonho do paraíso dos mercadores e aconteceu uma grande migração de estrangeiros, principalmente oriundos dos países árabes e orientais, onde estas comunidades comandavam e comandam a grande maioria do comércio paraguaio. No início da década de 90 a cidade chegou a receber cerca de 3 milhões de pessoas, mas com a abertura comercial iniciada no Brasil pelo governo Collor, e a partir de 1995 com a redução da isenção de impostos sobre mercadorias estrangeiras homologada pelo governo brasileiro de U\$250 para U\$ 150 dólares e um maior rigor na fiscalização da Receita Federal e Polícia Federal a cidade iniciou sua decadência. Quatro Áreas de Livre Comércio foram autorizadas no Paraguai, as quais deverão estar em funcionamento em breve, segundo a Associação Comercial de cidade do Leste.

Por sua peculiaridade, existem tentativas de grupos de interesse e órgãos para aplicação de uma legislação específica, que venha a suprir as diferenças e necessidades do município.

A necessidade de uma ação integrada em torno de uma *nova opção de desenvolvimento para Foz do Iguaçu é urgente*. A história da decadência dos municípios vizinhos de fronteira e a realidade sócio-econômica local são fatos que mostram a necessidade de uma intervenção mais organizada, e com forças *trinacionais unidas*.

Através da história observamos que as tentativas esbarram na falta de integração entre a comunidade e os órgãos representativos em torno de um foco único, para que assim, o *lobby* tenha resultado.

“O Brasil sempre foi um paraíso para os piratas, e Foz do Iguaçu igualmente. No começo foram os portugueses no descobrimento, depois os franceses nos invadem no Norte e Sudeste, holandeses no Nordeste, argentinos e uruguaios no Sul e hoje as multinacionais tomaram conta do país inteiro. O gigante continua a dormir em berço esplêndido. Triste fim de um povo que tudo tem para ser o maior e a mais poderosa nação do Planeta”. (Lima, 2001, p. 29)

Como afirma Bobbio (2000), sobre grupos de interesse ou *grupos de pressão*: a grande função do Estado é, de qualquer forma social; quando os grupos são devidamente apresentados, tudo aparece.

Segundo Lodi (1986), em “Lobby, os Grupos de Pressão”, o primeiro passo para um projeto ter resultado é a definição do mesmo. O que queremos? Qual é o nosso pleito?

1.2. ESTADO – DEMOCRACIA – POVO

O estudo do Tríade: Governo-Democracia-Povo, para analisar a legalidade, possibilidade e forma de implantação de novos modelos de grupos de Pressão. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988: 6) inicia com o seguinte texto:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma fraterna e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, promulgamos sob proteção de Deus, a Constituição da República Federativa do Brasil”.

A definição de Menezes (1999) sobre democracia, tem procedência grega: *demos* = povo, *kratos* = autoridade, significa “*governo do povo, pelo povo e para o povo*”.

Já Bastos (1999), coloca a democracia dividida em três segmentos: Democracia direta: onde o povo exerce a sua vontade integralmente de forma direta, sem qualquer tipo de interferência; democracia semidireta: sistema de governo onde

há representação política, mas no qual o povo pode intervir em alguns casos no campo legislativo; democracia indireta: é a democracia representativa, consiste na expressão da vontade do povo, pela eleição de representantes, quer dizer, o povo não pode exercê-la diretamente, mas por intermédio de seus representantes. Como é sabido, a democracia pode ser exercida diretamente ou por representação.

O filósofo Aristóteles (1998), salienta que não se deve definir a democracia simplesmente como o governo onde a maioria domina. Escreve que não só na democracia, mas em qualquer outra área, a maioria domina.

O pensamento de Maluf (2001), reporta-se à democracia como forma de governo, distingue em três as formas de governo: monarquia (governo de uma só pessoa), aristocracia (governo da minoria) e democracia (governo da maioria). Concluiu o filósofo, pela condenação formal de todas elas, por entender que a forma ideal seria a constitucional ou política, com a intervenção de todo o povo no governo. Tal atitude decorreu do fato que a democracia antiga já era considerada como o governo da maioria, não da totalidade do povo. Efetivamente governavam os cidadãos, nem todas as pessoas possuíam direitos cívicos.

Maluf (2001) pondera que a classificação tríplice de Aristóteles está superada, não sendo mais a democracia colocada como forma de governo.

Perante a moderna ciência do Estado, as formas de governo são duas: Monarquia e República, subdivididas em várias modalidades. No seu conceito extrínseco ou formal, a democracia vem a ser uma modalidade da forma republicana, e intrinsecamente é uma condição comum de qualquer governo, monárquico ou republicano.

Dallari (2001), separa em *direta*, *semidireta* e *representativa* a democracia; no seu entender, o Estado Democrático é aquele em que o próprio povo

governa. Cita o problema de estabelecimento dos meios para que o povo possa externar sua vontade. Sobretudo nos dias atuais, em que as regras são colégios eleitorais numerosíssimos e as decisões de interesse público muito freqüentes, exigindo uma intensa atitude legislativa. É difícil, quase absurdo, pensar na hipótese das constantes manifestações do povo, para que se saiba qual a sua vontade. Entretanto, embora com amplitude reduzida, não desapareceu de todo, a prática de pronunciamento direto do povo, existindo alguns institutos que são classificados como expressões de democracia direta.

Sobre a soberania nacional, Bonavides (2001), afirma que a Nação surge como depositária única e exclusiva da autoridade soberana, cuja imagem do indivíduo titular de uma parte da soberania cede lugar à concepção de uma pessoa privilegiadamente soberana. Povo e a nação formam uma só identidade, como um ser novo, distinto e abstratamente personificado, dotado de vontade própria, superior às vontades individuais que a compõem, onde a Nação, após constituída, se apresenta nesta doutrina como um corpo político vivo, real, atuante, que detém a soberania e a exerce através de seus representantes.

Entende Touraine (1996) que, se um governo democrático deve representar os interesses da maioria, é antes de tudo, a expressão das classes mais numerosas, que se define em favor de seu elo com os interesses das categorias populares. Além de serem as mais numerosas, são as mais dependentes das decisões tomadas pela elite.

O pensamento de Bobbio, Matticci e Pasquino (2000, p. 27), sobre teoria da democracia, na qual se confluem três tradições históricas:

“A Teoria Clássica, governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania - a Teoria Medieval, de origem romana, apoiada na soberania popular - e a Teoria Moderna, conhecida como Teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes, “monarquias” mas lembra também que um exame do debate contemporâneo em torno do conceito e do valor da Democracia não pode prescindir de uma referência, ainda que rápida, à Tradição.”

Sobre mobilização e democratização Touraine (1996, p. 54) coloca:

“Quais são os agentes de passagem para o desenvolvimento auto-sustentado e para a democracia? Podemos apontar três respostas. Para a primeira, próximas das idéias capitalistas clássicas, o essencial é combinar a abertura dos mercados com o espírito de empresa. Para segunda, o desenvolvimento resulta de uma vontade e mobilização coletivas, em geral, animadas pelo Estado; para a última, é a abertura do sistema político que desempenha o papel principal, impedindo a dissociação entre dirigentes e subordinados, e impondo as necessidades fundamentais da coletividade aos interesses privados cujo triunfo acarretaria crises ou rupturas sociais. A idéia de democracia perderia uma parte de seu conteúdo se não nos colocássemos do lado da terceira tese que corresponde à experiência dos países que foram os centros principais do desenvolvimento econômico ocidental, ou seja, os Países Baixos e Grã-Bretanha, e depois os Estados Unidos”.

Touraine (1996), lembra que nas situações de crise, assistimos a uma destruição das relações sociais, dos conflitos e movimentos sociais e a sua substituição pela defesa de interesses puramente privados, e por uma relação global ao Estado, do qual tudo se espera ou que é rejeitado completamente. Quando os adversários não podem enfrentar-se em terreno sólido, em particular, quando já não

conseguem debater a respeito da partilha dos bens adquiridos, as forças sociais se decompõem; os partidos ou sindicatos ficam enfraquecidos: uma parte dos cidadãos fica na apatia ou fecha-se na proteção de seus interesses imediatos, enquanto outra parte coloca a confiança em um líder que, segundo a análise clássica de Freud, estabelece um elo pessoal direto com cada membro da multidão desestruturada; além disso, determinadas minorias revoltam-se e retiram-se da vida pública.

Na democracia as responsabilidades e ações entre o poder e a sociedade são contínuas, como citam Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000, p. 37), sobre as relações:

“A discussão das relações entre grupo de pressão e democracia pode ser enfrentada de duas maneiras: antes de tudo, analisando se a atividade dos grupos de pressão é possível apenas nos sistemas democráticos, e em segundo lugar, procurando avaliar o seu papel dentro dos sistemas democráticos para saber se eles representam uma degeneração destes sistemas ou se não desenvolvem funções úteis à manutenção e adaptação, em que condições e com que riscos”.

1.3. OPINIÃO PÚBLICA

A opinião pública é analisada principalmente devido à 2 fatores (que segundo entidades e órgãos locais, mais interferem no desenvolvimento da região:

- O que queremos qual é o nosso pleito?
- A imagem negativa da região fronteira trinacional frente a opinião pública nacional e internacional.

Sobre a opinião pública Saad (1992, p. 17), coloca que:

“Opinião pública é o produto final agregado dos impactos individuais de imagens sobre determinado conjunto social. A opinião coletiva desse grupo condiciona a atitude e determina o comportamento dos indivíduos que o compõem. Torna aceitáveis certos padrões e inaceitáveis outros”.

Bobbio et. alli. (2000), define opinião pública como a opinião relativa aos atos públicos, isto é, aos atos próprios do poder público que é por excelência o poder exercido pelos supremos órgãos decisórios do Estado e que depende da maior ou menor oferta ao público, entendida esta exatamente como visibilidade, acessibilidade, e portanto controlabilidade dos atos de quem detém o supremo poder e ainda coloca com duplo sentido a opinião pública, o primeiro sobre a sua formação que para ele não é privada pois nasce do debate público e o segundo seu objeto, ou seja a coisa pública.

Como *opinião* é sempre discutível, muda com o tempo e permite a discordância, na realidade, ela diferencia juízos de valor de juízos de fato, próprio da ciência e dos entendidos. Enquanto pública, isto é, pertencente ao âmbito ou ao universo político, conviria falar de opiniões no plural, já que nesse universo não há espaço apenas para uma verdade política, para uma epistemocracia. A opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião, por ser doxa e não episteme; mas, na medida que se forma e fortalece no debate, expressa uma atitude racional, crítica e bem informada.

Habermas (1984, p. 23) descreve sobre opinião pública:

”opinion” assume em inglês e francês o sentido nada complicado do termo latino opinio, a opinião, o juízo sem certeza não plenamente demonstrado. A linguagem técnica filosófica corresponde nisso exatamente ao entendimento semântico da linguagem cotidiana. Para nosso contexto, contudo, o outro significado de opinion é mais importante, ou seja, “reputation” a reputação, a consideração, aquilo que se coloca na opinião dos outros. Opinion no sentido de uma concepção incerta, que primeiro teria de passar pelo teste da verdade, liga-se a opinion no sentido de um modo de ver a multidão, questionável no cerne. Nisso, a palavra carrega tão fortemente o tom significacional de opinião coletiva que se tornam dispensáveis, como pleonasmos, todos os atributos que apontam para seu caráter social”.

Com relação à necessidade de visibilidade sobre a questão *opinião pública* Streck e Morais (2001) descrevem que, para constituir-se uma opinião pública nos moldes apontados é imprescindível que dê-se publicidade aos debates e decisões políticos-jurídicos, e sobre a mídia e seu poder, já que colocam vínculos estreitos e unem opinião pública e a sociedade de massas, em particular a sociedade midiática, como uma sociedade dominada por meios de comunicação.

1.4. GRUPOS DE INTERESSE – GRUPOS DE PRESSÃO

Uma das metas é a formação de um grupo de pressão, que visa facilitar e unificar algumas ações município – estado – união dos países na região trinacional.

Maluf (2001), separa em extremos o eixo em que gira a ciência política - o individualismo e o coletivismo - mas entre esses extremos coloca que há uma posição que se diz intermediária, o *grupalismo*.

“A sociedade não se compõem de um todo maciço, nem também de indivíduos isoladamente considerados, mas, sim, de grupos naturais (famílias, sindicatos, corporações, associações civis, associações religiosas, etc), que são unidades integrantes do Estado”. (Maluf, 2001, p. 11)

Sobre Grupos de Interesse, Bobbio (1999, p. 13), cita:

“qualquer grupo que, à base de um ou vários comportamentos de participação, leva adiante certas reivindicações em relação a outros grupos sociais, com o fim de instaurar, manter ou ampliar formas de comportamento que são inerentes às atitudes compartilhadas”.

Alguns autores citam que esta análise seria qualquer pequeno grupo da sociedade, ou seja, que a expressão é muito genérica. Outros autores colocam que estes grupos devem ser observados como de interesse praticamente voltado

somente ao setor econômico, não levando em conta outras áreas como a da religião e cultura.

Já Bastos (1999), coloca que grupos de interesse, são entidades ou diversas ordens ou associações profissionais, e nelas existem como decorrência normal do princípio associativo que engloba o atingimento de múltiplos fins sociais diferentes de influir ou pressionar. Essas atividades também poderão ser exercidas episodicamente, mas não são as razões de ser a existência, que não se exaure com essas finalidades.

Sobre a diferença de grupos de interesse e *grupos de pressão* Bastos (1999) refere-se que ao lado dos grupos de interesse existem outros, surgidos circunstancialmente da confluência sobre certas pessoas físicas ou jurídicas, de propósitos e objetivos que a unificam. Podem, então, passar à ação, atuando conjuntamente, normalmente sem personalidade jurídica, no sentido de obter medidas governamentais que atendam aos seus reclamos. A estes deve-se, de preferência, reservar o nome de *grupos de pressão*.

No Dicionário de Política, Bobbio, Matteuci e Pasquino (2000), afirma-se sobre a expressão *Grupos de Pressão*, que ela indica, ao mesmo tempo, a existência de uma organização formal e a modalidade de ação do próprio grupo em vista da consecução de seus fins: *a pressão é a possibilidade de obter acesso ao poder político, mas a possibilidade de recorrer a sanções negativas (punições) ou positivas (prêmios), a fim de assegurar a determinação imperativa dos valores sociais através do poder político*. Coloca também a diferença entre *Grupos de Pressão* e Partidos Políticos: os *grupos de pressão* surgem esforçando-se em fazer frente a um problema imediato, na base de um só interesse, e depois se transformam para prestar serviços necessários a seus associados, enquanto os

partidos, já no momento de sua constituição, se colocam como representantes de muitos interesses.

Nas sociedades modernas, segundo Fernandes (2001), os indivíduos isoladamente não conseguem expressar os seus interesses e necessidades, e fazer chegar ao centro de decisões suas aspirações. Por isso há a necessidade da formação de grupos. Em função dos interesses materiais ou morais existentes. E os *grupos de interesse* procuram os seus fins de acordo com a lei vigente, atuando apenas na esfera privada.

Os *grupos de pressão* são associações que exercem uma pressão sobre os poderes públicos, para que as decisões destes sejam favoráveis à realização de seus interesses e aspirações: exercem *pressão sobre os governantes* para que modifiquem a lei em benefício de seus interesses, sem pretenderem conquistar o poder político. Bastos descreve os *grupos de pressão* como fenômeno:

“Tal fenômeno é a repercussão natural dos fundamentos em que se alicerçam as sociedades democráticas do Ocidente. Na medida em que se consagram o direito de união e associação, o de expressão de pensamento, o de petição e outros, é natural que num dado momento se cristalizem interesses em determinados organismos que vão procurar fazer vingá-los exercendo pressão ou influência sobre quem exerça poder dentro do Estado. Esta a razão pela qual os destinatários principais da ação desses grupos são os órgãos governamentais: o Executivo, o Legislativo e, em menor escala, o próprio judiciário”. (Bastos, 1999, p. 41)

Na formulação de Bobbio (2000), *grupos de pressão* tentam provocar o rompimento do predomínio das disciplinas jurídicas e parafilosóficas, no estudo dos fenômenos políticos e propor uma análise descritiva e empírica – embora apenas dentro de um critério restrito. Sua afirmação é compreensível, já que a grande função do estudo, é a *análise destes grupos*. Quando os grupos são devidamente apresentados, *tudo* é apresentado.

Sobre as vantagens e desvantagens dos *grupos de pressão* Bastos (1999), coloca como principais vantagens a informação muito útil ao parlamento, devido a falta de infra-estrutura dos órgãos legislativos, em segundo lugar a expressão dos interesses que muitas vezes passa despercebido pelo parlamento. Outro fator é a “dilucidação” pelo diálogo, de aspectos técnicos controvertidos, e por último o reforço de outras entidades.

Sobre as desvantagens, a primeira é o fato dos *grupos de pressão* estarem voltados a pressão de *interesses específicos, colocando-os acima dos interesses da sociedade como um todo*. O perigo de atuação, independente, com relação aos órgãos públicos, e a clareza dos meios utilizados e a influência dos meios de comunicação.

E por fim o direcionamento a interesses de maior poder econômico, ou organização.

Lobby para Bobbio (2000, p. 64), é:

“uma transmissão de mensagens do grupo de pressão aos decision-makers, por meio de representantes especializados, (legalizados, como nos EUA, ou não) que podem ou não fazer uso da ameaça de sanções.”

Já Lodi (1986), coloca que na prática, o *lobby* é um comportamento tático, disparado a curto prazo, para operações de salvamento ou de encobrimento, do que um comportamento estratégico, planejado, consistente, de longo prazo.

Segundo Bastos (1999), são poucos os países que têm uma regulamentação específica sobre a atuação dos lobbies. Nos Estados Unidos o assunto foi disciplinado por duas leis: uma sobre lobbies internos (oriundos da própria sociedade) e outra sobre estrangeiros.

Bobbio (2000), coloca que as probabilidades de sucesso de um *grupo de pressão* estão diretamente ligadas a disponibilidade de recursos que estão a sua disposição - dimensão da entidade, riqueza, qualidade e amplitude de conhecimentos e a representatividade.

O início de tudo seria a identificação dos interesses, ou pleitos da comunidade, para assim definirmos o projeto. Lodi (1986, p. 53), revela alguns passos para se buscar e construir um *Plano de Lobby*:

“Definição do objeto do lobby:

- ***O que queremos? Qual é o nosso pleito?***
- ***É legal?***
- ***É moral?***
- ***Coincide com a causa pública ou com o interesse da sociedade?***
- ***Coincide com o “discurso” ou ideologia do governo?***
- ***Qual é o nosso poder político de barganha? Qual o atrativo (político, ideológico, econômico, eleitoral) que nosso pleito representa?***
- ***Qual a imagem política de nossa região?***
- ***Quais os nossos pontos fortes e fracos?***
- ***Qual é o poder de barganha de nossos possíveis aliados?”***
(Lodi, 1986, p. 53)

Ainda Lodi (1986, p. 55), lembra que para fazer a Montagem da Estratégia: **“é necessário a identificação dos interesses ou pleitos, definição do Projeto, o quê, ou seja, um foco. Uma união de energias, todas voltadas para um mesmo fim”**.

Para que se possa especular sobre um possível anseio da comunidade, e os reais anseios da maioria sejam fomentados, tanto das elites quanto das classes mais populares, o primeiro passo é a definição de um foco, ou “o quê” e “qual” é a real necessidade da comunidade em questão. Lembra também que o desenvolvimento não é causa, mas a consequência da democracia.

Para uma possível formação ou fusão de grupos já existentes, busca-se uma facilidade, e principalmente um *foco nas ações*. Devido a complexidade da região trinacional, deve-se unificar forças através do planejamento prévio de ações conjuntas e facilidade de comunicação entre a comunidade, o estado e a união dos três países.

1.5. AS LEIS

O presente trabalho usará como exemplo de dispersão de energia de grupos, as tentativas de implantação de uma legislação específica para Foz do Iguaçu, as opções legais (ver anexo 11).

1.5.1. CIDADE-ESTADO

A idéia de cidade-estado aqui desenvolvida é concebida como a transformação de um município em um *ente federativo maior*, ou seja, em um *Estado*. Os Estados-membros são tradicionalmente instituições estruturais de um Estado Federal, caracterizando-se pela autonomia organizacional, governamental e político-administrativa. Porém, diferentemente do território da República Federativa do Brasil, a divisão política-administrativa interna da Federação Brasileira não é imutável. Desta forma, não há como se formar novos Estados partindo de territórios ainda não existentes.

A divisão político-administrativa interna, porém, poderá ser alterada com a constituição de novos *Estados-membros*, pois a estrutura territorial interna não é perpétua.

A Constituição prevê esta possibilidade no §3º, do artigo 18, ao estabelecer que os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexarem-se a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais; mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e Congresso nacional, por lei complementar.

Portanto, são 4 as hipóteses de alterabilidade divisional interna do Território brasileiro:

1. incorporação;
2. subdivisão;
3. desmembramento – anexação;
4. desmembramento – formação.

Para todas essas hipóteses, a Constituição Federal (1988) exige três requisitos:

1. consulta prévia às populações diretamente interessadas, por meio de plebiscito – vedada a possibilidade de realização posterior de consulta das populações diretamente interessadas, por meio de referendo, mesmo que haja previsão da Constituição Federal nesse sentido;
2. oitava das respectivas Assembléias Legislativas dos Estados interessados (CF, artigo 48, VI). Formação meramente opinativa;
3. Lei Complementar Federal específica aprovando a incorporação, subdivisão ou o desmembramento.

Note-se que, se o plebiscito for desfavorável, o procedimento estará encerrado; constituindo, pois, a aprovação das populações diretamente interessadas, verdadeira condição de procedibilidade do processo legislativo da lei complementar. Caso, porém, haja aprovação plebiscitária, o Congresso Nacional, soberanamente decidirá, pela aprovação ou não da lei complementar.

Em síntese, a negativa no plebiscito impede o processo legislativo; enquanto que a concordância dos interessados permite que o projeto de lei complementar seja discutido no Congresso Nacional, sem contudo vinculá-lo, pois esse deverá zelar pelo interesse geral da República Federativa e não somente das populações diretamente interessadas.

DESMEMBRAMENTO

Consiste em separar uma ou mais partes de um *Estado-membro*, sem que ocorra a perda da identidade do ente federativo primitivo. Assim, significa separação de parte do Estado-originário, sem que ele deixe de existir juridicamente

com sua própria personalidade primitiva. O Estado originário será desfalcado de parte de seu território, perdendo, igualmente, parcela de sua população. A parte desmembrada poderá anexar-se a um outro Estado-membro (desmembramento-anexação), quanto então não haverá a criação de um novo ente federativo, mas tão somente alteração de limites territoriais.

BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Construída durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, Brasília foi projetada urbanisticamente por Lúcio Costa e sua arquitetura foi feita por Oscar Niemayer. Inaugurada em 21 de abril de 1960. Brasília detém uma história importante dentro de nosso contexto político-social.

A Constituição Federal (1988) assim determina:

“Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. 1º Brasília é a Capital Federal”.

Trata-se de inovação do legislador de constituinte de 1988, que não mais definiu o Distrito Federal como a Capital, pois esse é o ente administrativo que engloba aquela, ao qual é vedado dividir-se em municípios. Assim, ficam diferenciadas a Capital Federal do País da circunscrição territorial representada na Federação pelo Distrito Federal.

Ressalta-se que foi a 1ª Constituição da República, de 24 de fevereiro de 1891, em seu art. 3º, que expressamente determinou que *“fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal. Efetuada a mudança da capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado”*.

A Lei 2.874, de 19 de setembro de 1956, dispõe sobre a mudança da Capital Federal, e a Lei 5.363, de 30 de novembro de 1967, regula a complementação da mudança de órgãos da Administração Federal para a Capital da União, estipulando-se que necessariamente localizar-se-ão em Brasília o núcleo central da Administração Federal, assim entendidos os órgãos e servidores incumbidos do assessoramento direto da Administração Federal e do assessoramento direto aos Ministros de Estado, coordenação e controle superior das atividades a cargo de cada Ministério.

Estabelece ainda que deverão permanecer em Brasília os Ministros de Estado, os Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, a Chefia e a Agência Central do Serviço Nacional de Informações, o Estado-Maior das Forças Armadas; a Diretoria-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, a Consultoria Geral da República e o Núcleo Central de cada Ministério.

Quanto ao Distrito Federal, a atual Constituição Federal lhe garante a natureza de ente federativo autônomo, em virtude da presença de sua tríplice capacidade de auto-organização, auto governo e auto-administração (CF, arts. 1º, 18, 32, 34), vedando-lhe a possibilidade de subdividir-se em municípios. Dessa forma, não é Estado-membro, nem tampouco município, tendo, porém, em regra,

todas competências legislativas e tributárias reservadas aos Estados e municípios (CF, arts. 32 e 147), executando-se somente a regra prevista no art. 22, XVII, da Constituição Federal, a qual prescreve que:

“compete privativamente à União legislar sobre a organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes”.

Assim, percebe-se que, muitas vezes, o Distrito Federal sofre uma *capitis diminutio*, à revelia das constantes indagações doutrinárias sobre o verdadeiro conceito do Distrito Federal: supermunicípio ou super-estado?

O Distrito Federal se auto-organizará por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição. Igualmente, reger-se-á, pelas suas leis distritais, editadas no exercício de sua competência legislativa (CF, art. 32).

A capacidade de auto governo consubstancia-se na eleição do Governador e do Vice-governador, somente pelo próprio povo do Distrito Federal, observadas as regras do art. 77 da Constituição Federal; bem como de seus próprios Deputados Distritais, componentes do Poder Legislativo Local (Câmara Legislativa); todos para um mandato de quatro anos. Em relação ao Poder judiciário do Distrito Federal, permanece a previsão de que competirá, privativamente (ou seja, pode ser delegado tal poder), à União organizar e mantê-lo, afetando, parcialmente, a autonomia desse ente federado.

Por fim, a capacidade de auto-administração decorre da possibilidade do Distrito Federal exercer suas competências administrativas, legislativas e tributárias constitucionalmente deferidas, sem qualquer ingerência da União (CF, art. 25 - 1º).

1.5.2. ZONA-FRANCA

A Zona Franca é a área de livre comércio de importação, exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento.

A entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca - destinadas ao consumo interno, industrialização, beneficiamento agropecuário, pesca, a estocagem para reexportação, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza - será isenta dos impostos de importação (II), e sobre produtos industrializados (IPI).

Excetuam-se do rol de isenções as armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas, salvo quando a estes, se destinados, exclusivamente, a consumo interno da Zona Franca ou quando produzidos com utilização de matérias-primas da fauna e da flora regionais, em conformidade com processo produtivo básico.

A exportação de mercadorias da Zona Franca para o estrangeiro, qualquer que seja a sua origem, está isenta do imposto de exportação (IE).

As mercadorias de origem estrangeiras, na Zona Franca, quando saírem para comercialização em qualquer ponto do território nacional, ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos de uma importação de exterior, a não ser nos casos de isenção prevista em legislação específica.

As mercadorias produzidas, beneficiadas ou industrializadas na Zona Franca, quando saírem desta para qualquer ponto do território nacional, estarão sujeitas a estas 2 situações:

1. Pagamento do imposto de circulação de mercadorias (ICMS), previsto na legislação em vigor, se não contiverem qualquer parcela de matéria prima ou parte componente importada;
2. Pagamento do imposto de importação sobre as matérias primas ou partes componentes importados, existentes nesse produto, com uma redução percentual da alíquota de importação igual ao percentual do valor adicionado no processo de industrialização local em relação ao custo total da mercadoria.

Estão isentas do imposto sobre produtos industrializados (IPI) todas as mercadorias produzidas na Zona Franca, quer se destinem ao seu consumo interno, quer a comercialização em qualquer ponto do território nacional.

A entrada e saída de mercadorias na Zona Franca independem de licença de importação ou exceção dos casos de pagamento do Imposto de Importação (II) previsto em lei.

Na Zona Franca poderão instalar-se depósitos e agências aduaneiras de outros países na forma de tratados ou notas complementares a tratados de comércio. A remessa de produtos industrializados no país à Zona Franca,

especificamente para serem exportados ao exterior, gozará de todos os incentivos fiscais concedidos à exportação.

O Governo brasileiro, conforme haja sido ou venha a ser pactuado, proporcionará facilidades para a construção ou locação dos entrepostos de depósito franco e instalações conexas.

As isenções tributárias estendem-se, conforme lei ordinária, pelo prazo de 25 ou 30 anos.

MANAUS – AMAZONAS

Manaus foi escolhida estrategicamente para abrigar a Zona Franca, um pólo industrial e comercial criado para impulsionar o desenvolvimento econômico da região Norte. Provavelmente a escolha foi política, numa época de grandes receios em relação à intervenção econômica estrangeira na Amazônia. Assim, a capital do Estado do Amazonas comporta uma área de livre comércio que acabou beneficiando outras cidades do norte brasileiro, que, com regime fiscal especial, recebem produtos da Zona Franca de Manaus para importação ou exportação.

A administração das instalações e serviços da Zona Franca será exercida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), entidade autárquica, com personalidade jurídica e financeira, com sede em Manaus. Por ser uma atividade complexa, a Zona Franca diferencia Manaus das outras cidades do país, pois, através do SUFRAMA, entre outras atividades econômicas e financeiras, serão realizadas as contratações de serviços técnicos ou de natureza especializada, bem como serão aprovadas as compras e alienações de bens imóveis e de bens móveis de Manaus, medidas que interferem diretamente no desenvolvimento político, social e econômico da cidade.

1. 5. 3. ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO - ALC

Constitui uma área de livre comércio de importação e exportação e de regime fiscal especial, com a finalidade de promover o desenvolvimento da região de fronteira e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, de acordo com a política de integração latino-americana.

No entender de Vasquez (2001), a área de livre comércio é uma área demarcada, contínua, cuja finalidade é promover o comércio de importação, exportação, como regime fiscal especial, incentivando o desenvolvimento da região onde for demarcada. Vasquez complementa, explicando que a finalidade é promover o desenvolvimento regional, conforme o espírito da lei.

Neste sentido Ratti (2001), afirma que foram criadas algumas áreas de livre comércio de importação e exportação e de regime fiscal especial em alguns municípios brasileiros, com o objetivo de desenvolver as respectivas regiões. Salaria que a entrada de produtos estrangeiros nessas áreas é feita com suspensão do Imposto de Importação e do IPI, a qual será convertida em isenção quando os produtos se destinarem a determinadas finalidades, especificadas na competente legislação.

Ratti (2001), conclui que a remessa de produtos nacionais para essas áreas é equivalente a exportação.

A entrada de mercadorias estrangeiras nas Áreas de Livre Comercio - ALC's, ocorre com a suspensão do imposto (II) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI), convertido em isenção quando as mercadorias forem destinadas a:

1. Consumo e vendas internas nas Áreas de Livre Comércio;
2. Beneficiamento, em seus territórios, de pescado, pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal;
3. Agropecuária e piscicultura;
4. Instalação e operação de turismo e serviços de qualquer natureza;
5. Estocagem para comercialização no mercado externo;
6. Industrialização de produtos em seu território;
7. Bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo por intermédio da Secretaria da Receita Federal.

Demais mercadorias estrangeiras, inclusive as utilizadas como partes, peças ou insumos de produtos industrializados nas ALC's, gozarão de suspensão do imposto de importação (II) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI), mas, estarão sujeitas a tributação no momento de sua internação.

A compra de mercadorias estrangeiras armazenadas nas ALC's por empresas estabelecidas em qualquer outro ponto do território nacional é considerada, para efeitos administrativos e fiscais, como importação normal. A venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, estabelecidas fora das ALC's, para empresas ali sediadas, é equiparada à exportação.

O Banco Central do Brasil normatiza os procedimentos cambiais aplicáveis às operações da ALC's, cria mecanismos que favoreçam seu comércio exterior.

Sendo assim, as ALC's ficam sob a administração da SUFRAMA, que deverá promover e coordenar suas implantações, aplicando-lhes, no que couber, a legislação pertinente à Zona Franca de Manaus.

A Secretaria da Receita Federal exercerá a vigilância nas ALC's e a repressão ao contrabando e descaminho, sem prejuízo da competência do Departamento da Política Federal.

Atualmente, os 5 municípios citados a seguir, abrigam área de Livre Comércio:

1. Municípios de Brasiléia e Cruzeiro do Sul – ACRE (Lei 8.857/94)
2. Municípios de Macapá e Santana – AMAPÁ (Lei 8.387/91)
3. Municípios de Pacaraima e Bonfim – RORAIMA (Lei 8.256/91)
4. Municípios de Guarajá-Mirim – RONDÔNIA (Lei 8.210/91)
5. Municípios de Tabatinga – AMAZONAS (Lei 7.965/89)

As Áreas de Livre Comércio *não objetivam* criar uma zona franca industrial, a exemplo da Zona Franca de Manaus, que produz para o Brasil inteiro com desoneração de impostos.

Em Foz, a isenção tributária proposta pelo Senhor Osmar Dias, por exemplo, para a bagagem acompanhada dos viajantes residentes no país, é bem mais modesta que a concedida para o mesmo tipo de viajante regresso de Manaus ou das áreas de Livre Comércio amazônicas.

Conforme este projeto, o viajante pode trazer bens de origem estrangeira com valor total que não ultrapasse a US\$ 2 mil.

1. 5. 4. ESTAÇÃO ADUANEIRA DO INTERIOR - EADI

A Estação Aduaneira do Interior – EADI, é um recinto alfandegário secundário, de uso público, implantado em regiões estratégicas do país, com intuito de descongestionar as zonas primárias (portos, aeroportos e fronteiras).

No entendimento da professora Maluf (2001) as EADI's são terminais alfandegários de uso público instalados em regiões onde há expressiva concentração de carga de importação, ou carga destinada à exportação. O funcionamento depende de processo licitatório.

De acordo com Maluf (2001), a EADI destina-se exclusivamente a receber, *sob controle fiscal*, mercadoria importada ou a exportar, podendo executar todos os serviços aduaneiros, incluindo os destinados ao despacho.

Sendo assim, a EADI pode processar o início e o encerramento de trânsito aduaneiro e todo desembaraço de mercadorias, tanto na importação quanto na exportação, de forma ágil e segura.

Na EADI pratica-se regimes comuns e especiais para importação e exportação. A Estação Aduaneira do Interior é dotada de infra-estrutura de armazenagem, movimentação, utilização e desutilização de cargas. Conta com equipes da Secretaria da Receita Federal, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde e estrutura de apoio aos despachantes; além de profissionais de alto nível, aptos a oferecer os recursos técnicos e logísticos, mão-de-obra treinada nos padrões de segurança internacional, oferecendo, assim, um serviço rápido, eficiente, confiável e econômico.

Pressupõe-se o exercício efetivo da competência tributária. Consiste na exclusão, por lei, de determinados fatos da hipótese de incidência tributária.

Os incentivos fiscais praticados na EADI, são uma limitação legal no âmbito de validade da norma jurídica tributária. É a nova configuração que a lei dá a norma jurídica tributária, que passa a ter seu âmbito de abrangência restringida, impedindo assim, que o tributo nasça.

As isenções podem ser transitórias, com prazo certo, tendo seu termo final de existência prefixado na lei que as cria. Podem ser permanentes, com prazos indeterminados e a pessoa política que as concede pode revogá-las, total ou parcialmente, a qualquer tempo, desde que, naturalmente, o faça por meio de lei, respeitado, o princípio da anterioridade (o tributo não pode ser cobrado no mesmo exercício em que haja sido publicada a lei que o institui ou aumentou).

A revogação da isenção, em última análise, consiste em reincluir na hipótese de incidência, ou seja, a criar ou aumentar tributo. Tal revogação poderá ser expressa ou tácita: A revogação *Expressa* caracteriza-se quando a pessoa política declara, simplesmente, que o benefício deixou de existir (“fica revogada a isenção”). A revogação Tácita, é quando cria ou ‘recria’ tributo idêntico àquele que fora objeto de isenção. Também podem ser condicionais (bilaterais ou onerosas, porque exigem uma contraprestação do beneficiário) ou incondicionais (pura e simples). (FONTE: ACIFI)

Só a pessoa que validamente pôde criar, por meio de lei, o tributo, pode criar a isenção, desde que o faça, também, por meio de lei.

Assim, segundo as pesquisas, registradas nesta monografia, lista-se abaixo 7 aspectos pertinentes a lei:

1. só a lei federal pode conceder isenções de tributos federais;
2. só a lei estadual, de tributos estaduais;
3. só a lei municipal, de tributos municipais;
4. só a lei distrital, de tributos distritais.
5. a lei que concede a isenção não está sujeita ao princípio da anterioridade.
6. já existe uma EADI no município de Foz do Iguaçu (ver anexo VII).
7. a isenção do ICMS só pode ser concedida pela forma estabelecida em convênios firmados pelos Estados (CF, 155, §3º).

1.5.5. ENTREPOSTO OU PÓLO DE DISTRIBUIÇÃO

Segundo Ratti (2001), o entreposto é um local determinado, onde são depositadas as mercadorias com suspensão do pagamento dos tributos e sob controle aduaneiro. Tal mercadoria, poderá ser depositada no todo (inteira) ou em parte. Reexportada ou despachada para o consumo interno, mediante o cumprimento das exigências legais e regulamentares.

A professora Maluf (2001), salienta que o regime de entreposto aduaneiro é o que permite, na importação e exportação, o depósito de mercadorias, em local determinado, com suspensão do pagamento de tributos, sob controle fiscal. O regime de entreposto aduaneiro tem como base operacional a unidade de entreposto – de uso público ou de uso privativo – onde as mercadorias ficam depositadas, salvo em caso de embarque direto.

O Entrepasto, é um pólo de distribuição de mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, através de um acordo entre os Estados interessados, transformando o município em um centro de comercialização como atrativo turístico, formando uma barreira à evasão fiscal.

Cumprе ressaltar que já foi assinado um protocolo de intenções entre Foz do Iguaçu e os Estados do Paraná e Amazonas, em 09 de julho de 2001. O entreposto seria um depósito de mercadorias provenientes da Zona Franca de Manaus, como estipulado em lei.

Os bens de capital importados pelas empresas do Distrito Industrial, ao serem vendidos para outras regiões, não mais pagarão impostos como equipamentos novos. Isso facilita a comercialização, vez que o capital de giro será menos e, na medida em que racionalizam o processo de distribuição de mercadorias, as indústrias reduzem custos diretos.

Deve-se fazer um estudo profundo sobre a viabilidade da implantação de um entreposto, como medida de segurança para a economia local, pois as mercadorias devem chegar ao município com preços competitivos.

A logística (*transporte e venda*) é fator determinante na implantação de um entreposto. Vale ressaltar a importância do interesse da iniciativa privada, uma vez que trata-se de operação comercial.

Todavia, os benefícios fiscais são inferiores aos da Zona Franca de Manaus, visto que em Manaus há uma redução de 88% no imposto de importação (II) das peças utilizadas, há total isenção do imposto sobre produtos industrializados e há o redutor do imposto de renda e do ICMS sobre o produto.

Deve-se buscar, principalmente, o desenvolvimento econômico-social, não só o retorno econômico-financeiro.

Os produtos da Zona Franca de Manaus poderão ser armazenados em qualquer Estação Aduaneira Interior - EADI, por exemplo, a recentemente criada em Rezende, no Estado do Rio de Janeiro. Os produtos importados do exterior, quando chegam ao Brasil, podem ficar nas EADI's pelo prazo que for necessário até a sua colocação no mercado doméstico, e somente no momento de sua retirada do local estarão sujeitos ao recolhimento de II, IPI e ICMS.

A suspensão do ICMS está condicionada ao retorno da mercadoria, ainda que simbólica, ao estabelecimento industrial remetente. Se no prazo de 180 dias não ocorrer a remessa de mercadoria, esta deverá recolher o imposto suspenso, atualizado monetariamente.

Para usufruir do benefício, o estabelecimento deverá estar autorizado pelas secretarias de Estado da Fazenda de ambos os Estados e ter contrato de locação de área no armazém geral do município recebedor.

Fica o Estado do Amazonas, autorizado a instalar uma repartição fazendária nas dependências do armazém geral, para administrar a arrecadação do ICMS. As áreas destinadas aos estabelecimentos localizados na Zona Franca de Manaus deverão ser delimitadas pelo armazém geral.

As partes, diante da implantação do pólo, enviarão esforços junto ao Governo Federal, com vistas à obtenção de tratamento igualitário entre as mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus e as importadas do exterior, possibilitando àquelas o direito da utilização do regime de entreposto aduaneiro.

Este é o resumo de algumas leis aplicáveis à Foz do Iguaçu, faz-se necessário tal compreensão para melhor entendimento do *capítulo III, item 3.1. Grupos de Interesse*.

CAPÍTULO II

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

• • •

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO

Com cerca de 260 mil habitantes, Foz do Iguaçu tem uma área total de 433,30 quilômetros quadrados (165,5 km² no setor urbano, 162,2 km² no rural e 106,6 pertencentes ao Parque Nacional do Iguaçu) e localiza-se no extremo Oeste do Paraná, na fronteira com o Paraguai e a Argentina, países dos quais está separada pelos rios Paraná e Iguaçu.

Está 650 quilômetros distante da capital paranaense, Curitiba, e a altitude média varia de 100 metros, no Marco das Três Fronteiras, a 285 metros, no Bairro Três Lagoas.

De clima subtropical úmido, tem verões muito quentes, como temperaturas até acima dos 40 graus e, no inverno, as geadas são pouco freqüentes. A umidade relativa do ar média é de 71,4% e o índice anual de precipitação chega a 1.857 milímetros. O microclima da cidade sofre influência dos rios Paraná e Iguaçu e ainda do Lago de Itaipu (mapas e fotos anexo VIII).

Foz do Iguaçu é uma cidade cosmopolita. Nela vivem povos de 62 das 192 nacionalidades existentes no mundo. Pelas suas ruas circulam árabes, chineses, indianos, bolivianos, marroquinos, armênios, angolanos, japoneses,

coreanos e tantos outros estrangeiros, que ao lado de brasileiros de todos os cantos do país contribuem para fazer de Foz uma cidade de múltiplas personalidades.

A miscelânea de tantos povos que hoje constitui esse mosaico racial foi uma tendência registrada ainda no período de colonização da região. Dos 324 habitantes do então inóspito território, em 1889, 212 eram paraguaios, 95 argentinos, nove brasileiros, cinco franceses, dois espanhóis e um inglês.

Os ciclos econômicos que se sucederam desde o início do século, e a promessa de prosperidade foi atraindo cada vez mais brasileiros e estrangeiros à região. Hoje, as colônias árabe e chinesa são as mais significativas.

2.1.1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Perímetro Urbano:	124 Km ²
Perímetro Rural:	143,29 Km ²
Parque Nacional do Iguaçu:	106,60 Km ²
Área de Itaipu:	16,40 Km ²
Área Lago de Itaipu:	31,71 Km ²

O município localiza-se a 25º 32' 45", de latitude sul e 54º 53' 07", de longitude oeste e localiza-se a 7,5 Km ao norte da foz do rio Iguaçu. Com base em sua configuração topográfica, o município ocupa o extremo oeste do Planalto de Guarapuava (Terceiro Planalto do Paraná), entre os rios Piquiri e Iguaçu, interceptados pelo rio Paraná.

LIMITES

Norte: Itaipulândia

Sul: Argentina

Oeste: Paraguai

Leste: Santa Terezinha de Itaipu / São Miguel do Iguaçu

(FONTE: PMFI)

Parte da área de Foz do Iguaçu é ocupada pelo Parque Nacional do Iguaçu, onde localizam-se as Cataratas. O parque é uma das últimas reservas biológicas do estado, com uma mata subtropical onde há grande diversidade de espécies vegetais e animais. Já nas margens dos rios Paraná e Iguaçu e de seus afluentes, uma floresta tropical de várzea ocupa as partes baixas. Porém, devido às queimas regulares anuais de campos para ampliação da fronteira agrícola, a região de Foz deixou de ser rica em recursos florestais, o que acabou se refletindo na devastação da mata ciliar que protegia os principais mananciais de captação de água do município: os rios Tamanduá, Tamanduazinho e Sanga Funda. Em alguns locais do perímetro urbano, onde a vegetação ainda existe, é esparsa, enquanto nos loteamentos mais antigos chega a ser um problema para a iluminação pública devido à falta de espécies adequadas e um espaçamento correto entre elas.

O município é limitado pelos dois maiores rios do Estado : Paraná e Iguaçu. Seus afluentes formam o sistema de drenagem natural, formando nove microbacias hidrográficas, das quais sete circunscritas ao perímetro municipal. Em escala decrescente de área fazem parte:

- a) Da Bacia do Baixo Iguaçu: rio Tamanduá, córrego Carimã e rio São João;
- b) Da Bacia do Paraná III: rios Almada, M'Boicy, O'Coí, Cuê, Guabiroba e Monjolo.

Os rios Iguaçu e Paraná desempenham, paralelamente, importantes papéis no desenvolvimento municipal e nas limitações físico-institucionais: o rio Iguaçu, pelo elevado interesse turístico; e o Paraná, pelo seu potencial hidrelétrico.

As terras do município, em sua maioria, são de fertilidade elevada, apresentando, no geral, boa aptidão agrícola tanto para culturas manuais como para as mecanizadas. Entre as culturas mecanizadas estão a soja, o trigo e o milho; dentre as manuais, o algodão, a mandioca e o fumo. Destacam-se ainda as culturas de arroz, laranja, limão, cana-de-açúcar e feijão.

As altitudes variam de 100 m no Marco das Três Fronteiras, a 285 m no bairro Três Lagoas. Os terrenos mais altos estão situados junto à BR-277 e a leste do município. As principais encostas, com inclinações superiores a 15%, estão às margens dos rios Paraná e Iguaçu. (FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU - 2000).

2. 1. 2. ASPECTOS AMBIENTAIS

A região de Foz de Iguaçu representa um dos maiores paraísos ecológicos do Brasil, abrigando e conservando uma das maiores reservas naturais do mundo, o Parque Nacional do Iguaçu, declarado em 1986 Patrimônio Natural da Humanidade. Com 185 mil hectares na margem brasileira, o parque tem 420 quilômetros de perímetro, dos quais 280 limítrofes a propriedades agrícolas em vários municípios.

As Cataratas estão localizadas dentro do majestoso Parque Nacional do Iguaçu. Dividindo os territórios brasileiro e argentino, as quedas d'água

representam o mais famoso cartão postal da região e atraem turistas de todo o mundo.

Em 10 de janeiro de 1939, através de Decreto Federal, foi criado o Parque Nacional do Iguaçu, uma das maiores reservas ecológicas do mundo.

Foz do Iguaçu desenvolveu-se próxima à gigantesca cachoeira, local naturalmente e politicamente privilegiado. A palavra “iguazu”, por exemplo, que na etimologia tupi-guarani quer dizer “água grande”, pode ser encontrada em diferentes grafias nos três países: Iguassu, Iguazú ou mesmo Iguaçu.

A rica biodiversidade do parque atrai pesquisadores de todo o mundo. Sua avifauna é composta por mais de 200 espécies, como araras, tucanos, gaviões, beija-flores, jaburus e pintassilgos. Entre eles, destacam-se a arara-canindé e o papagaio-de-peito-roxo, além dos gaviões pega-macaco, o macuco e o pato-mergulhador.

Entre os mamíferos, destaques para a anta, o veado-mateiro, a capivara, o quati e a paca, além dos predadores suçuarana, jaguar e onça-pintada. Entre os ofídios, as cobras venenosas como a coral e a jararaca são bastante comuns.

O Parque Nacional do Iguaçu está mais atrativo para os visitantes – e interativo – desde a conclusão da primeira etapa das obras que mudaram o sistema interno de visitação pública. A meta é dobrar para 1,4 milhão por ano o número de turistas até 2010, com novas opções de lazer e menos agressão ao meio ambiente. A privatização dos serviços no parque também vai dobrar a receita do Ibama. E as mudanças começam na entrada.

O transporte no interior da unidade de conservação passou a ser feita por ônibus especiais. Veículos de turistas têm de ficar num estacionamento ao lado

do Centro de Visitantes (CV), na entrada do parque. Erguido numa área de 108 mil metros quadrados, o CV tem três mil metros de área construída e funciona como uma espécie de terminal rodoviário, onde os turistas embarcam nos ônibus. A organização é tão minuciosa que as Cataratas do Iguaçu S. A (concessionária das obras) tem o controle do número de turistas que estão na reserva.

Esse controle é possível graças às catracas instaladas no Centro de Visitantes, local no qual foram instalados postos médicos, bancário, dos Correios e outros serviços. Uma loja de souvenir montada no interior do edifício oferece objetos típicos do artesanato e peças exclusivas. Mas o Centro de Visitantes não funciona apenas como rodoviária. Ele é responsável pela primeira impressão que os turistas tem do Iguaçu.

Construído em aspecto rústico, com madeira aparente, ali há espaços para a educação ambiental, onde os turistas recebem material impresso sobre a reserva e instruções de conservação. As mudanças mais significativas ocorreram no interior do parque. Bem perto das Cataratas do Iguaçu, por exemplo, ergueu-se o Centro de Convivência Porto Canoas. Com 1.850 metros quadrados de área construída, o complexo dispõe de espaço para educação ambiental. O charme do lugar, no entanto, é o belvedere do restaurante da cozinha internacional. Estendido sobre as margens do Rio Iguaçu, ele permite que os turistas possam almoçar, lanchar ou simplesmente conversar tendo ao fundo a privilegiada visão das águas despencando a uma altura de até 80 metros. A visão das quedas é parcial – já que o belvedere está localizado na parte superior do rio -, mas o agradável barulho das águas e a contemplação do arco-íris são constantes.

A segunda etapa das obras, que deve começar este ano, vai complementar o complexo de visitação turística no interior do parque. O atual

elevador – que oferece uma visão privilegiada das quedas d’água e dá acesso às passarelas – será reformado e ao lado serão construídos outros dois. Próximo dali deve ser feito um novo belvedere, além de novos espaços para circulação de turistas e lojas de souvenir.

2. 2. CICLOS ECONÔMICOS

Ao longo de sua história, Foz do Iguaçu viveu uma série de ciclos econômicos e de desenvolvimento, até chegar à fase atual, em que a cidade está numa região privilegiada em termos do Mercosul - um amplo acordo, principalmente comercial, que uniu Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. No entanto, este relativo privilégio continua dependente de fatores externos variados. A economia da cidade é afetada por qualquer tipo de crise econômica vivida no Brasil, Paraguai e Argentina, além de problemas externos à região.

“No que tange a economia, desde já, pode-se observar que Foz do Iguaçu é dependente de ciclos econômicos, pois desde sua fundação até 1950 passou por 5 ciclos que marcaram a vida econômica da cidade”. (Lima, 2001, p. 59)

A região da tríplice fronteira sempre foi um caso à parte na economia internacional. De início, já se tem um fenômeno de convivência entre povos

diferentes, cada qual com seus costumes e peculiaridades. Economicamente, a região é quase independente de seus respectivos países-sede, mas mantém uma interdependência muito forte. As moedas de cada país circulam livremente e são facilmente trocadas e aceitas em qualquer ponto de venda.

Além do guarani paraguaio, do real brasileiro e do peso argentino, o dólar (que na Argentina até a pouco também era moeda oficial) circula com desenvoltura na região de fronteira e é à base de todos os cálculos cambiais e das cotações, oficiais ou não.

Quando há uma variação cambial num dos países vizinhos, o impacto na fronteira é imediato. Os preços se alteram às vezes radicalmente e o rumo dos negócios se inverte. Há um ano atrás, com sua moeda supervalorizada, os argentinos vinham ao Brasil até para fazer a compra do mês. Com a crise cambial, a queda do peso e o enxugamento do mercado de dólar na Argentina, a situação inverteu-se: os brasileiros são que estão começando a afluir em massa ao outro lado da fronteira, para aproveitar os preços hoje (junho 2002) mais em conta.

Antes mesmo de isso acontecer, os argentinos já vinham tentando atrair os compradores dos países vizinhos, já que desde a indexação da economia do país ao dólar, em 1991, e do Plano Real, no Brasil, a pequena *Puerto Iguazú* quase desapareceu. Empresários privados, em 2001, iniciaram a construção em *Puerto Iguazú* de um *free shop* gigantesco, que agora tem ainda mais chances de incrementar o turismo de compras local. Para o Paraguai, a retomada argentina no setor de compras é uma ameaça à já combalida economia de *Ciudad del Este*.

O governo paraguaio já estuda, inclusive, a criação de zonas francas nas fronteiras do Brasil e da Argentina, uma delas justamente em *Ciudad del Este*, onde já existe uma zona franca não oficializada.

Mas a fronteira não depende apenas das variações do câmbio e das oportunidades que isso oferece aos consumidores. A região é ainda refém de medidas tomadas pelos respectivos governos. Quando o Brasil implantou o Plano Real, em 1994, o fortalecimento da moeda brasileira levou à falência mais da metade das 400 empresas exportadoras que existiam na Vila Portes e Jardim Jupira, em Foz, os dois bairros mais próximos da fronteira com o Paraguai. À época, o real chegou a valer US\$ 0,89.

As empresas remanescentes foram vítimas de outra medida, desta vez do Paraguai, que sete anos depois sobretaxou em 10% uma lista de 350 itens produzidos nos países vizinhos, especialmente no Brasil, para proteger o mercado interno. A lista incluía desde gêneros de primeira necessidade, como alimentos, até artigos de confecção e de construção civil.

Em 2001, como reação à entrada cada vez maior de produtos brasileiros trazidos por sacoleiros, o governo argentino decidiu reduzir a cota de compras no Brasil. Antes, via Puerto Iguazú, era possível a cada argentino entrar com US\$ 100 em produtos brasileiros de primeira necessidade; com a medida, a cota foi reduzida para US\$ 40. Além disso, proibiu o ingresso de produtos brasileiros nos domingos, feriados e até nos sábados.

A interdependência entre os municípios fronteiriços vem de longa data, praticamente desde que a região começou a ser desbravada. Vejamos a seguir os principais ciclos econômicos vividos por Foz do Iguaçu.

2. 2. 1. CICLO DO EXTRATIVISMO

No início do século passado, por volta de 1904, o Governo do Estado do Paraná concedeu muitas terras a várias empresas com a finalidade da exploração de madeira e de erva-mate. Constituíam-se, dessa forma, o primeiro ciclo econômico de Foz do Iguaçu, que perduraria por pelo menos quatro décadas. Conhecidas como *obrages*, essas empresas devastaram as matas da região mas, por outro lado, constituíram-se em importante fator de desenvolvimento da cidade, que na época não passava de um vilarejo com poucas casas de madeira.

As principais ervateiras e madeireiras argentinas beneficiadas na época pelo governo foram: Nuñez, Gibaja Martinez y Co., Juan B. Molla y Co., Domingos Barthé, Julio Tomás Allica e outras de menor porte.

“a decisão desagradou os que esperavam estas medições há mais tempo. Estas empresas argentinas foram protagonistas de tristes histórias, como a exploração do trabalho e a imposição de um regime escravocrata aos empregados, chamados de mensus - derivativo do espanhol mensual, ou mensalista”. (Lima, 1985, p. 76).

A área de atuação dessas empresas estendia-se à região de Guaíra, Santa Helena, Porto Mendes. Elas tinham como base Foz do Iguaçu, mas deram origem às cidades de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina e outras menores. Tratava-se de grandes concessões oficiais para a exploração da erva-mate e da

madeira. Por influência da terminologia usada em território argentino, foram denominadas de *obrage*, que significa originalmente o local onde trabalha-se manualmente.

Representantes do capital inglês, essas empresas se estabeleciam em território brasileiro, sobretudo no Estado do Paraná, com a única finalidade de explorar as reservas florestais de madeira e erva-mate para abastecer o mercado argentino. Suas primeiras incursões no território brasileiro ocorreram por volta de 1881. Além de explorar as riquezas naturais, também exploravam o homem até a exaustão. Uma das mais famosas *obrages* era a de Dom Julio Tomás Allica, que serviu de parâmetro para as demais, uma vez que todas elas se prestavam ao mesmo fim e seus métodos eram muito parecidos.

Natural da Argentina, Dom Julio Tomás Allica era um ex-oficial engenheiro do Exército argentino, revolucionário cuja família emigrou da Espanha. De acordo com Perci Lima, ele construiu um império na região Oeste do Paraná. Era temido por utilizar métodos bárbaros contra os *mensus*, justamente com seus capatazes, que eram o terror nessa região.

Os *mensus* eram recrutados nas províncias argentinas de Misiones, Corrientes e na região de Foz do Iguaçu. Os recrutadores eram chamados de “comissionistas”, equivalentes aos “gatos” que hoje recrutam os bóia-frias. Para aliciar esta gente, prometiam trabalho e bons salários. No momento do contrato os *mensus* recebiam um adiantamento de salário. Mas a empresa adiava a viagem ao local de trabalho e criava meios para que eles gastassem o dinheiro e dessa forma ficassem apenas com a dívida. Dessa forma, tornavam-se reféns das *obrages*.

As matas brasileiras próximas da barranca do Rio Paraná estão esgotadas de madeira, haja vista as grandes e consecutivas extrações. Já naquela

época era difícil encontrar madeira de boa qualidade para edificações. A erva-mate exploraram por cerca de 120 quilômetros a Leste e 180 quilômetros para o Norte. Alguns anos depois viriam os colonos gaúchos e catarinenses, que acabariam com o restante da mata nativa, como peroba, ipê, cedro, pinheiro, canafístula, canjerana e outras espécies nobres.

2. 2. 2. CICLO DA CONSTRUÇÃO DE ITAIPU

É impossível imaginar a região Extremo Oeste do Paraná nos dias atuais sem considerar a forte influência da Itaipu Binacional no aspecto sócio-econômico nas últimas três décadas. Nenhum outro dos vários ciclos econômicos teve um impacto tão forte em Foz do Iguaçu quanto o período de obras na maior usina em operação no mundo. Sobre essas transformações, escreveu o jornalista Monteiro:

***“Em 1974, Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná, era uma cidade quente e poeirenta, com apenas duas ruas asfaltadas e cerca de 20 mil pessoas assustadas com o movimento humano que começava a perturbar seu ritmo pacato de viver. O impacto pode ser mensurado pelo crescimento vertiginoso da população urbana no município: em 1970, Foz do Iguaçu tinha 20.147 habitantes; dez anos depois, a população havia quintuplicado: 101.447 pessoas”.
(Monteiro, 1999, p. 17)***

No Brasil, havia intenção de aproveitar os Saltos de Sete Quedas para gerar energia já na década de 40, principalmente por parte da iniciativa privada. Depois, o governo também se interessou. Mas em 1962, quando o governo João

Goulart solicitou estudos ao escritório do engenheiro Octávio Marcondes Ferraz para aproveitamento hidrelétrico do Salto de Sete Quedas, o Paraguai protestou, alegando que a área ficava em seu território. A proposta de Marcondes Ferraz previa uma usina com capacidade de 10 mil megawatts, para produzir 67 milhões de megawatts-hora por ano, o que representava, na época, três vezes o consumo do Brasil.

Para os paraguaios, a demarcação de fronteiras feita em 1872, após a Guerra da Tríplice Aliança (quando Brasil, Uruguai e Argentina se uniram contra o Paraguai), deixou dúvidas sobre a qual dos dois países pertencia o Salto de Sete Quedas ou Salto del Guairá (como é chamado no Paraguai). Em 1964, o presidente João Goulart sentou-se à mesa para negociar com o presidente paraguaio, general Alfredo Stroessner. Mas, naquele mesmo ano, Goulart foi derrubado e o governo militar apressou-se em mandar tropas para a zona em litígio, o que levou o Paraguai a pedir apoio de países europeus.

Em 1966, o chanceler brasileiro Juracy Magalhães apresentou ao seu colega paraguaio, Raúl Sapena Pastor, a proposta de construir uma usina binacional cujo reservatório deixaria debaixo d'água a zona em litígio.

A proposta foi aceita e os dois países assinaram a Ata do Iguaçu, na qual ambos concordaram em dividir igualmente “a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do Rio Paraná, desde e inclusive o Salto del Guairá ou Salto Grande de Sete Quedas até a boca do Rio Iguaçu”.

Em 1967, foi criada a Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia, que concluiu pela contratação de consultores internacionais para os estudos sobre a usina e escolheu o consórcio formado pela International Engineering Company (Ieco), dos Estados Unidos, e Electroconsult (ELC), da Itália.

Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu em 26 de abril de 1973. O documento prevê a construção da usina no Rio Paraná e a criação de uma empresa binacional para administrar as obras e, futuramente, gerenciar a produção e comercialização de energia. Em 17 de maio de 1974 foi constituída a entidade Itaipu Binacional e, um ano depois, tiveram início as obras.

Itaipu foi um desafio que chegou sob medida para uma geração inteira de engenheiros e técnicos brasileiros, maduros após várias iniciativas bem sucedidas na construção de outras usinas hidrelétricas. No domínio da construção civil, Itaipu atingiu um índice de nacionalização de 100%, considerando o parceiro brasileiro. As obras civis foram executadas por dois consórcios, um formado por cinco empresas brasileiras e outro por seis firmas do país vizinho. Na área de fabricação e montagem dos equipamentos, o índice de nacionalização nunca foi inferior a 85%. As unidades geradoras (turbinas e geradores) foram adquiridas de um consórcio de seis empresas brasileiras, seis européias e uma paraguaia.

Para montagem dos equipamentos permanentes, foi contratado um consórcio que reunia oito firmas brasileiras e uma paraguaia. Com isso, Itaipu transferiu para o Paraguai considerável acervo de tecnologia, enquanto no Brasil provocou um avanço tecnológico muito grande na área de construção de barragens e de montagem de equipamentos de toda a ordem.

Itaipu representou também uma grande empregadora. Desde 1974, com a instalação da entidade binacional Itaipu, criada para administrar a construção da usina, milhares de trabalhadores afluíram a Foz do Iguaçu para tentar um emprego. No auge da demanda por mão-de-obra, os consórcios formados para construir a usina chegaram a contratar entre três e cinco mil pessoas por mês. No auge das obras, entre 1978 e 1981, Itaipu mobilizou diretamente 40 mil

trabalhadores no canteiro de obras e nos escritórios de apoio no Brasil e no Paraguai. Ao longo da construção e em função da rotatividade da mão-de-obra, só o Consórcio Unicon empregou cerca de 100 mil trabalhadores.

De 1975 a 1977, foram construídas 5.100 casas nos dois lados do rio. No Brasil, foram 2.708, distribuídas em três vilas: A, B e C. Em 1978, mais 3.960 habitações foram implantadas em ambas as margens, das quais 1.733 no lado brasileiro. Os alojamentos e conjuntos habitacionais construídos para os barrageiros, em Foz do Iguaçu, Hernandárias e Porto Stroessner (hoje *Ciudad del Este*) chegaram a somar, em 1981, uma população de 39,9 mil pessoas, total superior ao número de habitantes em Foz, no início do empreendimento. Ainda em 1981, só a população escolar atendida pelos colégios instalados nas vilas era de 18.938 estudantes. Além dos trabalhadores que viviam nos conjuntos habitacionais, no pico da construção, de 12 a 25 mil peões viviam em alojamentos construídos na margem brasileira, que eram trabalhadores solteiros ou que tinham vindo a Foz sem suas famílias.

A construção de Itaipu, além de aumentar a população da cidade, que saltou de 20.147 pessoas em 1970 para 101.447 em 1980, alterou também todo o perfil urbano de Foz. Para atender às necessidades da usina, o governo federal teve que dotar o município de uma infra-estrutura adequada, o que incluiu uma rede melhor de telecomunicações, um novo aeroporto (atualmente internacional), a abertura de ruas e avenidas e outras benfeitorias. Os investimentos privados acompanharam as mudanças, especialmente na ampliação e modernização do parque hoteleiro e do setor de serviços em geral. Esse processo de melhoramento dos equipamentos urbanos, que aconteceu também do outro lado da fronteira, em *Ciudad del Este*, e que foi gerado direta ou indiretamente pela construção de Itaipu,

diminuiu com o término da obra, mas a economia da cidade não estagnou, como costuma em situações de desaceleração de obras de forte impacto regional.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu foi construída em Foz do Iguaçu, no lado brasileiro, e Hernandárias, no Paraguai. Está localizada no médio Rio Paraná, a cerca de 10 quilômetros a montante da confluência com o Rio Iguaçu. O aproveitamento hidrelétrico consiste num conjunto de barragens de diferentes tipos, com altura máxima de 196 metros, cuja crista se prolonga por 8 km, a uma elevação de 225 metros sobre o nível do mar. O reservatório se estende por 170 km, desde a barragem até a cidade de Guaíra (onde, antes, se situavam os Saltos de Sete Quedas) e possui área de 1.350 km². Quando cheio, o reservatório armazena 29 bilhões de metros cúbicos de água.

“A Itaipu Binacional iniciou a produção de eletricidade no ano de 1985, e até o ano de 1991, a energia gerou créditos e royalties unicamente ao tesouro nacional. O pagamento destes créditos foi negociado para ocorrer em 1992 e 2001”.
(Lima, 2001, p. 107)

A potência instalada é de 12.600 MW, representada por um conjunto de 18 unidades geradoras, nove em 50 hertz (Hz) e nove em 60 Hz. Em 2004, com a conclusão das obras de instalação de mais duas unidades geradoras, a capacidade instalada da usina passará para 14.000 MW.

Para permitir a construção da barragem principal da usina, o Rio Paraná foi desviado para um canal na margem esquerda, com aproximadamente 2 km de comprimento. Este canal foi aberto em 32 meses. Os estudos hidrológicos feitos na fase do projeto de Itaipu calcularam que a enchente máxima, na área de

Itaipu, atingiria uma vazão de 62.200 metros cúbicos por segundo, o que deu origem a um dos maiores vertedouros do mundo.

De 5 de maio 1984, quando sua primeira unidade geradora entrou em operação, até 7 de junho de 2001, Itaipu completou a produção acumulada de 1 bilhão de megawatts-hora (MWh), energia suficiente para suprir o consumo de energia elétrica de todo o planeta por 29 dias.

No auge da demanda por mão-de-obra, na construção de Itaipu, imensas filas se formavam nos centros de triagem dos consórcios, que chegaram a contratar de 3 mil a 5 mil pessoas por mês. Ao longo da obra, em função do largo período de construção e da rotatividade da mão-de-obra, só um dos consórcios construtores “fichou” cerca de 100 mil trabalhadores. No pico da construção da barragem, entre os anos de 1978 e 81, Itaipu mobilizou diretamente cerca de 40 mil trabalhadores no canteiro de obras e nos escritórios de apoio no Brasil e no Paraguai.

A última unidade geradora de Itaipu entrou em operação em 1991. As obras civis de acabamento prosseguiram por mais alguns anos, mas cada vez utilizando menor volume de mão-de-obra. No entanto, em decorrência do enorme contingente de pessoas atraídas à região desde o início da construção de Itaipu, são imputados à usina muitos dos problemas sociais de Foz do Iguaçu, como o grande número de favelas, que teriam surgido a partir dos barrageiros demitidos após a conclusão das obras da hidrelétrica. O fato é que Itaipu passou a integrar a vida da região em quase todos os setores socioeconômicos.

Os altos índices de qualidade de vida das pequenas cidades de Itaipulândia e Santa Helena – que estão entre os melhores do País – são casos

emblemáticos das transformações econômicas e sociais geradas pela enxurrada de dinheiro produzida pelas turbinas da hidrelétrica.

Desde 1991, quando foi promulgada a Lei dos Royalties e os municípios e governos estaduais passaram a ter direito ao benefício, Itaipu já pagou US\$ 1,49 bilhão em *royalties* (até maio de 2002). Foz do Iguaçu já recebeu mais de US\$ 110 milhões. Itaipu Binacional (2002)

Do total, 45% ficaram com o governo do Estado do Paraná, 45% destinaram-se aos 16 municípios que tiveram terras alagadas para a formação do reservatório e o restante ficou com órgãos federais ligados ao setor elétrico. Os outros municípios beneficiados são: Itaipulândia, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Missal, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios, Terra Roxa, Guaíra e Mundo Novo (MS).

Tramita no Congresso um pedido de revisão da lei que regulamenta a distribuição dos royalties de Itaipu. O Decreto 01/91 estabelece uma compensação financeira com base na área de terra ocupada pelo reservatório da usina, mas um projeto apresentado pelo senador Álvaro Dias quer indexar os valores ao número de habitantes de cada um dos 16 municípios impactados pela hidrelétrica. Se aprovada –o que vai depender de uma emenda à Constituição–, a medida vai provocar um revés na economia do extremo-Oeste do Paraná.

À exceção de Mundo Novo (MS), os outros 15 municípios que recebem royalties são paranaenses. Criada pelo deputado Maurício Fruet e regulamentada pelo Decreto 01/91, a lei estabelece que o Tesouro Nacional faça a distribuição entre os beneficiados. Também recebem royalties o governo do Mato Grosso do Sul (MS),

a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e os ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente e Amazônia Legal.

A proposta que tramita no senado propõe a revisão da lei e uma distribuição per capita dos recursos. A argumentação é que ainda hoje Foz do Iguaçu é o município que mais sofre com o impacto social causado pela construção da barragem. A cidade tem mais de 30 mil desempregados ou sub-empregados, em sua grande maioria remanescentes de Itaipu. A cidade arcou com praticamente todo o ônus social da obra, cuja taxa de desemprego gerou um nível de pobreza e criminalidade muito alto na cidade. Para justificar a proposição, o projeto traz uma comparação proporcional à população dos municípios beneficiados e os royalties recebidos.

Segundo Lima (2001) O Tratado de Itaipu resume a missão da usina ao aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná para produção de energia elétrica. Entretanto, a empresa extrapola essa regra e mantém uma estreita relação com a região nas áreas da saúde, cultura, ensino superior, agricultura, turismo e meio ambiente.

Já na área cultural, a influência da hidrelétrica se evidencia pelo uso do Ecomuseu de Itaipu na realização de exposições de artistas de toda a região. A empresa também inaugurou em novembro de 2000 o “Parque Gramadão da Energia”, cujo destaque é uma concha acústica erguida em uma área verde de 31 mil metros quadrados ao lado do Centro Executivo, na Vila A. Esse é o primeiro espaço aberto da cidade específico para manifestações genuinamente culturais. Nas áreas de meio ambiente e agricultura, Itaipu vem mantendo programas permanente

de conscientização ecológica e dando suporte técnico aos produtores rurais estabelecidos no entorno do reservatório da usina. Só ao longo da faixa de proteção do lago a empresa já plantou mais de 20 milhões árvores em uma área de 100 mil hectares, o equivalente a 60% do tamanho do Parque Nacional do Iguaçu.

Também ao longo das margens do reservatório, Itaipu possibilitou a criação de uma dezena de terminais turísticos, que usam a água represada como balneário. Com areia na orla fluvial, restaurantes, estacionamentos e áreas de lazer, essas praias artificiais atraem nos finais de semana milhares de turistas regionais e de países vizinhos, como o Paraguai e a Argentina, por exemplo. Além de espaço de lazer para a população local, esses terminais tornaram-se mais uma fonte de receita para os municípios.

A Usina de Itaipu apresentava um quadro financeiro desolador até 1996. A empresa tinha um déficit anual de US\$ 400 milhões, com previsão de chegar em 2023 com uma dívida acumulada de US\$ 88 bilhões, montante equivalente a sete vezes e meia o custo inicial da obra. Condescendente com os devedores, Itaipu tinha na época US\$ 1,8 bilhão de crédito vencido das empresas que compravam a energia que produzia.

Atualmente Itaipu ostenta um orçamento anual de US\$ 2,2 bilhões com um invejável equilíbrio financeiro e, ao contrário da previsão de cinco anos atrás, deve chegar em 2023 sem dívidas. O saneamento financeiro possibilitou, ainda, que a empresa escalonasse até 2003 o pagamento de todas as parcelas atrasadas dos royalties, referente aos anos de 1992 e 1993. Com as contas equilibradas, Itaipu assinou no dia 13 de novembro de 2000 o contrato com o consórcio multinacional Ceitaiipu para instalação de duas novas turbinas. O prazo de conclusão da primeira delas é de 36 meses e da segunda, 42. As duas unidades juntas vão custar US\$ 180

milhões, 20% menos que os US\$ 184 milhões gastos em cada uma das 18 já instaladas.

Formado pelas multinacionais Alston, Asian Brow Boveri, Siemens e Voith, o consórcio vai gerar cerca de mil empregos diretos na fase de instalação das novas turbinas. Mais importante que a criação de postos de trabalho temporário é o aumento da produção de energia. A instalação das novas unidades vai elevar a capacidade instalada de 12.600 para 14.000 megawatts.

Com o aumento da capacidade instalada, Itaipu passará a ser ainda mais estratégica para a estabilidade do sistema elétrico nacional. Foi ela que literalmente salvou o País de possíveis blecautes em 2000 ao suprir a escassez de água nos reservatórios das hidrelétricas das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Em média, Itaipu fornece 89% da energia elétrica consumida no Paraguai e 25% de toda a energia consumida no Brasil. Cada unidade geradora produz 700 megawatts e tem capacidade para abastecer uma cidade com 1,5 milhão de habitantes.

Por ser uma gigantesca obra de engenharia e pela sua beleza, a Usina atrai cerca de 500 mil turistas por ano. Desde 1997, quando foi aberta à visitação, mais de 11 milhões de pessoas, de 165 países, visitaram a Usina.

Embora em menor volume, a Subestação de Furnas de Foz do Iguaçu, criada para transmitir a energia da maior hidrelétrica do mundo, também atrai visitantes. Aberta à visitação pública, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, a Subestação de Furnas dispõe de um Centro de Recepção de Visitantes com capacidade para 80 pessoas, onde são apresentados filmes técnicos sobre a empresa e sobre o projeto pioneiro desenvolvido por Furnas para transmitir a energia gerada por Itaipu.

O sistema para transmitir em território brasileiro a energia da Usina Hidrelétrica de Itaipu, é um dos mais importantes do mundo ocidental, não só por utilizar as mais altas tensões em operação comercial, tanto em Corrente Contínua (mais ou menos 600 Kv), como em Corrente Alternada (750 Kv), mas também pela elevada capacidade de transmissão: 12.600.000 Kw. O ponto de partida do Sistema de Transmissão de Itaipu, no Brasil, é a Subestação de Furnas de Foz do Iguaçu, onde estão localizadas as Subestações Conversora e Elevadora que, juntas, formam uma das maiores Subestações do mundo em potência e dimensão.

2. 2. 3. CICLO DE COMPRAS

A região de fronteira entre Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e Puerto Iguazú não pode, nem de longe, ser dissociada da realidade nacional de seus respectivos países. Se há na esfera federal um necessário intercâmbio comercial entre os estados-membros do Mercosul, com um alto grau de interferência da economia de um país sobre o outro, essa dependência mútua é ainda mais visível nessas cidades fronteiriças. Não raro, há casos de retaliações e até conflitos em decorrência de interesses divergentes entre um lado e outro da fronteira.

Alijada da disputa comercial na região depois da indexação da economia da Argentina ao dólar, a pequena Puerto Iguazú não podia fazer outra coisa senão apenas acompanhar os acirrados embates entre brasileiros e paraguaios na disputa pelo mercado de trabalho em *Ciudad del Este*. Conflitos como os que deixaram a Ponte da Amizade (Brasil-Paraguai) interditada por 17 dias alternados em setembro de 2001 são o reflexo das ações governamentais dos dois

países, que num dado momento se apresenta condescendente com determinada situação, para, em seguida, tomar medidas drásticas e repentinas.

O princípio de uma onda de xenofobia nesse período assustou os dois países. O problema chegou aos gabinetes dos ministérios de Relações Exteriores, mas pouco se fez na esfera diplomática. Desempregados paraguaios pressionaram de tal forma o governo paraguaio que este passou a expulsar os brasileiros que trabalhavam sem documentos nas lojas de *Ciudad del Este*. Evocavam o direito a dois terços de mão-de-obra paraguaia no comércio local. À luz da razão, o problema não reside na intransigência dos paraguaios, mas na falta de uma política de geração de empregos no Brasil.

Uma legião de cerca de cinco mil brasileiros buscou no comércio paraguaio o emprego que não encontrou no Brasil. Foram recrutados por empresários árabes, chineses e até paraguaios para atender a uma outra legião de excluídos do mercado de trabalho brasileiro: os sacoleiros. Esse incontável contingente de subempregados brota de todos os cantos do País, em busca de quinquilharias importadas para garantir uma parca remuneração com a revenda nas grandes cidades.

O APOGEU:

O “sacolismo” como atividade “profissional” nasceu por volta dos anos de 1980 e atingiu seu ápice em 1993, até começar decair a partir de novembro de 1995. Nesse período de 15 anos economia estagnou e a hiperinflação alcançou índices de até 70% ao mês, constituindo-se na pior crise econômica por que passou o Brasil desde sua independência. O mercado informal no País explodiu no bojo dessa recessão, que marcou o período que se seguiu a 1980 como “a década

perdida” . Os sacoleiros, que viriam a ser dezenas de milhares, constituíram-se num dos mais significativos exemplos dos excluídos do mercado de trabalho em decorrência da crise.

Com a balança comercial reequilibrada às custas da desvalorização cambial –entre 1984 e 1986–, o Brasil voltou a crescer graças ao aumento do consumo. Contudo, a crise voltou a se manifestar em 1987, com o fracasso do Plano Cruzado e a moratória da dívida externa. Não bastasse o insucesso dos planos econômicos do Governo José Sarney, outros fracassos se sucederam. O Plano Collor faria a inflação baixar ao patamar de 20% ao ano até 1993, mas ela voltaria a crescer e chegaria a uma taxa mensal de 50% às vésperas do Plano Real.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em fins de 1992 –portanto no auge do turismo de compras no Paraguai– o desemprego girava em torno de 4,5% nas seis maiores capitais brasileiras. Já o Dieese apontava índices bem maiores, chegando a 15,5% da população economicamente ativa. Para isso, o órgão considerou todos os níveis de desemprego, desde os recém-demitidos até os que trabalhadores que estavam sem emprego havia mais de doze meses.

“Conforme algumas estimativas, cerca de 40 milhões de brasileiros atuavam na economia informal, realizando “bicos”, trabalhando como camelôs, sacoleiras, vendendo bijuterias, doces, salgadinhos, catando papel ou em outras atividades - fosse em razão de estarem desempregados ou com a finalidade de complementar a renda familiar”. (Scherer, 2000, p. 21)

Foi justamente nessa época de recessão instaurada pelas políticas econômicas do Governo Collor que a atividade informal dos sacoleiros mais prosperou na região de Foz do Iguaçu. De acordo dados da extinta Foztur, em 1993 passaram pela cidade cerca de três milhões de pessoas exclusivamente em direção ao comércio paraguaio, em busca de produtos importados. A maioria chegava nas primeiras horas da manhã e retornava para suas cidades no fim da tarde, motivo pelo qual também essa atividade ficou conhecida como bate-volta. Sete anos depois a situação não seria a mesma.

O DECLÍNIO:

O comércio de *Ciudad del Este* foi do céu ao inferno em menos de duas décadas. Conhecida internacionalmente como paraíso da muamba, a cidade foi responsável no início dos anos 1980 pelo terceiro maior movimento comercial do mundo, atrás apenas de Hong Kong e Miami, com vendas anuais em torno de US\$ 12 bilhões. Mesmo em decadência, a “tradição” deste comércio bilionário clandestino, ainda que em menor escala, é mantida Brasil afora por uma legião de sacoleiros e camelôs espalhados pelas incontáveis “feirinhas do Paraguai”, devidamente caracterizada nos grandes centros brasileiros.

As vendas aos sacoleiros começaram a apresentar quedas acentuadas a partir de novembro de 1995, quando o governo brasileiro reduziu de US\$ 250 para US\$ 150 o limite de isenção de impostos para compras feitas no exterior e que entram no País via terrestre como bagagem acompanhada. Somou-se a essa medida o rigor na fiscalização da Receita Federal e da Polícia Federal, para conter o avanço do contrabando e do tráfico de drogas procedentes do Paraguai. Desde

então, a média de mercadorias apreendidas nessa faixa fronteiriça nunca baixou de US\$ 30 milhões por ano.

Esse conjunto de medidas restritivas teve um forte impacto na economia regional. O número de sacoleiros caiu de cerca de três milhões, em 1993, para não mais do que 500 mil em 2000. Os números estão cada vez mais decrescentes também por causa da diferença cambial do real frente ao dólar. O primeiro grande baque veio com a maxidesvalorização de janeiro de 1999, quando o governo não interveio no mercado financeiro para conter a alta da moeda norte-americana.

A crise prolongada provocou a demissão de pelo menos cinco mil brasileiros que trabalhavam nas lojas de *Ciudad del Este*. Os 5 mil remanescentes estão sendo alvos de uma perseguição paraguaia pela frenética busca de emprego. Estudos do Banco Central do Paraguai mostram que 62% dos negócios instalados na cidade estão nas mãos de empresários estrangeiros, contra apenas 28% de paraguaios. Entre os estrangeiros destacam-se os de procedência oriental, árabe e, em menor proporção, brasileiros.

A cidade sobrevive, ainda hoje, da reexportação de produtos importados de outros países, principalmente dos chamados Tigres Asiáticos. A queda no movimento causou um forte impacto que se refletiu diretamente no Orçamento do país. O número de lojas na cidade caiu de mais de sete mil, em 1994, para pouco mais de duas mil no início de 2001. A preocupação com a situação é latente em todo o país, já que *Ciudad del Este* responde por 20% dos recursos tributários arrecadados pela União.

Segundo o BC Paraguaio, o comércio local movimentou US\$ 4,3 bilhões em 1995, valor que nos anos seguintes manteve-se estável em

US\$ 2,5 bilhões/ano. O valor é impressionante se comparado com o Produto Interno Bruto (PIB) do país, que é de cerca de US\$ 9 bilhões.

Outra adversidade enfrentada pelo comércio local é a instabilidade cambial no Brasil. O poder de compra dos sacoleiros tem caído com as sucessivas desvalorizações do real frente ao dólar, moeda que determina os preços nas lojas de artigos importados. A soma de todos esses fatores levou a uma retração nas vendas que já vem provocando uma onda permanente de fechamento de lojas no microcentro comercial de *Ciudad del Este*.

Com a nova realidade, a maioria dos comerciantes trabalha com uma reduzida margem de lucro se comparada aos anos de prosperidade. Só os que podem manter um bom capital de giro conseguem resistir à intermitente crise no setor. Uma das alternativas encontradas para sobreviver foi a fixação dos preços das mercadorias em real, o que era inimaginável até o início da derrocada do comércio.

CAPÍTULO III

PESQUISA EM CAMPO

• • •

3.1. GRUPOS DE INTERESSES - TENTATIVAS E DISPERSÕES

A seguir serão apresentadas tentativas, feitas por representantes da comunidade (Grupos de Interesse), através de pedidos e projetos de lei para criação de uma opção de legislação específica para o município de Foz do Iguaçu.

É importante observar em todos a vontade de criar novas expectativas para o desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu, mas as divergências quanto aos pedidos, ou seja, as dispersões de energia podem ser observadas a seguir:

1. SENADOR ROBERTO REQUIÃO (ANO DE 1996)

“Cria a Zona de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, e dá outras providências” (ver anexo II)

2. DEPUTADO FEDERAL RUBENS BUENO (ANO DE 1999)

“Art 1º – Fica criada uma área de livre comércio – ALC, no município de Foz do Iguaçu...” (ver anexo III)

3. DEPUTADO FEDERAL MAX ROSENMAM (ANO DE 1999)

“Cria a Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, e dá outras providências” (ver anexo IV)

4. PREFEITURA (GESTÃO HARRY DAIJÓ) (ANO DE 1999)

“Cria a Região Metropolitana Internacional do Paraná Iguaçu ...” (ver anexo V)

5. SENADOR OSMAR DIAS (ANO DE 2001)

“Cria a Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu...”(anexo VI)

6. JORNAL DO IGUAÇU (ANO DE 2001)

O Jornal levantou a questão da “Diminuição de Tributação”, não dizendo qual a melhor lei, mas sim mostrando a necessidade de uma legislação específica. Iniciou-se com Zona Franca, mas depois o caminho foi o de Entrepasto de Manaus, ou seja, Foz do Iguaçu seria um entreposto das mercadorias produzidas

em Manaus. Conversas que chegaram a nível de Governadores Estaduais. (anexo VII)

7. PREFEITURA (GESTÃO PREFEITO CELSO SÂMIS DA SILVA) E ACIFI (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FOZ DO IGUAÇU) (ANO DE 2002)

“Distrito Industrial/EADI, uma alavanca para o desenvolvimento” (anexo VIII)

3. 2. A REALIDADE

O município de Foz do Iguaçu, completou 88 anos de emancipação política e administrativa no ano 2002, tem uma história de desenvolvimento socioeconômico vinculado a três grandes ciclos. O primeiro de um século de duração, de 1870 a 1970, seguiu o padrão de toda a região Oeste do Paraná, de extração da madeira e erva-mate.

A partir da década de 1970, Foz do Iguaçu tem uma história singular, iniciada com o ciclo da construção da hidrelétrica de Itaipu, que perdurou até 1980, proporcionando o aumento exponencial da população, quantificado neste estudo.

O terceiro ciclo foi caracterizado pela conjunção do turismo de compras, decorrente dos sucessivos planos econômicos a partir do Cruzado, em 1986; e a exportação, que floresceu no período de 1977 a 1994, também em

conseqüência da construção de Itaipu. A cidade chegou a receber mais de 4 milhões de compristas por ano, fato que se constitui em outro fenômeno único.

Paradoxalmente, o comércio de Foz do Iguaçu também teve sua fase áurea. Desde a primeira acentuada desvalorização do real frente ao dólar, em janeiro de 1999, os argentinos e paraguaios inverteram a rota de compras para o lado brasileiro da fronteira. Com a desvalorização da moeda brasileira, qualquer produto ou serviço no Brasil tornou-se mais vantajoso para os vizinhos do Mercosul. Também houve bons reflexos no turismo.

Puerto Iguazú, que por anos viveu à margem dos grandes negócios entre Foz e *Ciudad del Este*, hoje está em novo ciclo. Primeiro, houve o comprismo de produtos brasileiros por argentinos, que durou vários anos, apesar de que, no início de 2001, o governo argentino tentou dificultar o comércio doméstico na fronteira via Puerto Iguazú. Foram ampliados os efeitos de uma medida que proibia o ingresso de produtos brasileiros nos domingos e feriados. A restrição também passou a vigorar aos sábados. O impacto atingiu o comércio “formiguinha” que atua na atividade informal do transporte de mercadorias de um lado para o outro da Ponte Tancredo Neves.

Com a indexação da economia argentina ao dólar e a desvalorização do real frente à moeda norte-americana, aumentou o poder de compra dos vizinhos no lado brasileiro da fronteira. Parte da hotelaria e muitos estabelecimentos comerciais de Foz do Iguaçu tinham nos argentinos a principal clientela, segundo a ACIFI.

Antes da “dolarização” da economia argentina, eram os brasileiros que atravessavam a Ponte Tancredo Neves (Brasil/Argentina) em busca de artigos de couro, lã e enlatados a preços baratos. A paridade da moeda argentina com o dólar

inviabilizou o turismo de compras. Houve uma “quebradeira” geral nas lojas preparadas para atender os sacoleiros brasileiros. Mais da metade dos estabelecimentos fechou. Foram poucos os que resistiram.

Puerto Iguazú agonizou desde o início da década de 1990 e viveu da esperança de um eventual revés econômico. Foi o que aconteceu em 2002. Com a crise que abala a Argentina, o fortalecimento do real frente ao peso começou a reativar o comércio local. Em contrapartida, tornou o turismo e o comércio de Foz do Iguaçu muito caros para os argentinos, o que inevitavelmente afeta a economia no lado brasileiro da fronteira.

A formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) pelo tratado de Assunção, em 1990, acompanhando a globalização econômica, decretou o fim gradativo do terceiro ciclo. Novamente Foz do Iguaçu está diante de uma realidade econômica de ruptura com o ciclo anterior, visto que sua localização estratégica no Mercosul abre perspectivas para que o município seja o principal entroncamento do Cone Sul, reforçando o comércio internacional que já vinha sendo praticado na época áurea da exportação e do turismo de compras.

Este novo ciclo terá que ser obrigatoriamente mais duradouro, exigindo do município lançar bases e criar infra-estrutura para tamanho potencial. Nos últimos três anos a cidade tem tentado antecipar-se à situação oportuna que se delineia para os próximos anos, de modo a aproveitar as circunstâncias favoráveis que novamente colocam Foz do Iguaçu em condições de manter o crescimento expressivo.

Entretanto, como se verá a seguir neste estudo, além da infra-estrutura, o município precisa melhorar a qualificação de sua população, atraída desordenadamente para a cidade pelas facilidades do turismo de compras,

modalidade econômica que se caracterizou pelo imprevisto e a informalidade, cujas conseqüências socioeconômicas continuam sendo a desqualificação dos trabalhadores, a predominância das atividades informais e desorganização fiscal e tributária.

3. 2. 1. PESQUISA CENSO ECONÔMICO

O Censo Econômico é um levantamento realizado quadra à quadra de quantas empresas formais e informais existem no município.Tendo como principais objetivos: conhecer a real composição da força econômica do município; Identificar os vazios econômicos do município; e disponibilizar as informações do censo para os investidores externos e internos. A abrangência do Censo Econômico foi realizado no perímetro urbano do município e nas principais concentrações populacionais do meio rural.

Realizado em Março/2002 pela ACIFI (Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu e CEPPE (Pesquisa de Mercado e Planejamento Empresarial).

Critério para classificação do porte das empresas pelo número de funcionários:

SETOR	MICRO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Indústria	De 0 a 20	De 21 a 100	De 101 a 500	Mais de 500
Comércio/Serviços	De 0 a 10	De 11 a 50	De 51 a 250	Mais de 250

NOTA: CRITÉRIO ADOTADO PELO SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO À PEQUENA EMPRESA

Pesquisa Completa, anexo 9.

METODOLOGIA APLICADA

- a) Visita técnica ao município (líderes da comunidade e prefeitura municipal) para explicar a finalidade do trabalho;
- b) Palestra de Sensibilização junto à comunidade para explicar os objetivos e as fases do trabalho;
- c) Preparação dos canais de comunicação (Panfletos, carta aos empresários, outdoors, faixas e cartazes) e imprensa (entrevistas coletivas com rádio, jornal e TV, participação em programas ao vivo de rádio e TV, respondendo perguntas dos ouvintes e telespectadores, spot para as rádios);

INFORMAÇÕES LEVANTADAS PELO CENSO ECONÔMICO

- Nome Fantasia e Razão Social;
- Endereço completo, telefones, fax, E-mail, etc...;
- Número de funcionários e idade da empresa;
- Ramo de atividade segundo o CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas);
- Se indústria:** as principais matérias-primas, produtos acabados, resíduos gerados, unidade de medida, quantidade, origem e destino dos produtos;
- Se Comércio:** as principais mercadorias adquiridas e vendidas, unidade de medida, quantidade, origem e destino das mercadorias;
- Se Serviço:** os principais serviços prestados, unidade de medida, quantidade e destino dos serviços;
- Faixa de faturamento das empresas entrevistadas;
- Número de funcionários previstos para o próximo ano; e
- Outros dados.

MARGEM DE ERRO

Para este trabalho pode ocorrer uma margem de erro tolerável de até 5%, o que não compromete os resultados apresentados.

RESULTADO DO CENSO ECONÔMICO

Foram catalogadas corretamente 8.919 empresas conforme distribuição no quadro abaixo:

Tabela 1 - Composição das Empresas e Número de Funcionários

Atividade	Empresas	%	Funcionários	%
• Indústria	434	4,9	1.628	4,1
• Comércio	4.626	51,7	14.157	36,0
• Serviços	3.885	43,4	23.593	59,9
• Formal	4.633	51,8	33.751	85,7
• Informal	4.312	48,2	5.627	14,3
• Pública	211	2,4	7.043	17,9
• Privada	8.734	97,6	32.335	82,1
• Micro	8.429	94,3	16.551	42,0
• Pequena	422	4,7	9.410	23,9
• Média	84	0,9	8.073	20,5
• Grande	10	0,1	5.344	13,6
Total	8.945	100,0	39.378	100,0

Tabela 2 - Distribuição das Empresas por Porte x Setor e Tipo

	Atividades	Micro	%	Pequena	%	Média	%	Grande	%
Setor	• Indústria	424	97,7	10	2,3	0	0,0	0	0,0
	• %	5,0		2,4		0,0		0,0	
	• Comércio	4.463	96,5	146	3,2	15	0,3	2	0,0

		%	52,9		34,6		17,9		20,0	
	•	Serviços	3.542	91,2	266	6,8	69	1,8	8	0,2
		%	42,0		63,0		82,1		80,0	
Tipo	•	Formais	4.125	89,0	414	8,9	84	1,8	10	0,2
		%	48,9		98,1		100,0		100,0	
	•	Informais	4.304	99,8	8	0,2	0	0,0	0	0,0
		%	51,1		1,9		0,0		0,0	
	•	Total	8.429	94,2	422	4,7	84	0,9	10	0,1
		%	100,0		100,0		100,0		100,0	

Tabela 3 - Distribuição das Empresas por Setor x Tipo

	Atividades	Indústria	%	Comércio	%	Serviços	%
Tipo	• Formais	195	4,2	2231	48,2	2207	47,6
		%	45,1		48,2		56,8
	• Informais	239	5,5	2395	55,5	1678	38,9
		%	54,9		51,8		43,2
	• Total	435	4,9	4626	51,7	3884	43,4
		%	67,7		100,0		100,0

Tabela 4 - Distribuição dos Funcionários por Porte, Tipo e Setor das Empresas

	ATIVIDADES	Micro	%	Pequena	%	Média	%	Grande	%
Setor	• Indústria	1.183	72,7	444	27,3	0	0,0	0	0,0
		%	7,2		4,7		0,0		0,0
	• Comércio	8.665	61,2	2.747	19,4	1.249	8,8	1.496	10,6
		%	52,4		29,2		15,5		28,0
	• Serviços	6.703	28,4	6.219	26,4	6.824	28,9	3.848	16,3
		%	40,5		66,1		84,5		72,0
								1,3	

Tipo	• Formais	11.050	32,7	9.284	27,5	8.073	23,9	5.344	15,8
	%	66,8		98,7		100,0		100,0	
	• Informais	5.501	97,8	126	2,2	0	0,0	0	0,0
	%	33,2		1,3		0,0		0,0	
	• Total	16.551	42,0	9.410	23,9	8.073	20,5	5.344	13,6
	%	100,0		100,0		100,0		100,0	

GRÁFICO

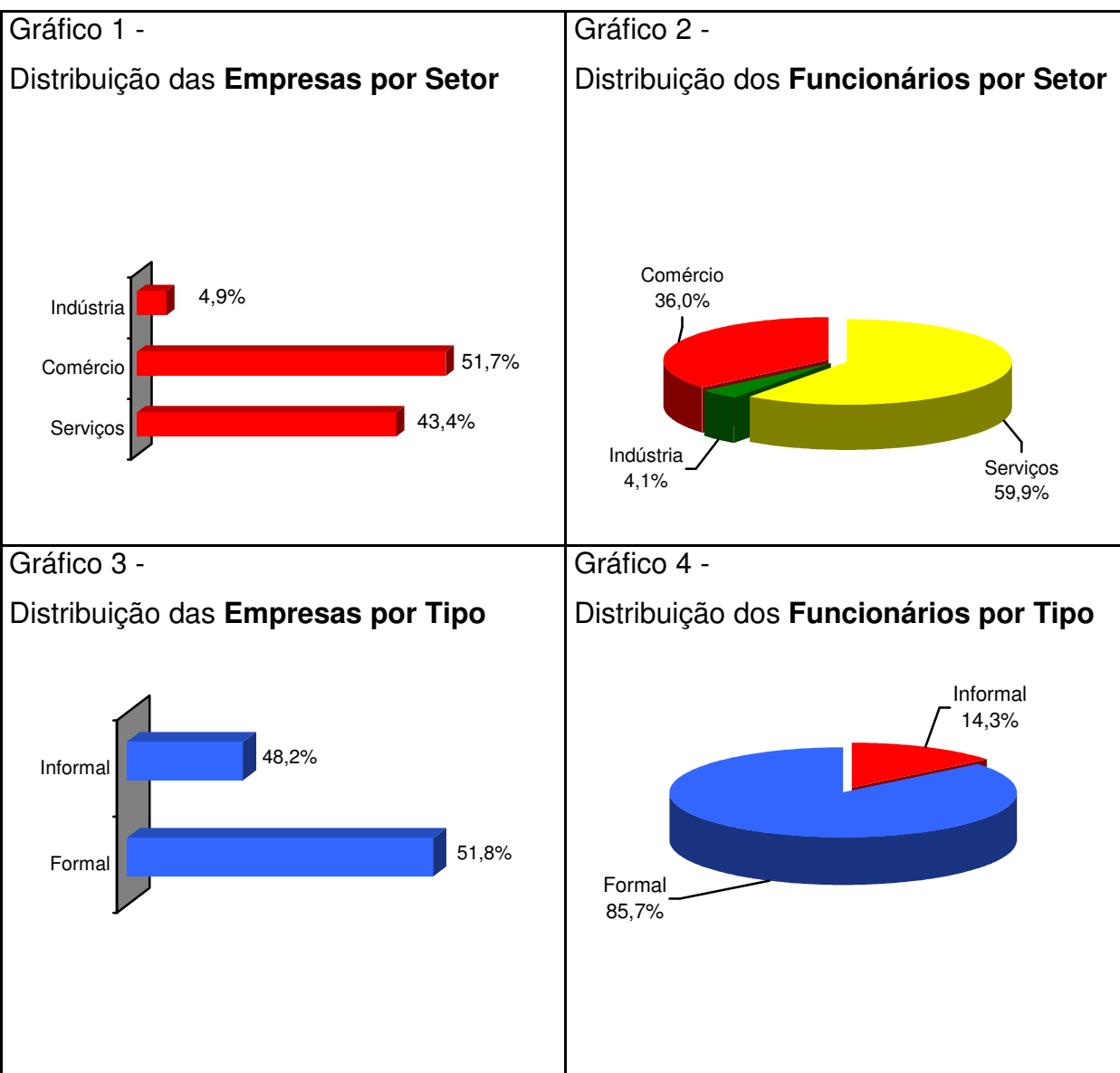


Gráfico 5 -
Distribuição das **Empresas por Natureza**

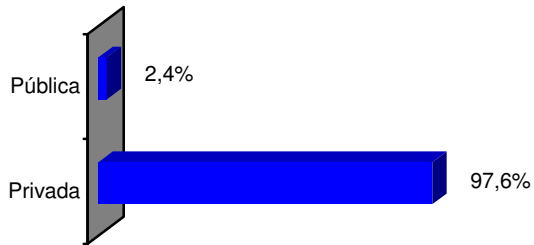


Gráfico 6 -
Distribuição dos **Funcionários por Natureza**

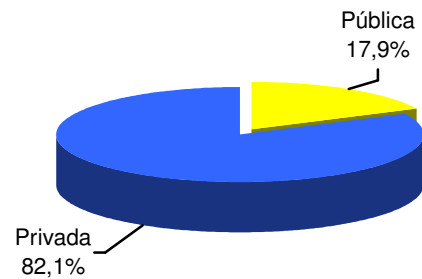


Gráfico 7 -
Distribuição das **Empresas por Porte**

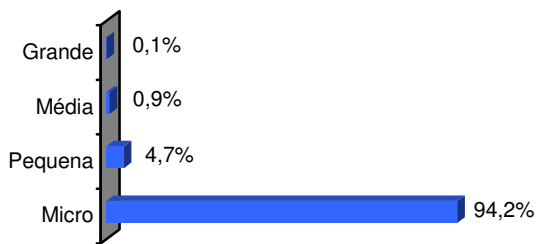
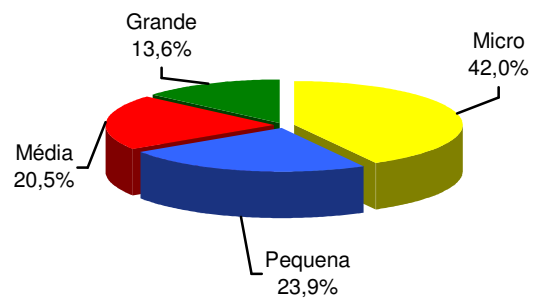


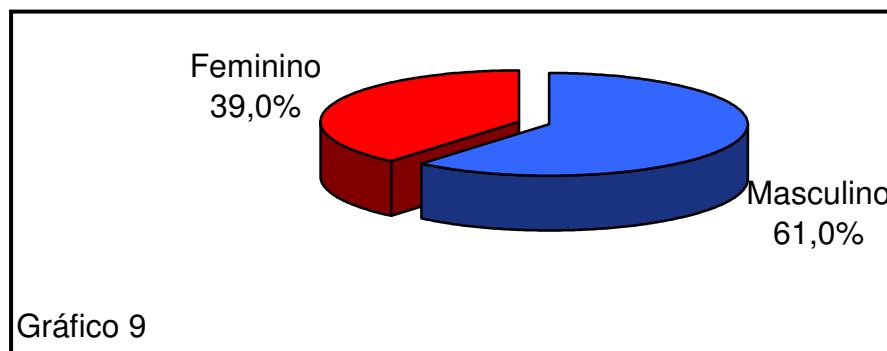
Gráfico 8 -
Distribuição dos **Funcionários por Porte**



INFORMAÇÕES SOBRE AS EMPRESAS DE FOZ DO IGUAÇU (Gráfico 9)

- ✓ Em Foz do Iguaçu de cada 10 postos de trabalho 4 são ocupados pela mulher;
- ✓

Distribuição da Força de Trabalho



- ✓ No comércio a força feminina é maior, pois abriga 40,2% dos postos de trabalho, nas empresas prestadoras de serviço, 38,3% e nas indústrias 33,0%.

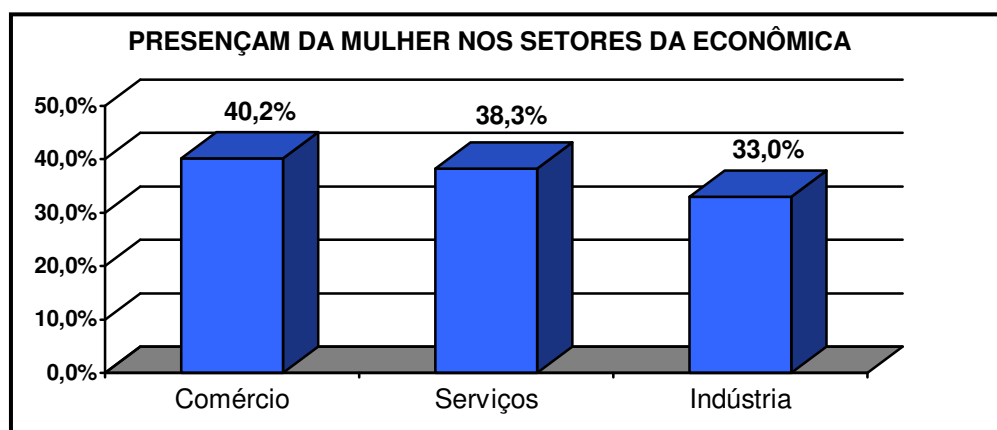
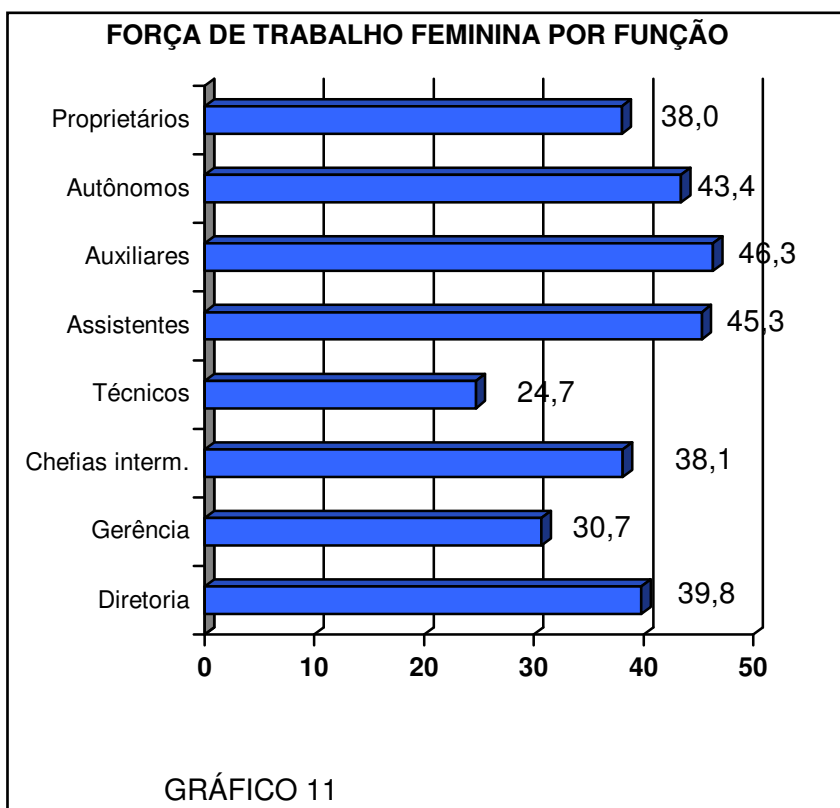


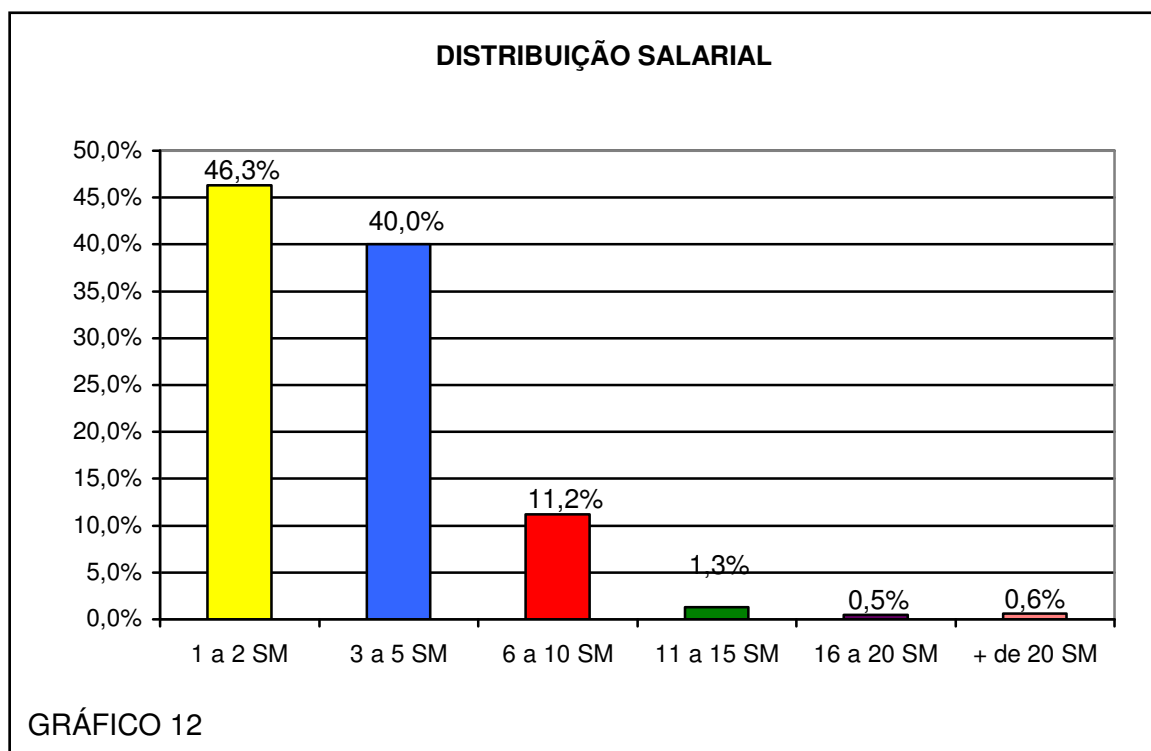
Gráfico 10

- ✓ A força de trabalho feminina é observada em grande número nas funções de auxiliares (46,3%) e assistentes (45,3%) respectivamente.
- ✓ Nos cargos técnicos a presença feminina é menor, pois em cada 4 técnicos um é do sexo feminino em Foz do Iguaçu.
- ✓ Tanto na função de proprietária de um empreendimento, assim como na função de direção de uma empresa, a mulher está presente em pouco mais de 1/3 destes postos de trabalho.



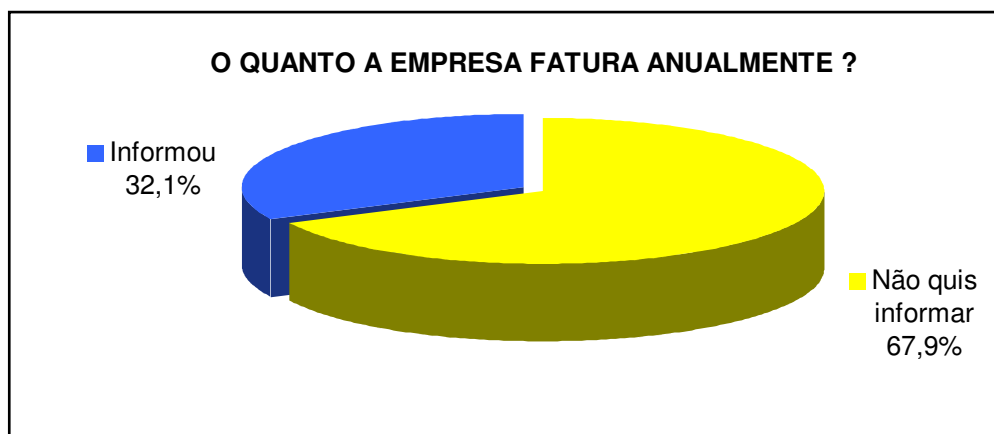
Renda média dos recursos humanos das empresas (Gráfico 12)

- ✓ 86,3% do volume de salários pagos aos funcionários das empresas de Foz do Iguaçu encontram-se entre 1 e 5 salários mínimos;
- ✓ 11,3% dos gerentes das empresas possuem salários que variam entre 11 a 20 salários mínimos;
- ✓ 19% das chefias intermediárias recebem 6 e 15 salários mínimos;



Faturamento Anual das Empresas (em escalas)

- ✓ 7 em cada 10 empresas preferiram não informar o faturamento;
- ✓ Das empresas que informaram, 20,1% possuem um faturamento anual que oscila entre 10 e 50 mil reais;
- ✓ 1,3% das empresas de Foz do Iguaçu possuem um faturamento anual acima de 1 milhão de reais;
- ✓



Residência permanente dos funcionários (Gráfico 14)

- ✓ 97,2% dos funcionários das empresas entrevistadas moram em Foz do Iguaçu, 2,8% em outras cidades circunvizinhas;
- ✓ Santa Terezinha de Itaipu responde por 1,6% dos funcionários que trabalham em Foz do Iguaçu;

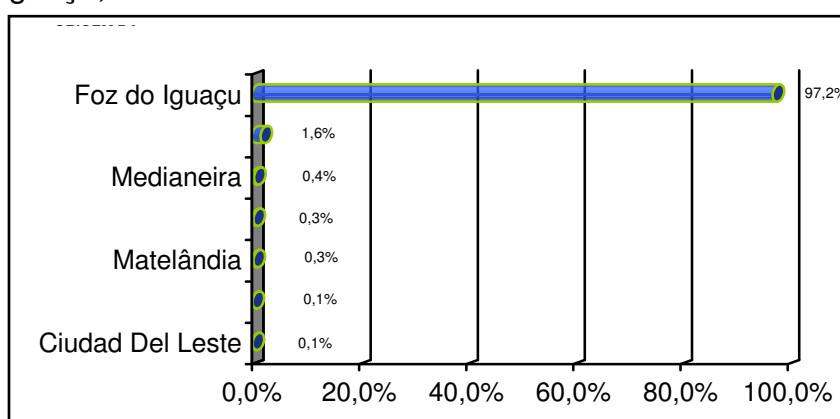


GRÁFICO 14

Meio de transporte mais utilizados para se chegar ao trabalho

- ✓ O ônibus de linha é o meio de transporte mais utilizado pelos recursos humanos das empresas que responderam o primeiro Censo Econômico de Foz do Iguaçu, segundo 34,7% dos entrevistados;
- ✓ Carro próprio representa 32,3% dos meios de transporte utilizado pela força de trabalho local.

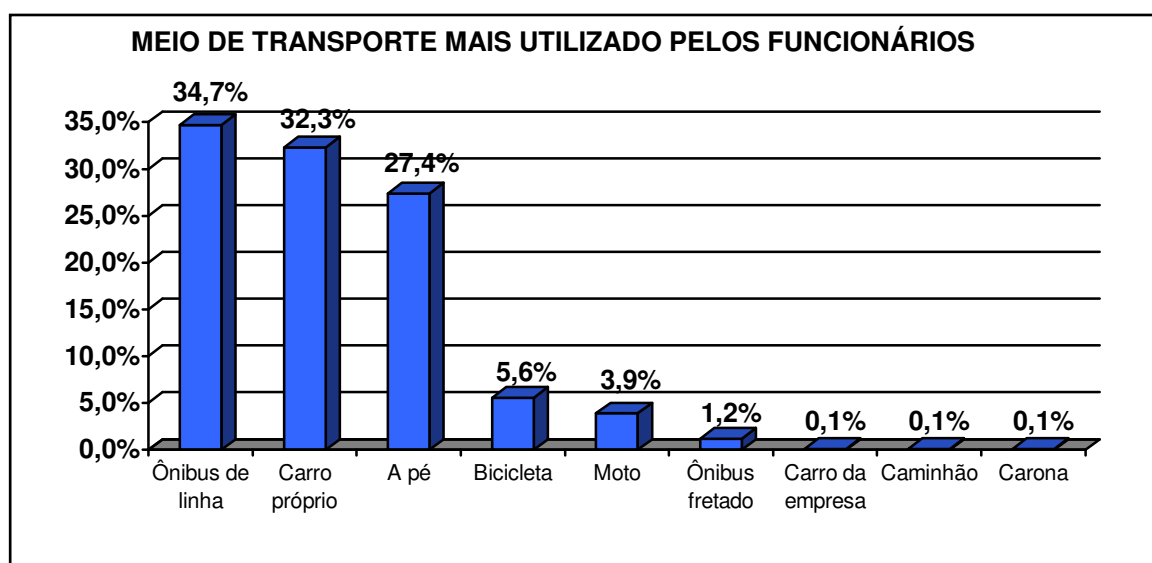
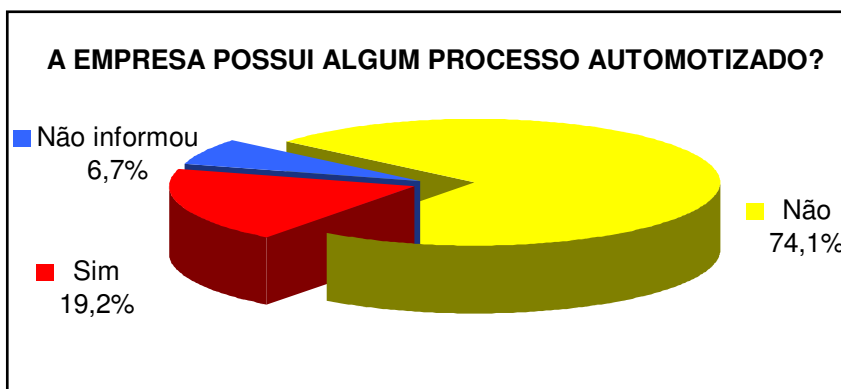
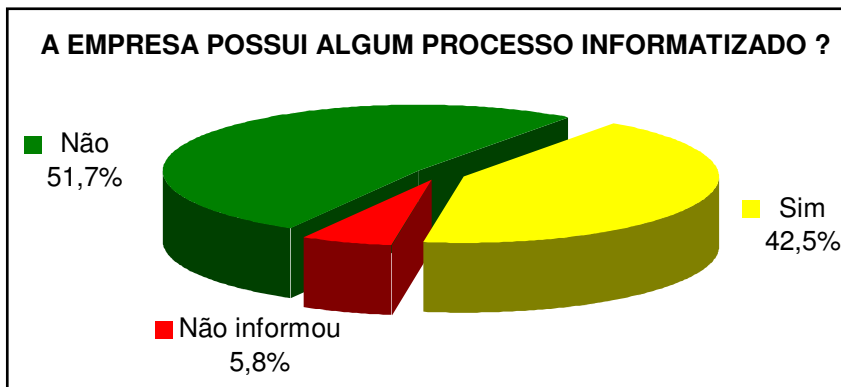
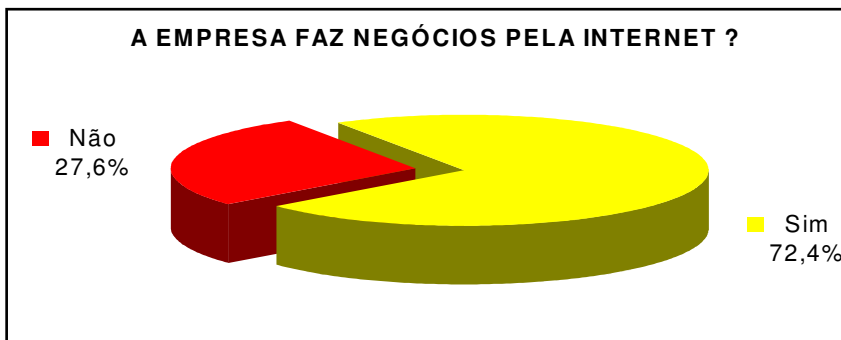
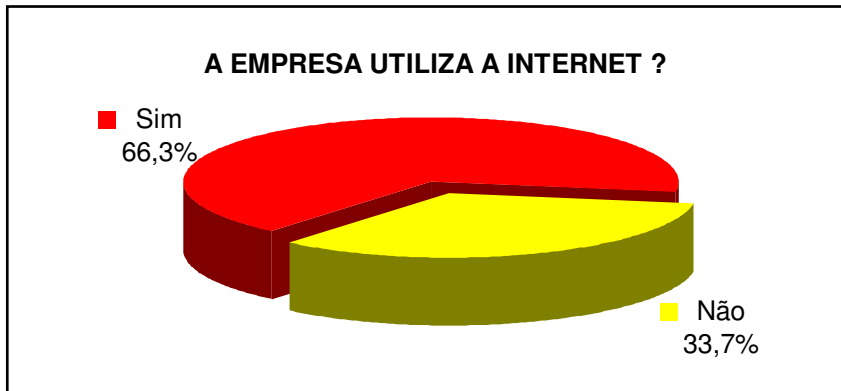


GRÁFICO 15



Gráficos 16 a 19 - Fonte: ACIFI - Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu; Governo do Estado do Paraná; Secretaria do Emprego

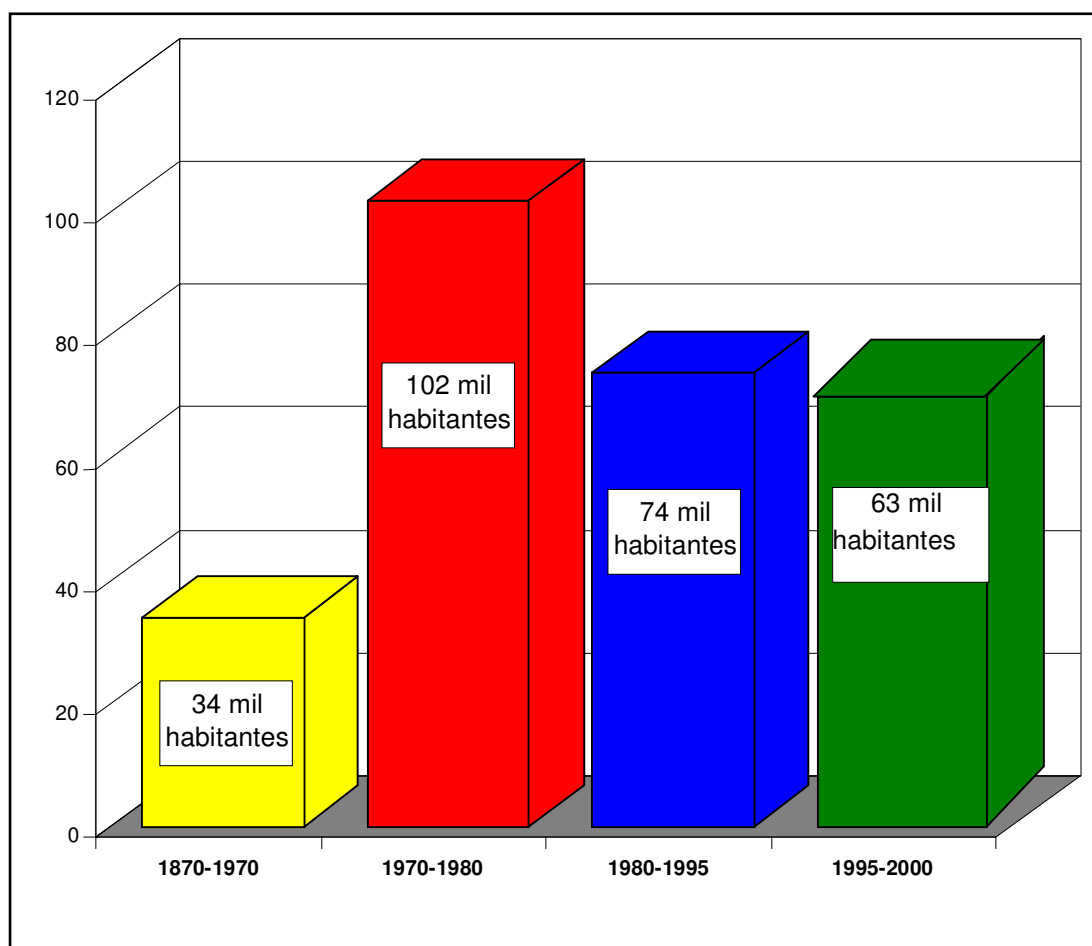
e Relações do Trabalho; Secretaria de Educação - Núcleo Regional de Ensino; Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu; SEBRAE-PR; Serviço de Apoio às Pequenas Empresas do Paraná;Itaipu Binacional.

3.2.2. PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA

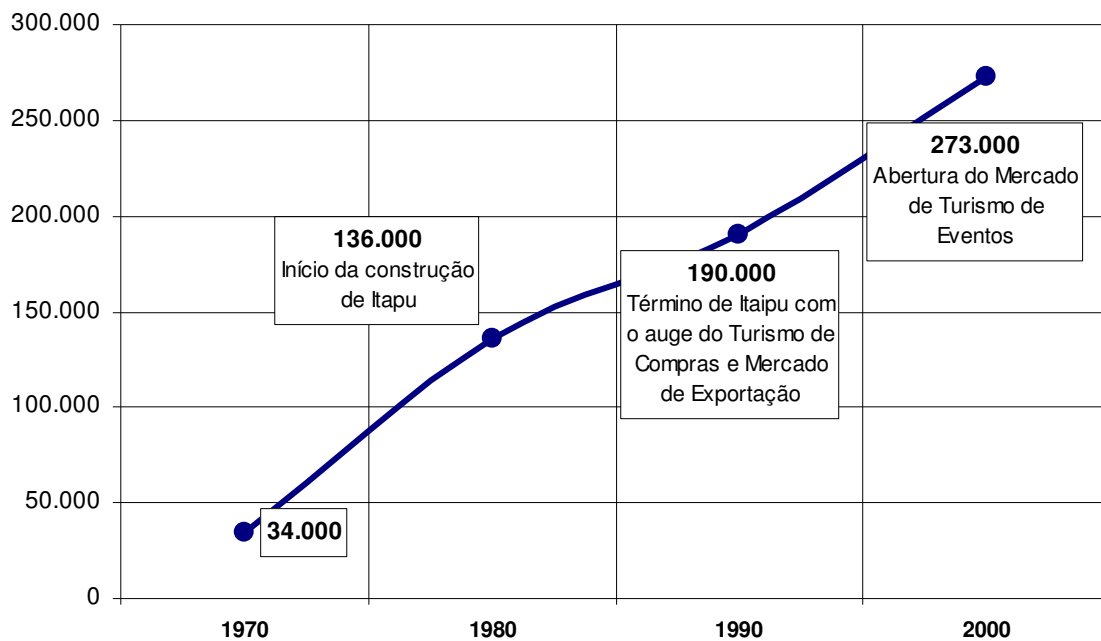
Pesquisa realizada em out/2000 pela UDC-União Dinâmica de Faculdades Cataratas e o Instituto de Pesquisa Consulta, referente a uma radiografia sócio-econômica do município de Foz do Iguaçu. (Pesquisa Completa, ver anexo 10).

Acréscimo no número de habitantes em função dos ciclos econômicos.

PERÍODO	CICLO ECONÔMICO	ACRÉSCIMO DE HABITANTES
1870-1970	Extração da madeira e cultivo da erva mate	34 mil habitantes
1970-1980	Construção de Itaipu	102 mil habitantes
1980-1995	Exportação e Turismo de Compras	74 mil habitantes
1995-2000	Abertura de mercados e Turismo de Compras	63 mil habitantes



Evolução do número de habitantes em Foz do Iguaçu de 1970 a 2000



FONTE: CARTÓRIO ESTEVES SANTOS

OBS.: EM MARÇO DE 1998, COM A LEI FEDERAL Nº 9.534, AS CERTIDÕES DE NASCIMENTO SE TORNARAM GRATUITAS PARA TODA POPULAÇÃO.

Perfil da população de Foz do Iguaçu por Região em função do sexo, idade, renda e moradia (%)

R1 31.000 = REGIÃO DE TRÊS LAGOAS

Sol de Maio, Vasco da Gama, Santa Rita, Vila Miranda, Tucurui, Fernanda.

R2 28.000 = REGIÃO DA VILA "C"

São Sebastião, Porto Belo, Jardim Itaipu, Jardim Califórnia.

R3 45.000 = REGIÃO DO SÃO FRANCISCO

Portal da Foz, São Rafael, Vila Borges, 1º de Maio, Cohapar III.

R4 29.500 = REGIÃO DO PORTO MEIRA

Ouro Verde, Vila Adriana II, Profilurb I, II, Jardim Polônia, Vila Shalon.

R5 32.000 = REGIÃO DO JD. SÃO PAULO

Campos do Iguaçu, Libra, Jardim Manaus, Vila Militar, Panorama.

R6 23.000 = REGIÃO DO JD. AMÉRICA

Jardim Jupira, Vila Portes, Brasília, Vila Paraguaia, Jardim Central.

R7 17.000 = REGIÃO DO IMPERATRIZ

Pilar Pq. Campestre, Jardim das Palmeiras, Jardim Lancaster, Curitibaano, Vila Braz.

R8 30.000 = REGIÃO AKLP

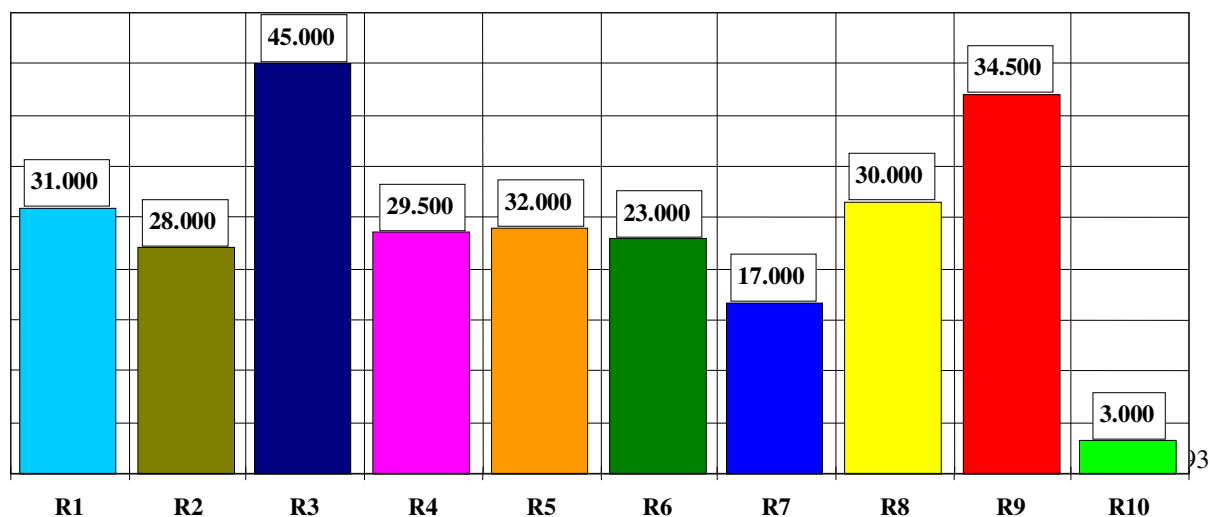
Vila B, Vila A, Petrópolis, Aporã, Curitibaano II, III, Pq. Presidente.

R9 34.500 = REGIÃO CENTRAL

Vila Maracanã, Vila Yolanda, Vila Bom Jesus, Jardim Naipi, Jardim Tarobá.

R10 3.000 = REGIÃO RURAL

Lote Grande, Aparecidinha, Vila Bananal, Arroio Dourado, Remanso Grande, Parque Nacional, Sanga Funda, Aeroporto.



Perfil da População (ano 2000)

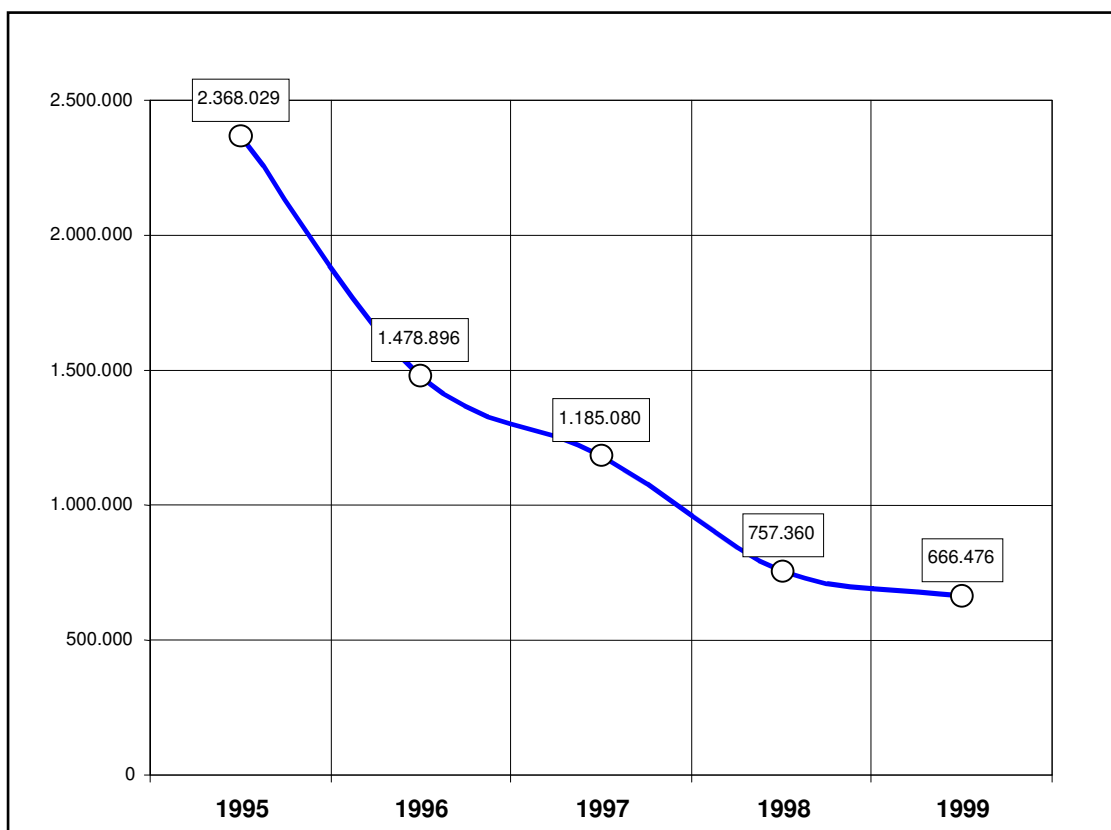
SEXO	HABITANTES	%
Masculino	127.706	49,5%
Feminino	130.662	50,5%
TOTAL	258.368	100%
IDADE	HABITANTES	%
0-4 ANOS	33.587	13%
5-10 ANOS	48.654	16%
11-15 ANOS	28.420	11%
16-24 ANOS	49.089	19%
25-39 ANOS	74.491	26%
40-59 ANOS	31.008	12%
MAIS DE 60 ANOS	7.751	3%
TOTAL	273.000	100%
ANO	NASCIMENTO	ÓBITOS
2000	7.821	1.477
INSTRUÇÃO	ESTUDANTES	%
Até o 1º Grau	64.477	76%
Até o 2º Grau	18.503	19%
Tec. Profissional	1.226	1,5%
Superior	3.237	3,5%
TOTAL	87.443	100%
POP. EM IDADE ATIVA	HABITANTES	%
Até 3 S.M.	96.500	69%
De 4/10 S.M.	33.500	24%
Mais de 10 S.M.	10.000	7%
PERFIL ECONÔMICO POP. ECON. ATIVA	HABITANTES	
Emp. Setor Público	12.000	
Emp. Setor Privado	33.000	
Emp. Paraguai	5.000	
Desemp./Econ. Informal	40.000	
Total	90.000	
PERFIL DOS ELEITORES – 2000		
IDADE	Nº DE VOTOS	
16 A 34 ANOS	87.404	
35 A 60 ANOS	70.596	
MAIS DE 60 ANOS	10.085	
TOTAL	168.085	
Nº DE VOTOS		
ESCOLARIDADE		
ATÉ O 1º GRAU	127.745	
2º GRAU	31.936	
3º GRAU	8.404	
TOTAL	168.085	

INVASÕES E FAVELAS		
FAVELAS	FAMÍLIAS	PESSOAS
50	6.000	40.000

Demonstrativo do número de visitantes em Foz do Iguaçu de 1995 a 1999

ANO	1995	1996	1997	1998	1999
Passageiros ônibus de turismo	2.368.029	1.478.896	1.185.080	757.360	666.476
Desembarque rodoviária	1.303.364	923.026	749.096	656.431	543.680
Desembarque aeroporto	226.070	211.807	208.682	231.173	221.615
Passageiros veículos de passeio	129.600	97.200	84.200	80.000	100.000
Passageiros Argentina/Paraguai	288.000	216.000	187.100	200.000	260.000
Total	4.315.063	2.926.929	2.414.158	1.924.964	1.791.771

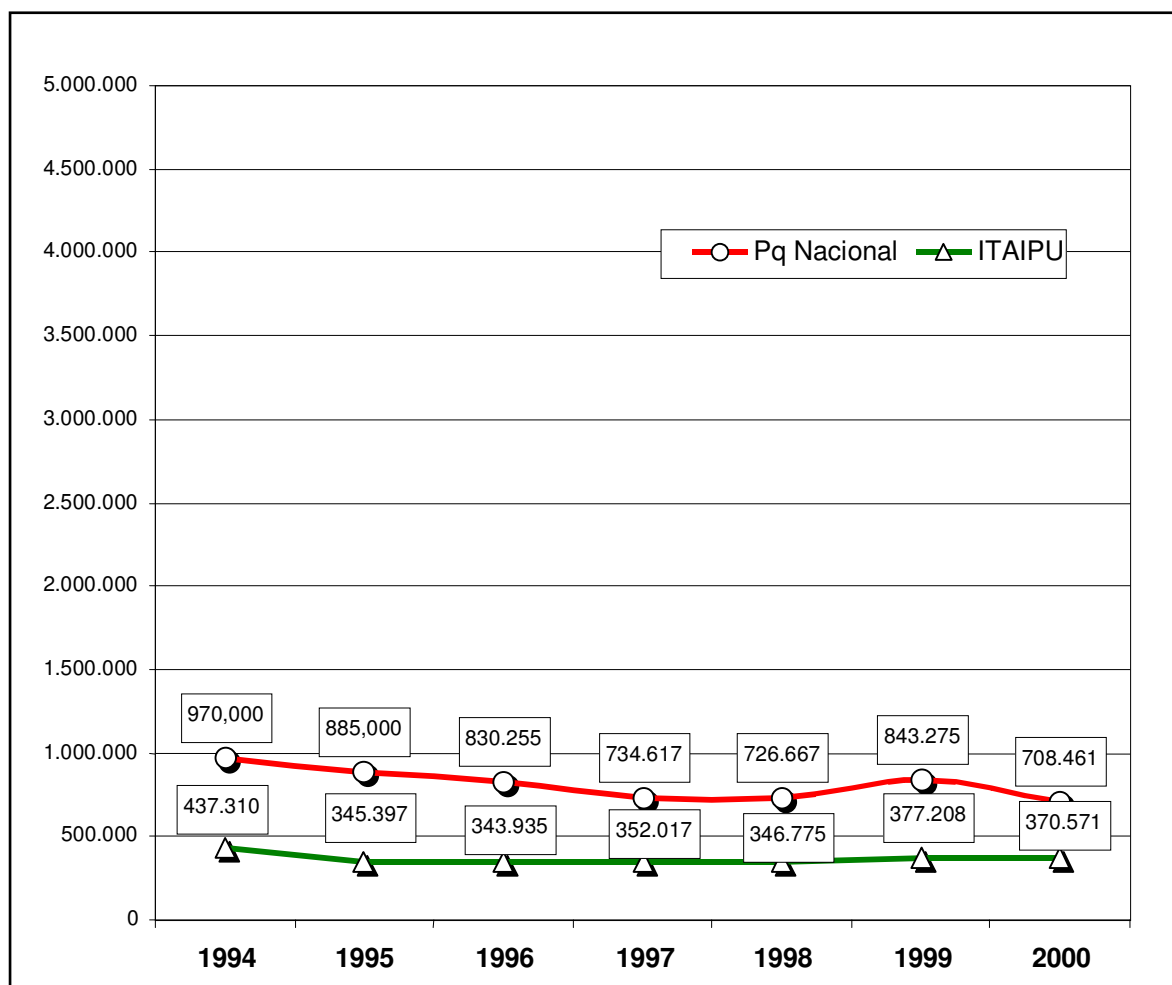
GRÁFICO



Evolução do número de visitantes em Foz do Iguaçu (1994 a 2000)

ANO	ITAIPU	PARQUE NACIONAL
1994	437.310	970.000
1995	345.397	885.000
1996	343.935	830.255
1997	352.017	734.617
1998	346.775	726.667
1999	377.20	843.275
2000	370.571	708.461

NÚMERO DE VISITANTES

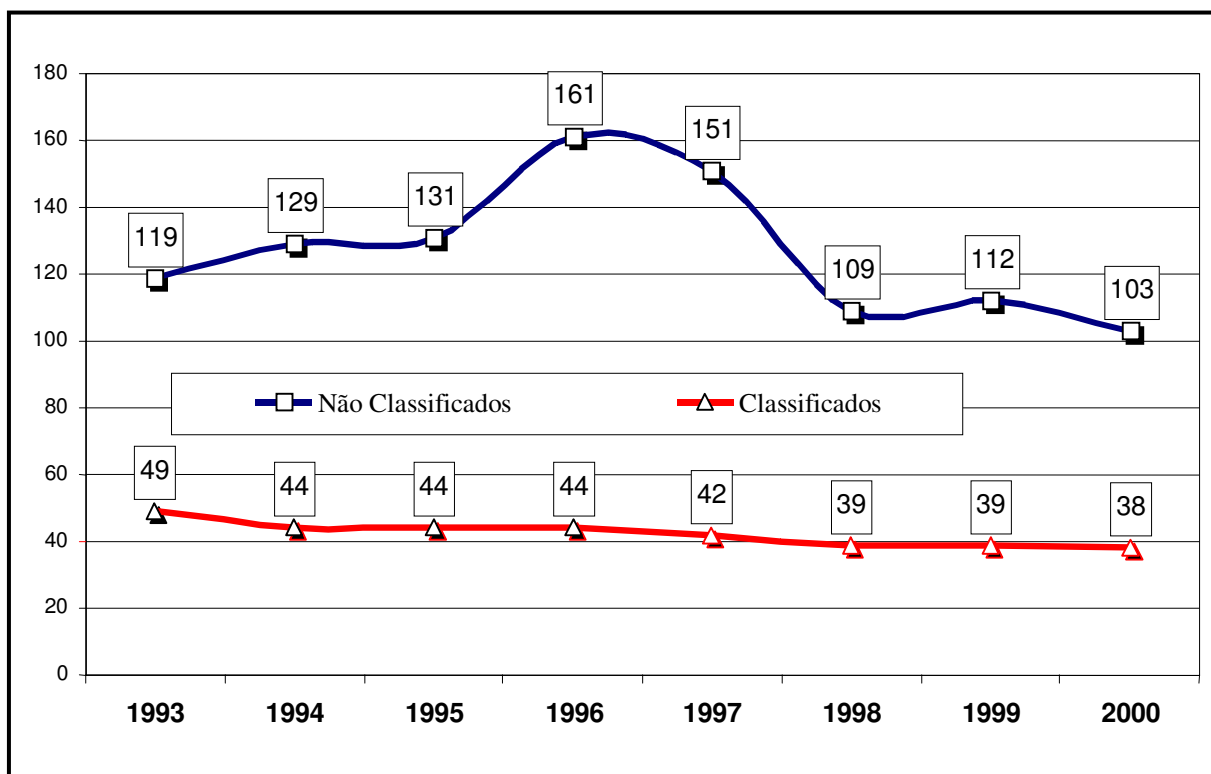


Evolução do setor hoteleiro em Foz do Iguaçu de 1994 a 2000

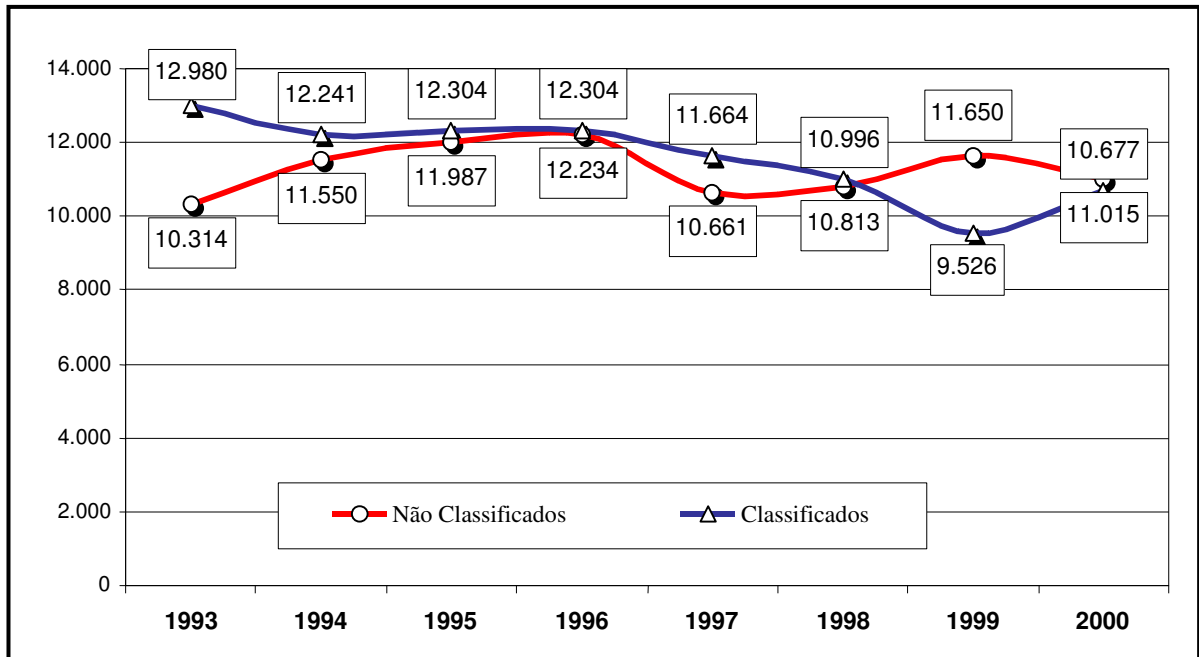
ANO	HOTÉIS		LEITOS	
	CLASSIFICADOS	SEM CLASSIFICAÇÃO	CLASSIFICADOS	SEM CLASSIFICAÇÃO
1993	49	119	12.980	10.314
1994	44	129	12.241	11.550
1995	44	131	12.304	11.987
1996	44	161	12.304	12.234
1997	42	151	11.664	10.661
1998	39	109	10.996	10.813
1999	39	112	9.526	11.650
2000	38	103	10.677	11.015

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO

HOTÉIS



LEITOS

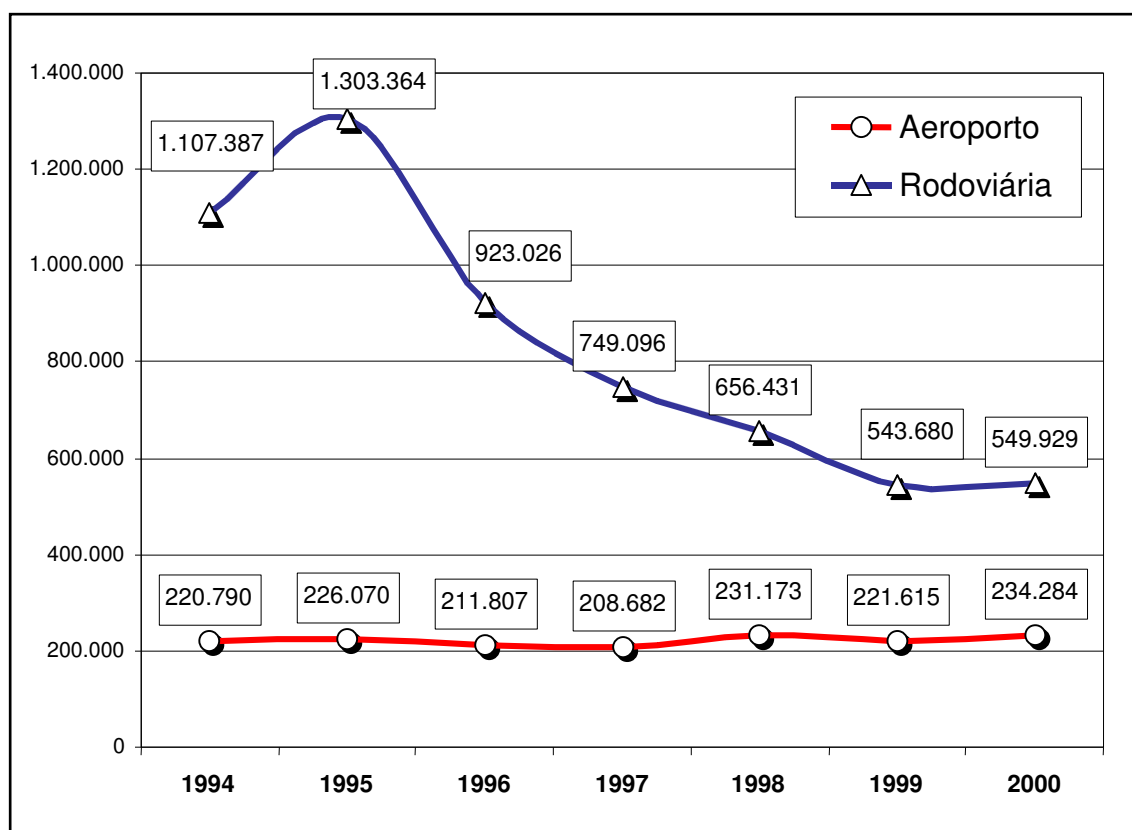


Evolução do movimento de passageiros em Foz do Iguaçu (1994 a 2000)
(via aérea e Terrestre)

ANO	AEROPORTO		RODOVIÁRIA	
	EMBARQUE	DESEMBARQUE	EMBARQUE	DESEMBARQUE
1994	215.400	220.790	1.133.548	1.107.387
1995	217.365	226.070	1.327.013	1.303.364
1996	208.979	211.807	979.219	923.026
1997	208.907	208.682	796.367	749.096
1998	228.812	231.173	722.841	656.431
1999	225.112	221.615	638.963	543.680
2000	139.729	234.284	649.808	549.929

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

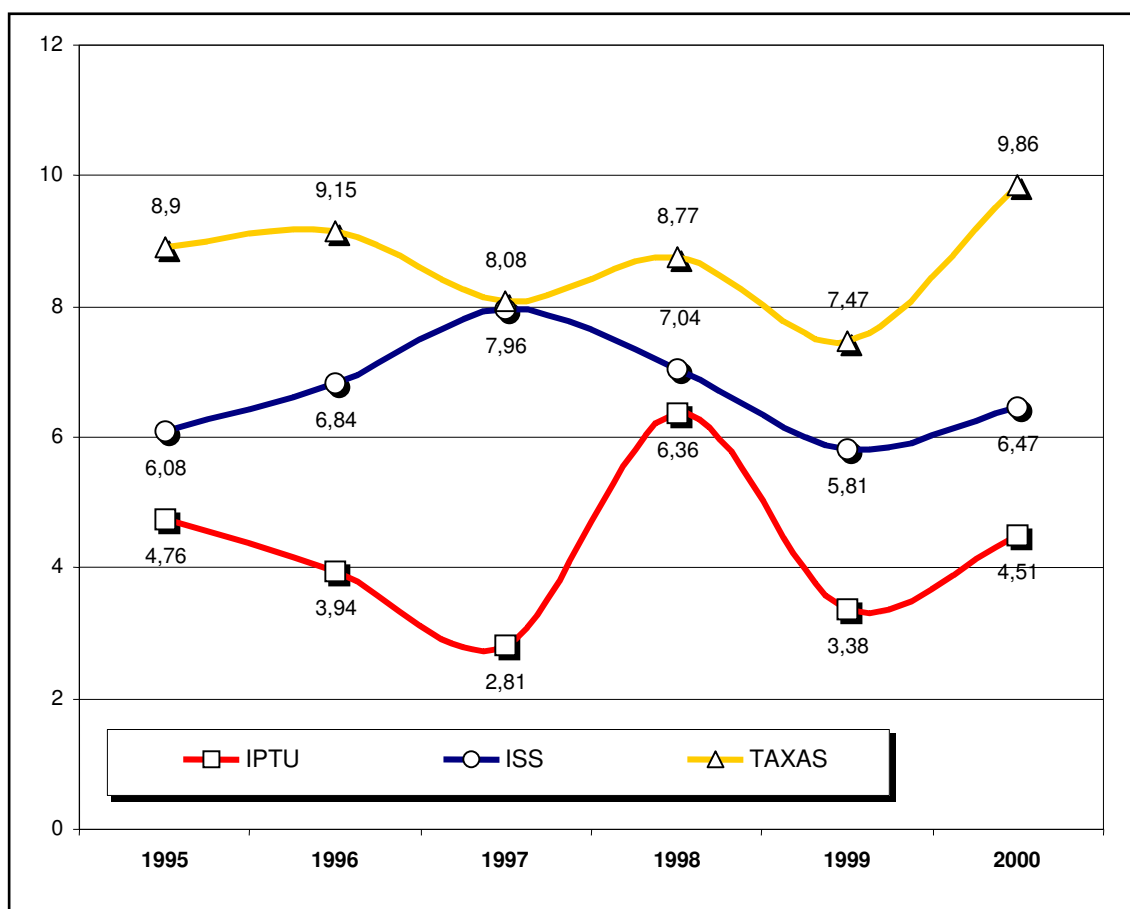
DESEMBARQUE



Em milhões de reais - Receita Tributária Municipal de 1995 a 2000

IMPOSTO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
IPTU	4,76	3,94	2,81	6,36	3,38	4,51
ISS	6,08	6,84	7,96	7,04	5,81	6,47
ITBI	1,09	1,10	1,37	1,38	1,52	1,41
TAXAS	8,90	9,15	8,08	8,77	7,47	9,86
IVV	0,58	0,05	0	0	0	0
Contribuição de Melhoria	0,33	0,29	0,10	0,03	0,04	0,12
Sub-total	21,74	21,37	20,32	23,58	18,23	22,37
IRRF*	1,58	1,56	2,18	2,73	3,05	3,57
TOTAL	23.32	22.93	22.5	26.31	21.27	25.94

GRÁFICO – RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

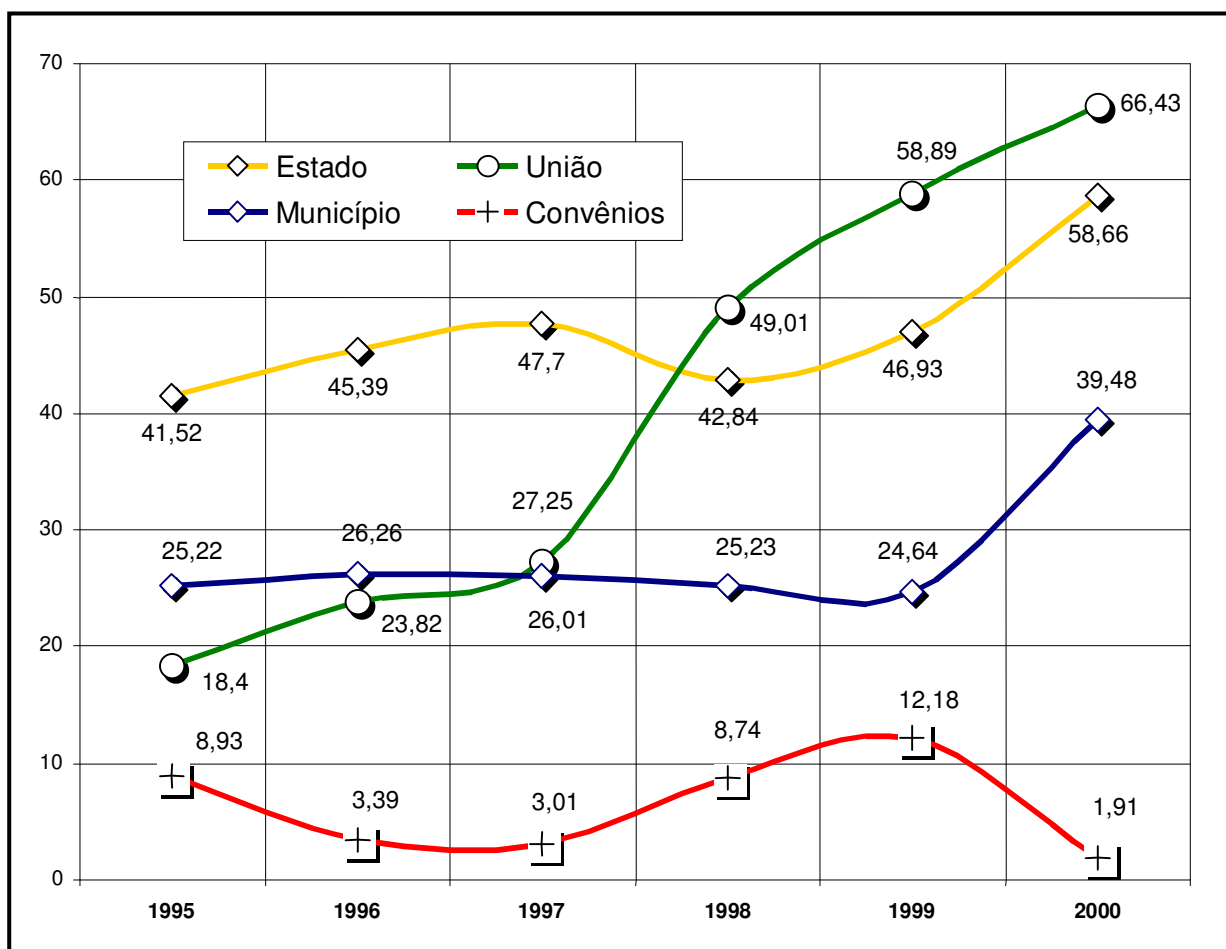


OBS.: * DE 1995 A 1997 O IRRF ESTAVA DENTRO DO GRUPO DE RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL . EM 1998 PASSOU PARA O GRUPO DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA UNIÃO.

Execução da Receita Orçamentária de 1995 a 2000 (em milhões de reais)

ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	%2000
Município	25,22	26,26	26,01	25,23	24,64	39,48	24%
Transferência do Estado	41,52	45,39	47,70	42,84	46,93	58,66	35%
Transferência da União	18,40	23,82	27,25	49,01	58,89	66,43	40%
Convênios e outros	8,93	3,39	3,01	8,74	12,18	1,91	1%
Receita Total	94,07	98,86	103,97	125,82	142,64	166,48	100%

GRÁFICO – RECEITA ORÇAMENTÁRIA



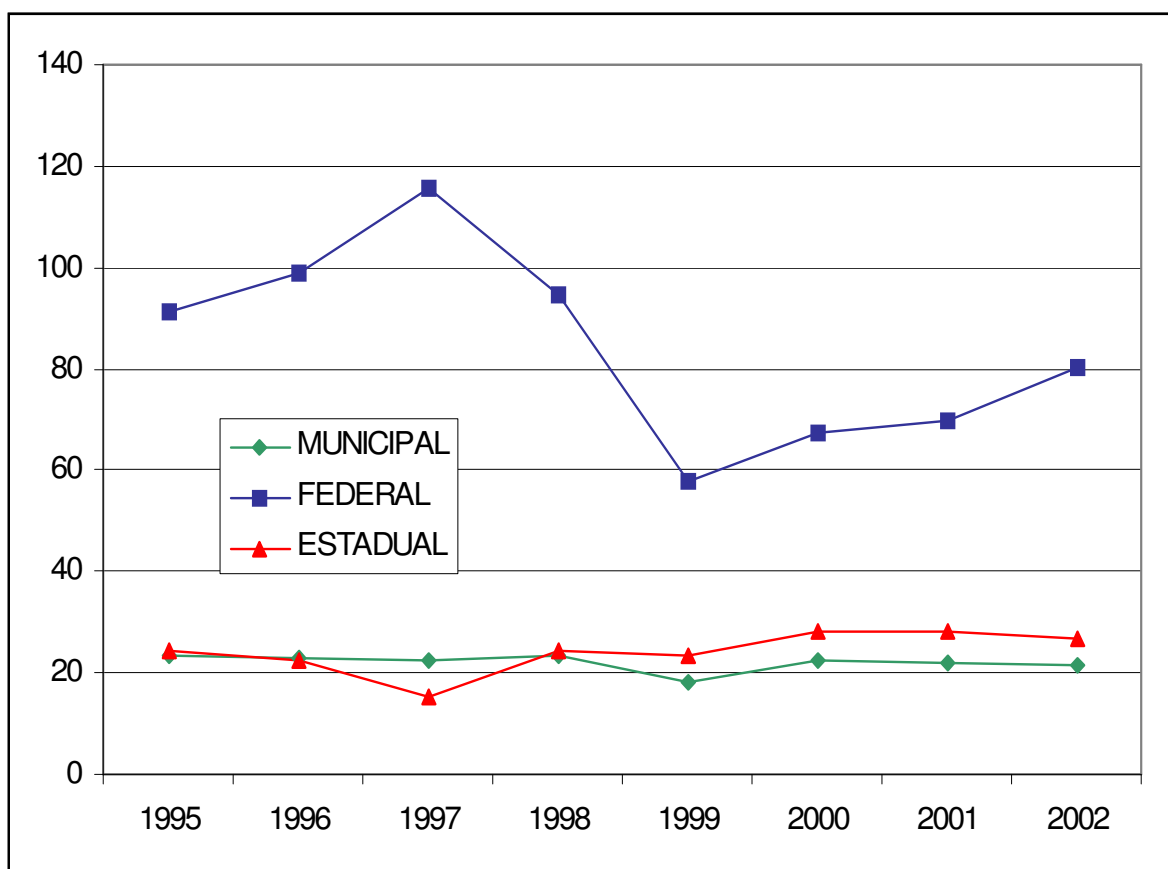
* RECEITA TRIBUTÁRIA + RECEITA PATRIMONIAL + OUTRAS RECEITAS

** INCLUINDO ROYALTIES E FUNDEFI

*** OPERAÇÕES DE CRÉDITO/FAPEN/SMSS

Total da Receita em Foz do Iguaçu de 1995 a 2000 (em milhões de reais)

ANO	MUNICIPAL	ANO	FEDERAL	ANO	ESTADUAL
1995	23,32	1995	91,28	1995	24,56
1996	22,93	1996	99,01	1996	22,66
1997	22,50	1997	115,76	1997	15,44
1998	23,58	1998	94,59	1998	24,47
1999	18,23	1999	58,05	1999	23,58
2000	22,37	2000	67,36	2000	28,37
2001	21,98	2001	69,96	2001	28,27
2002	21,36	2002	80,22	2002	26,86
TOTAL	176,27		676,23		194,21



3.3 A OPINIÃO DOS GRUPOS - PESQUISA

Com o levantamento das tentativas observou-se o passado, e para uma melhor compreensão e percepção de uma visão mais atualizada, foi realizado um levantamento através de pesquisa para se saber a opinião dos líderes da região sobre o tema proposto no trabalho.

A pesquisa tem como principais objetivos conhecer a opinião dos líderes em relação há:

- Atipicidade do município de Foz do Iguaçu.
- Dispersão de energia no caso da busca de uma Legislação Específica para o município de Foz do Iguaçu.
- Necessidade de maior integração de forças.

À seguir, relação de entrevistados:

- 01.** Empresária – Sr.^a Rosicler Hauagge do Prado
- 02.** Empresário – Sr. Acir Amilton do Prado
- 03.** Ex-Prefeito – Ozires Santos
- 04.** Empresário – Roni Carlos Tempo
- 05.** Ex-Vice Prefeito – Paulo Mac Donald Ghisi
- 06.** Deputado Estadual – Dobrandino Gustavo da Silva
- 07.** Vice-Prefeito Municipal – Sr. Cláudio Rorato
- 08.** Deputado Estadual – Reni Pereira
- 09.** Presidente ACIFI – Arnaldo Bortoli
- 10.** Vice Presidente ACIFI – Danilo Vandrúsculo
- 11.** Vice Presidente ACIFI – Ivone Barufaldi

12. Presidente ICVB – Terezinha Parodi
13. Presidente COMTUR – Felipe Gonzáles
14. Diretor Presidente da Itaipu – Jorge Samek
15. Delegado da Receita Federal – Mauro de Brito
16. Representante Religioso – Dom Olívio Aurélio Fazza
17. Colônia Árabe – Kamal Osman
18. Presidente Associação Comercial Paraguai – Sharif Hammoud
19. Ex-Senador Paraguai – Aníbal Abatte Solei
20. Presidente Associação Comercial Argentina –

Observa-se que, na pesquisa a campo, foram entrevistadas pessoas que lideram grupos de interesses, com maior atuação na região.

Realizada no primeiro trimestre de 2003, a pesquisa visa obter opiniões com relação aos seguintes fatores:

A. Características regionais: perguntas 1 e 2 - Cidade Atípica, Dispersão de Energia);

B. Opinião das lideranças locais em relação à unificação: perguntas 3 e 4 - Formação de um novo modelo de Grupo de Pressão;

Questionário. As informações levantadas pela pesquisa seguem padrão de perguntas a seguir:

1. Na sua opinião, Foz do Iguaçu é uma cidade atípica, devido a fatores como fronteira trinacional, Itaipu e outros?

() SIM

() NÃO

2. Com relação a um regime de exclusão fiscal para Foz do Iguaçu; sabendo-se que existem mais de cinco pedidos de uma legislação específica para o município, que não são todos iguais quanto ao tipo de lei, o senhor acredita que esta dispersão de energia ajuda as necessidades da comunidade?

() SIM

() NÃO

3. O senhor acredita que há necessidade de unificação de forças a favor dos interesses da comunidade em relação ao Estado, União e Países Fronteiriços? (Paraguai-Argentina)

() SIM

() NÃO

4. O senhor é a favor a formação, fusão ou adaptação de órgãos ou entidades para um melhor relacionamento entre a comunidade, o estado, e união, e países fronteiriços?

() SIM

() NÃO

4.3.3. RESULTADOS

Com vinte pesquisas realizadas, segue o resultado:

	SIM	NÃO
Cidade Atípica	20	0
Dispersão Energia	02	18
Unificação	20	0
Formação	20	0

Através da pesquisa observa-se alguns fatores importantes, são eles:

A. a visão sobre o tema proposto é similar, ou seja, todos tem a mesma visão sobre o assunto,

B. a dificuldade da integração de forças é maior.

C. a intenção e aceitação inicial para formação de um *novo modelo de Grupo de Pressão* é fundamental para uma especulação sobre a possível formação, fusão ou adaptação do grupo.

Conclui-se que todos os “grupos” tentam criar uma Área de Exclusão Fiscal em Foz do Iguaçu, área esta que seria legalmente formalizada através de uma Legislação Específica.

Como mostra o *capítulo II*, existem várias outras áreas e regiões do país que buscam Regimes de Exceção, ali são tratados somente pedidos referentes a Áreas de Livre Comércio, não constando porém Regimes de Exceção como isenção Tributária, EADI, Entreposto e Zonas Francas, a qual com relação ao Tratado do Mercosul (art 5º) que só admite no território de Mercosul as Zonas Francas que “atualmente se encontram em funcionamento e as que se instalarem em virtude de normas legais vigentes ou em trâmite parlamentar “. Ou seja. A quantidade de Projetos de Lei é muito grande.

Dentro do tema “*Grupos de Pressão*”, foi escolhido como exemplo prático as tentativas de aplicação de um Regime de Exclusão Fiscal para o Município de Foz do Iguaçu.

O trabalho *não tem a finalidade* de escolher qual a melhor opção, e se existe possibilidade de especular-se sobre uma possível implantação de área de Exclusão Fiscal.

Foz do Iguaçu é uma cidade atípica. Está no “Centro” do Mercosul, (ver mapa, anexo I). Outros fatores são considerados atípicos na cidade e na região:

- A.** a naturalidade existente com relação ao câmbio (desde os mais diversos tipos e tamanhos de empresas),
- B.** a facilidade de poder entrar em um cassino legalizado,
- C.** a facilidade para comprar produtos em comércio de diferentes tipos,
- D.** a posição geográfica: proximidade com 3 realidades distintas: Brasil, Argentina e Paraguai – exemplifica-se: pode-se *tomar café* no Brasil, *almoçar* no Paraguai, *jantar* na Argentina, e ainda dormir no Brasil, no mesmo dia).
- E.** conta-se com fatores de influência externos e diretos, como a Usina de Itaipu (Empresa Binacional–Brasil e Paraguai), Parque Nacional do Iguaçu (Binacional – Brasil e Argentina)
- F.** número acima da média nacional de profissionais que trabalham no Estado, na União (Receita Federal e Estadual, Polícia Federal e Estadual, Ibama, Iap, e outros), fator fundamental também para a economia local.

CONCLUSÃO

A Formação de um novo modelo de *grupo de pressão* é possível, *apriori*, visto que os grupos nascem de interesses e objetivos em comum.

No caso de Foz do Iguaçu, constata-se este interesse através das várias tentativas para a implantação de um Regime de Exceção Fiscal, por uma Legislação Específica.

A cidade busca a função de ser um “Centro de Relações Trinacionais”, ou seja, centro “opinativo” e executivo. Neste centro determinados temas serão discutidos, com opiniões de órgãos e entidades, com a meta de formar um novo *modelo de grupo de pressão*, à favor de um melhor desenvolvimento da comunidade e de seus interesses.

Através dos levantamentos das características do município de Foz do Iguaçu: aspectos históricos; ciclos econômicos; pesquisa do Censo Econômico; pesquisa socio-econômica; e pesquisa a campo; caracteriza-se aspectos como a atipicidade do município, a necessidade de maior integração de forças, ou seja, um foco mais definido - para melhor atender os interesses da comunidade e, principalmente, através da pesquisa de opiniões.

Remarca-se um aspecto: a concordância inicial dos líderes em relação a formação, adaptação ou fusão de órgãos e entidades para melhor relacionamento e atendimento dos interesses da comunidade local.

Este trabalho vem a concluir que: *há necessidade de criação de um Grupo de Pressão, que integre e facilite as principais ações de interesse dos órgãos e entidades que representam a comunidade.*

Neste trabalho, o autor sugere a implantação de um “**Centro de Relações Trinacionais – CERTO**”, tendo os seguintes objetivos, dentre outros:

- unificação de forças, para a busca de interesses da comunidade, na região da trílice fronteira,
- melhoria do relacionamento / *interface*, entre os agrupamentos, interesses nacionais e internacionais
- discussão de cada tema relevante em separado,
- realização da função principal dos *Grupos de Pressão*: **elo de eficiência / ligação**, entre os grupos de interesse e poderes públicos.

NA PRÁTICA – O PRIMEIRO ATO

Na prática, Foz do Iguaçu é uma cidade que faz parte da Trílice Fronteira, com uma história específica, atípica e instável, necessita de um rumo: um foco mais definido.

A cidade tem quatro pontos de referência, as principais conexões internacionais:

1. natureza, Parque do Iguaçu, através de concessões de áreas para iniciativa privada, que investe na infra-estrutura e prestação de serviços ao turista, seguindo padrões de conservação ambiental.

2. Itaipu, o segundo: feito pelo homem, em fase final de ajuste sistema de gestão. Além de alavancar projetos com enfoque no turismo ambiental, a cidade já tem uma infra-estrutura hoteleira.

3. a ponte Tancredo Neves: liga Brasil e Argentina, que opera com tranqüilidade, além de não ter grandes expectativas de incremento comercial.

4. a Ponte Internacional da Amizade, devido ao imenso número de translaços de mercadorias e pessoas, ocorridos na década de 90, é o ponto central de referência prática deste trabalho.

O primeiro tema deverá ser a Ponte da Amizade, e uma possível revitalização de seu entorno. (A imagem negativa, internacional geralmente tem como o ponto central a ponte, causando péssima impressão ao turismo local).

Na pesquisa sócio-econômica, observa-se que o numero de visitantes, que em 1995 chegou a 2.36 milhões de pessoas, em apenas 4 anos caiu para 667 mil pessoas.

Porém o número de visitantes via aérea, que fazem passeios como no Parque do Iguaçu e na Itaipu, se mantiveram, e em alguns casos até cresceram, isto é, o verdadeiro turista se manteve, o que diminui foram os sacoleiros.

Resume-se, a situação da seguinte maneira:

1. Parque do Iguaçu – Rumo Definido

2. Itaipu – Rumo Definido

3. Ponte da Fraternidade – Segunda Bandeira

4. Ponte da Amizade – Ícone Central, primeira bandeira, primeiro ato do grupo de pressão; sua revitalização e um novo Plano diretor, sendo a infra-estrutura o primeiro passo, para assim poder dar e criar condições de operação, fiscalização e segurança .

Temas como Turismo e Comércio Exterior, devem fazer parte da essência do Plano, com atendimento específico ao turista, como também a implantação de um Instituto de Comércio Exterior no próprio local, que deverá servir como uma “ponte “entre os importadores / exportadores e órgãos competentes.

Objetiva-se:

- A. a legalidade das ações,
- B. a reorganização da região,
- C. a busca do crescimento sustentável,
- D. o melhor atendimento a comunidade,
- E. a qualidade de vida.

Servindo como primeiro ato, principalmente como ícone Formador de “uma nova onda do bem! “, apontando um *novo caminho para a região*.

GRUPO

A Meta é 1º formação de um grupo de pressão Trinacional, de início, a formação de um *grupo Base* no Brasil, sua consolidação mínima e depois a busca da *integração trinacional*.

Sugere-se, os seguintes grupos de interesse:

- Receita Federal,
- Polícia Federal ,
- Anvisa ,
- Governo do Estado,
- DNIT,
- Acifi,
- Universidade/Faculdade.

- Governo Municipal

Sugere-se as seguintes etapas de trabalho:

01. Formação de Grupo Base

02. Organização de um novo modelo de *Grupo de Pressão*, (sem pretensão de poder);

03. Buscar o maior número de grupos de Interesse;

04. Iniciar com Grupo Base (Brasil), depois com a integração dos três países;

05. Levantar um tema inicial, que servirá como “bandeira” , “símbolo” para futura formação de um *grupo de pressão*, (sugestão: Projeto Ponte da Amizade);

06. Atualizar continuamente dados e estatísticas socio-econômicos;

07. Participação de representantes de poder público municipal, estadual e da união das cidades da região trinacional;

08. Representantes das Associações Comerciais das cidades da região trinacional;

09. Representante dos órgãos e entidades com relevante potencial, como caso do COMTUR e ICVB de Foz do Iguaçu;

10. Representantes de Itaipu Binacional;

11. Representante do Parque Nacional do Iguaçu;

12. Representantes das Faculdades e Universidades;

13. Representantes da Receita Federal/Estadual;

14. Representantes dos Partidos Políticos;

15. Representantes das Associações de Bairros ou Micro Regiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIFI (Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu).

ACKLEY, Gardner . **Teoria macroeconômica**. São Paulo: Pioneira, 1989.

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Teoria geral do estado**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.

ANUÁRIO da **Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu** : Gestão Prefeito Harry Daijó e Gestão Prefeito Celso Sâmis da Silva.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Saraiva, 1999.

BELTRÃO, Luiz. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. São Paulo: Summus, 1986.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **Governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BERGER, Peter, Luckmann, Thomas, Fernandes Floriano de Souza (Trad./Ilustr.). **Construção social da realidade (A)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOBBIO, Norberto, Matteucci Nicola, Pasquino Gianfranco Varriale, Carmem C.-Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. São Paulo: Malheiros, 2001.

BOYETT, Jimmie. BOYETT, Joseph. **O Guia dos gurus : os melhores conceitos e práticas de negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A Democracia necessária**. Campinas. Papyrus, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **O Brasil não é para amadores: estado, governo e burocracia na terra do jeitinho**. Curitiba. 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do estado**. São Paulo: Saraiva, 2001.

FARAO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**.

FERNANDES, Antônio José. **Introdução à ciência política** . Porto Editora. 2001.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: alternativa de mudança**. Porto Alegre: Edipucs, 1999.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua história**. p. 24, 2001.

LODI, João Bosco. **Lobby: Os grupos de pressão**. São Paulo: Pioneira, 1986.

MAIA, Jaime de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 2001.

MALUF, Sâmia Nagib. **Administrando o comércio exterior do Brasil**. Aduaneiras. 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2001.

MELO, José Marques de. **Comunicação: teoria e política**. São Paulo: Summus, 1985.

MENEZES, Anderson de. **Teoria geral do estado**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MONTEIRO, Nilson. **Itaipu, a luz**. Curitiba: Itaipu Binacional, Assessoria de Comunicação Social, 1999.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **Exportação a solução global**. Aduaneiras. 2001.

RATTI, Bruno. **Comércio internacional e câmbio**. Aduaneiras. 2001.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1997-1999-2000.

SAD, Farhat. **Fator opinião pública, como se lidar com ele.** São Paulo: T. A . Queiroz, 1992.

SCHERER, Vilmar Inácio. **Análise político-econômica do estado brasileiro nos Últimos 10 Anos.** Cascavel: Ed. Assoeste , p. 21, 2000.

SIMÔES, Roberto Porto. **Relações públicas: função política.** São Paulo: Summus, 1995.

STRECK, Lenio Luiz, Moraes, José Luis Bolzande. **Ciência política e teoria geral do Estado.** Porto Alegre: Livro dos Advogados, 2001.

TOURAINÉ, Alain. Teixeira Guilherme. João de Freitas (Trad/Ilustr). **O que é democracia?** . Petrópolis: Vozes, 1996.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio exterior brasileiro. SISCOMEX Importação e exportação.** Atlas. 2001.

ANEXOS

I – Características do Estudo

Objetivo

Obter informações complementares ao Censo Econômico de Foz do Iguaçu em relação a empresa, pessoas e processos.

Abrangência

Foz do Iguaçu, PR.

Entrevistados

3.518 empresas responderam a entrevista desta ficha complementar.

Margem de Erro

0,6% sobre as conclusões obtidas.

Data da Pesquisa

Novembro de 2001 a Fevereiro de 2002

Metodologia

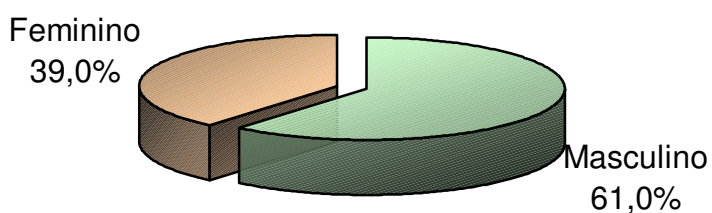
Após treinamento realizado pela CEPPE, pesquisadores munidos de questionários, previamente aprovados pelo cliente, saíram a campo explicando a finalidade do trabalho e aplicando o questionário.

As informações coletadas foram conferidas, processadas e tratadas estatisticamente em programa de computador, gerando o presente relatório.

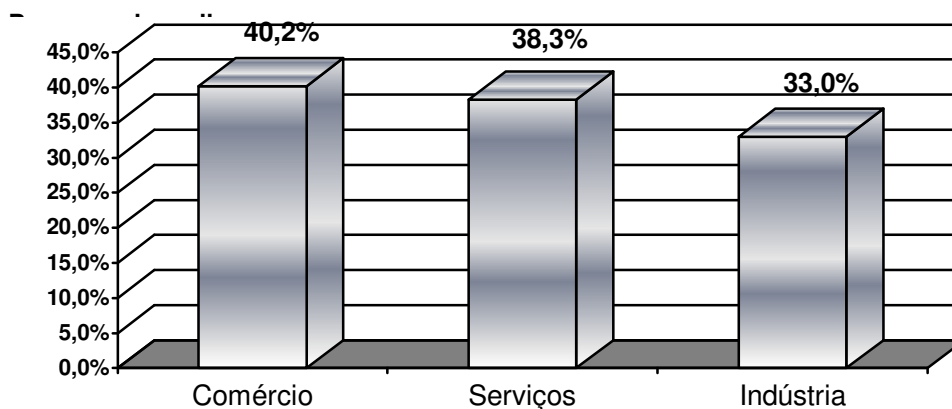
II – Análises dos dados obtidos

Distribuição da força de trabalho

- ✓ Em Foz do Iguaçu de cada 10 postos de trabalho 4 são ocupados pela mulher;

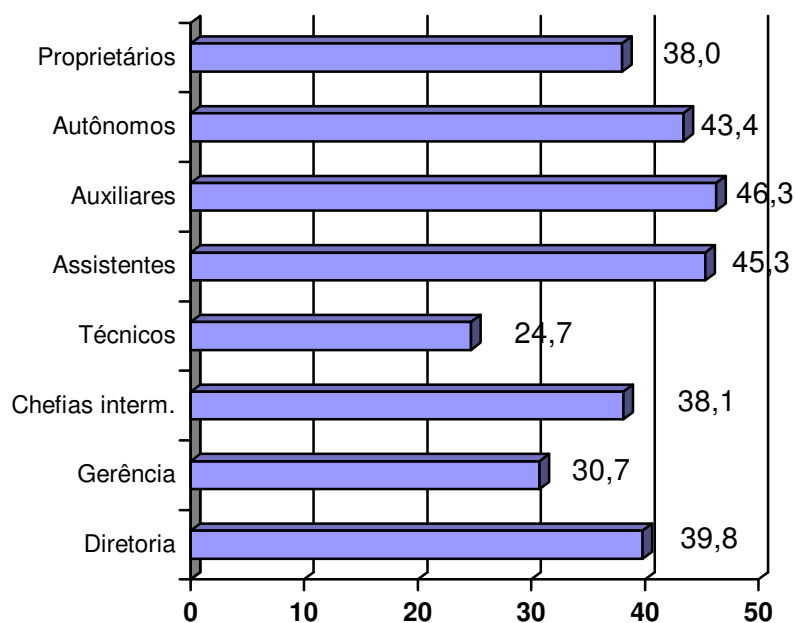


- ✓ No comércio a força feminina é maior, pois abriga 40,2% dos postos de trabalho, nas empresas prestadoras de serviço, 38,3% e nas indústrias 33,0%.



- ✓ A força de trabalho feminina é observada em grande número nas funções de auxiliares (46,3%) e assistentes (45,3%) respectivamente.
- ✓ Nos cargos técnicos a presença feminina é menor, pois em cada 4 técnicos um é do sexo feminino em Foz do Iguaçu.
- ✓ Tanto na função de proprietária de um empreendimento, assim como na função de direção de uma empresa, a mulher está presente em pouco mais de 1/3 destes postos de trabalho.

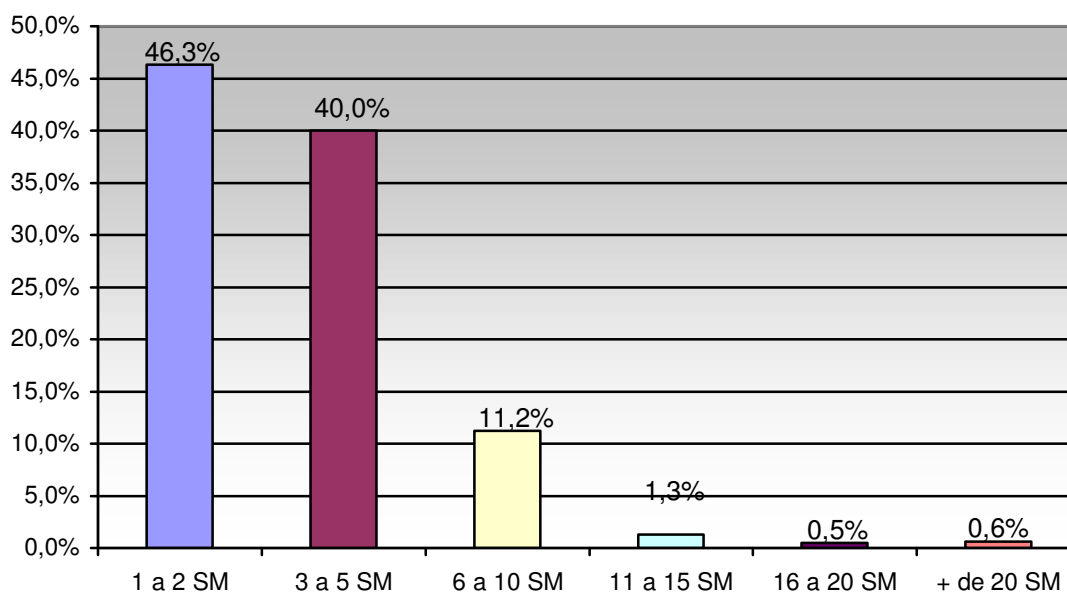
Força de



Renda média dos recursos humanos das empresas

- ✓ 86,3% do volume de salários pagos aos funcionários das empresas de Foz do Iguaçu encontram-se entre 1 e 5 salários mínimos;
- ✓ 11,3% dos gerentes das empresas possuem salários que variam entre 11 a 20 salários mínimos;
- ✓ 19% das chefias intermediárias recebem 6 e 15 salários mínimos;

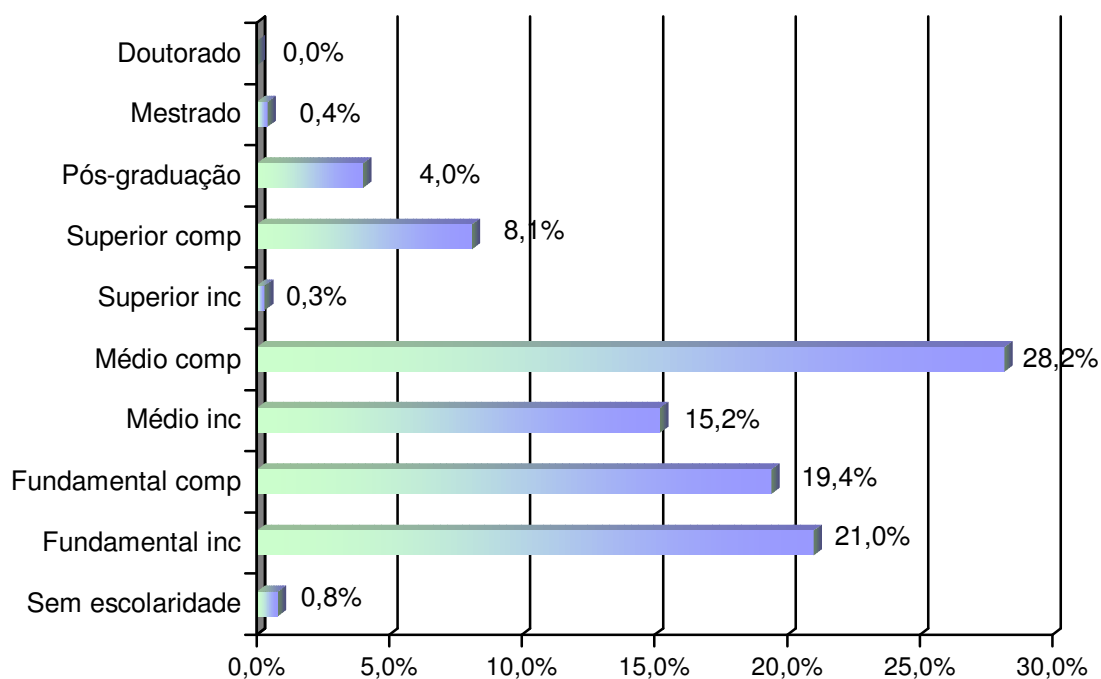
Distribuição



Nível de escolaridade predominante dos recursos humanos das empresas

- ✓ 43,4% dos recursos humanos possuem o ensino médio (completo ou incompleto)
- ✓ 11,1% possuem o curso superior (completo ou incompleto)
- ✓ 28,4% dos diretores de empresa possuem grau de estudo acima do superior;
- ✓ 11,1% dos assistentes estão cursando ou possuem o curso superior incompleto;
- ✓ 0,8% da força de trabalho não possuem escolaridade.

Distribuição por grau



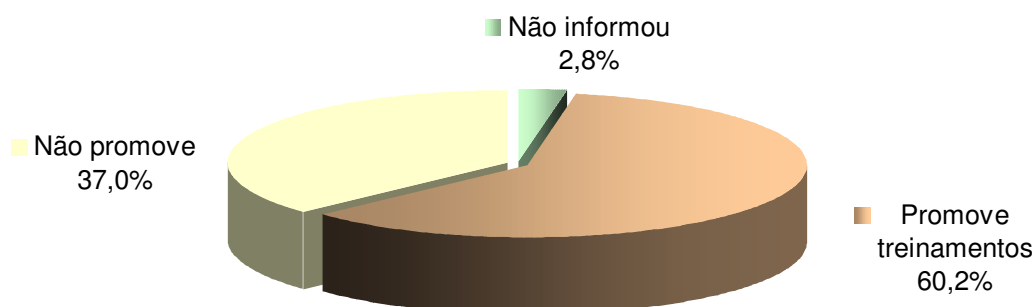
Capacitação profissional

- ✓ 60,2% das empresas promovem a capacitação profissional dos seus recursos humanos;
- ✓ 59,2% das empresas participam em média de 1 a 2 treinamentos, cursos ou palestras durante o ano;
- ✓ Entre 2 a 3 dias na semana seria o tempo ideal para participar de cursos e treinamentos, segundo os entrevistados;
- ✓ 3,3 horas ao dia é tempo médio que os entrevistados disponibilizariam por treinamento;

Os temas mais solicitados para capacitação profissional foram:

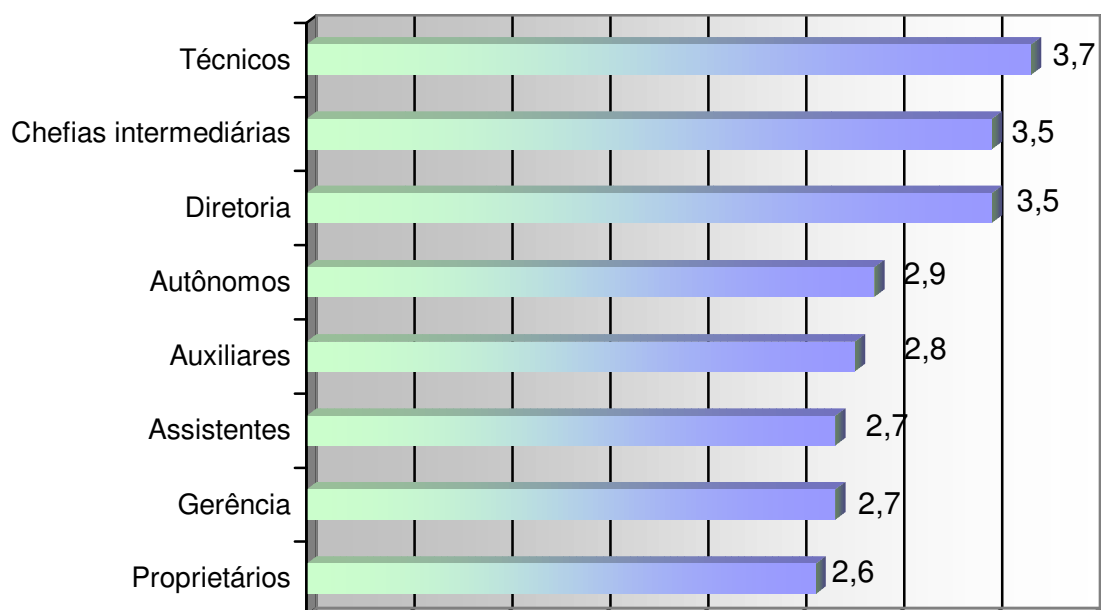
<i>Tema</i>	<i>% relativo</i>	<i>Tema</i>	<i>% relativo</i>
Para os empresários		Para os funcionários	
1. Administração de empresas	14,2	1. Técnicas de vendas	19,2
2. Técnicas de vendas	12,1	2. Atendimento ao público	15,0
3. Informática	10,6	3. Informática	8,1
4. Atendimento ao público	6,6	4. Administração de empresas	6,1
5. Comércio em geral	6,3	5. Comércio em geral	3,1

A empresa promove treinamentos, seminários ou palestras para seus funcionários?



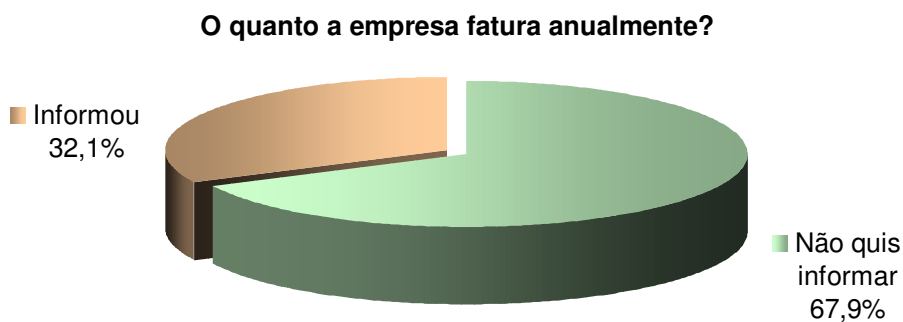
Média de treinamentos anuais por nível hierárquico				
	Indústria	Comércio	Serviços	Total
Diretoria	1,2	2,9	3,9	3,5
Gerência	1,9	2,6	2,9	2,7
Chefias intermediárias	1,0	2,7	4,1	3,5
Técnicos	2,0	3,7	3,8	3,7
Assistentes	2,6	2,6	2,8	2,7
Auxiliares	2,0	2,5	3,0	2,8
Autônomos	1,0	2,8	3,1	2,9
Proprietários	2,4	2,3	2,9	2,6
Média geral	2,2	2,5	3,1	2,8

Número de

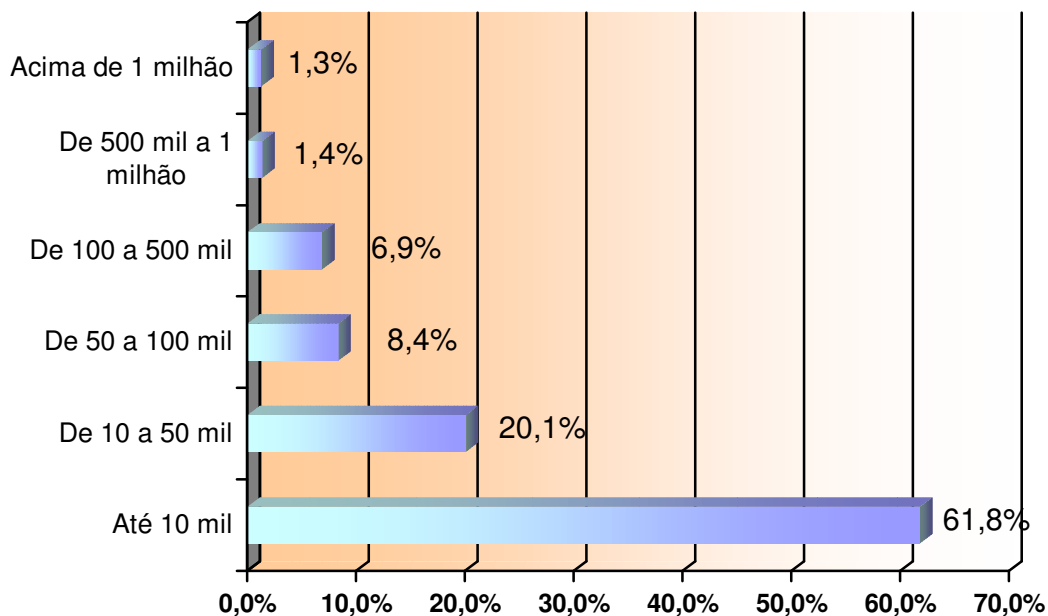


Faturamento Anual das Empresas (em escalas)

- ✓ 7 em cada 10 empresas preferiram não informar o faturamento;
- ✓ Das empresas que informaram, 20,1% possuem um faturamento anual que oscila entre 10 e 50 mil reais;
- ✓ 1,3% das empresas de Foz do Iguaçu possuem um faturamento anual acima de 1 milhão de reais;



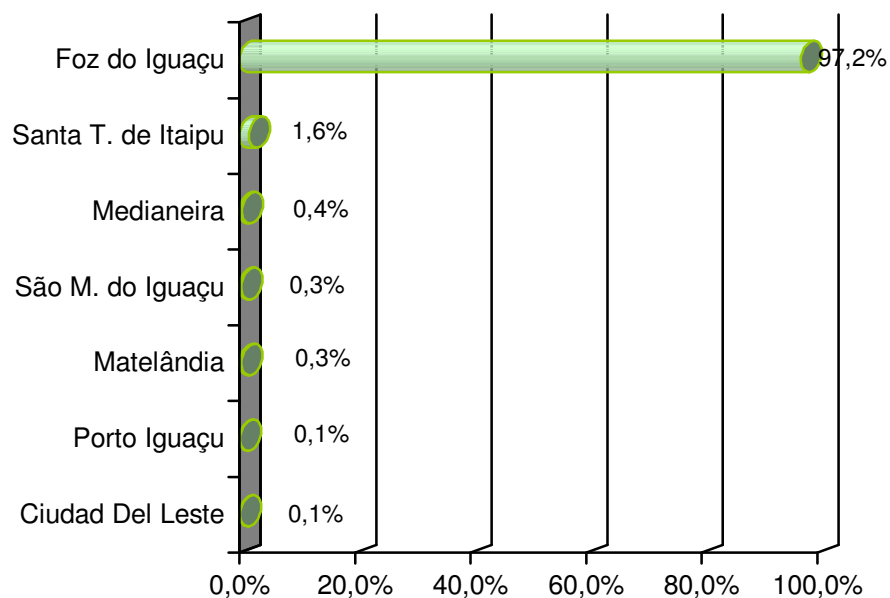
Escala de



Residência permanente dos funcionários

- ✓ 97,2% dos funcionários das empresas entrevistadas moram em Foz do Iguaçu, 2,8% em outras cidades circunvizinhas;
- ✓ Santa Terezinha de Itaipu responde por 1,6% dos funcionários que trabalham em Foz do Iguaçu;

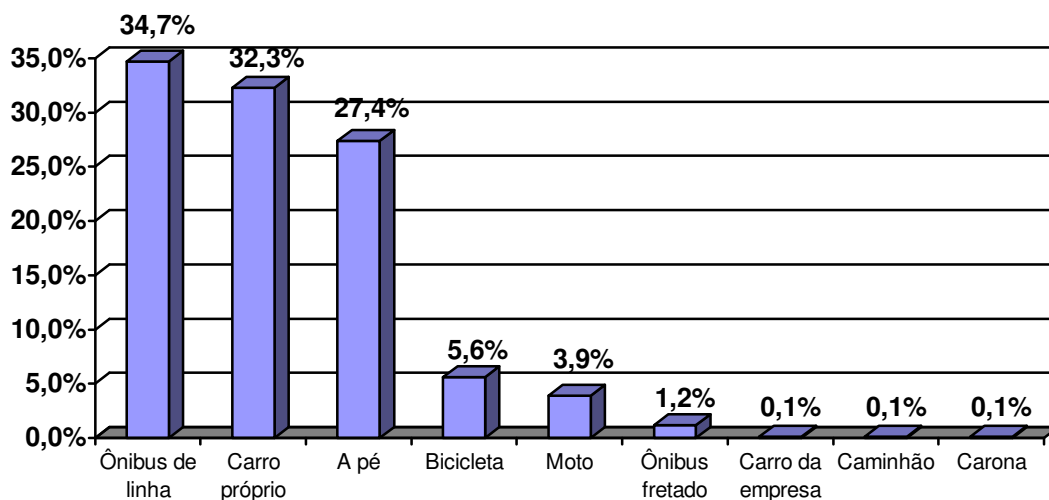
Gráfico de barras



Meio de transporte mais utilizados para se chegar ao trabalho

- ✓ O ônibus de linha é o meio de transporte mais utilizado pelos recursos humanos das empresas que responderam o primeiro Censo Econômico de Foz do Iguaçu, segundo 34,7% dos entrevistados;
- ✓ Carro próprio representa 32,3% dos meios de transporte utilizado pela força de trabalho local

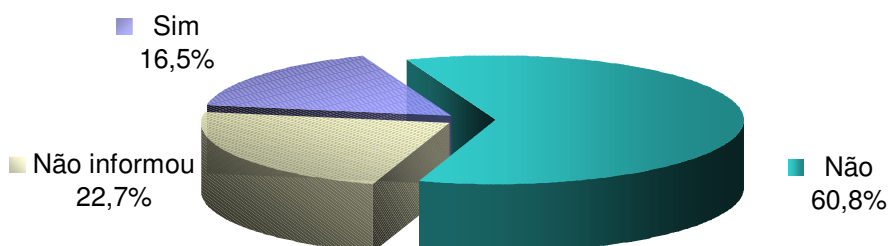
Meio de transporte



OCIOSIDADE PRODUTIVA OU OPERACIONAL NAS EMPRESAS

- ✓ 16,5% das empresas de Foz do Iguaçu afirmaram que existe algum tipo de ociosidade na empresa;
- ✓ Destas empresas o índice de ociosidade chega em média a 38% do total da sua capacidade produtiva ou operacional;

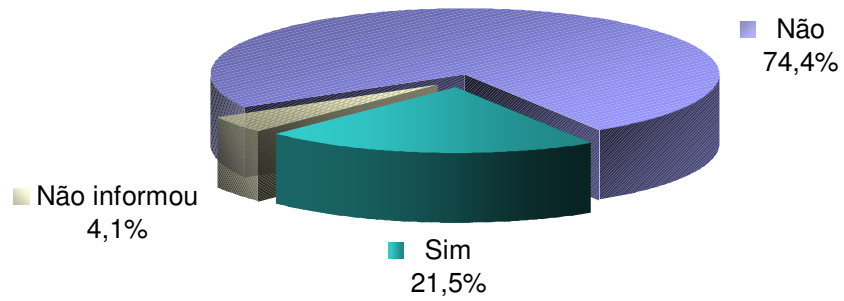
A empresa possui ociosidade produtiva?



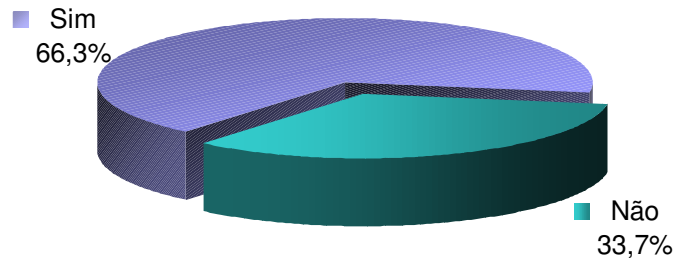
Informática nas empresas

- ✓ Em Foz do Iguaçu 21,5% das empresas possuem computador;
- ✓ 66,3% dos que possuem computador utilizam a internet;
- ✓ Entre aqueles que utilizam a internet, 72,4% a utilizam para realizar negócios;
- ✓ 42,5% das empresas que utilizam computador possuem algum processo informatizado (caixa, estoques, etc...);
- ✓ 19,2% das empresas de Foz do Iguaçu possuem algum processo automatizado;
- ✓ As empresas industriais são as que mais utilizam os recursos da informática, atualmente em Foz do Iguaçu.

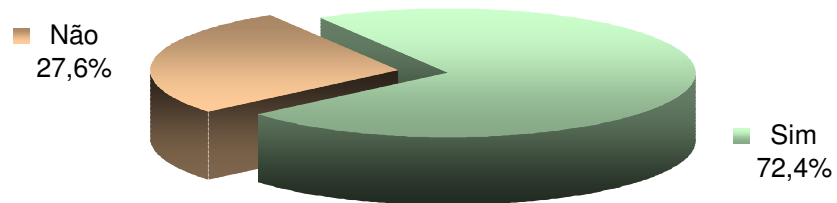
A empresa possui computador?



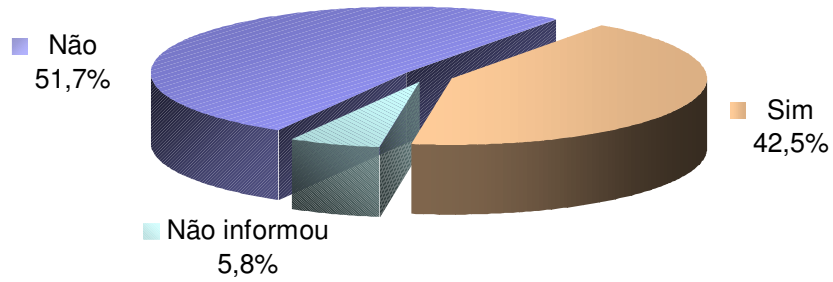
A empresa utiliza a internet?



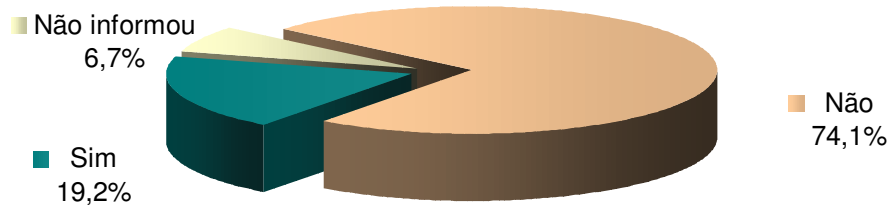
A empresa faz negócios pela internet?



A empresa possui algum processo informatizado?



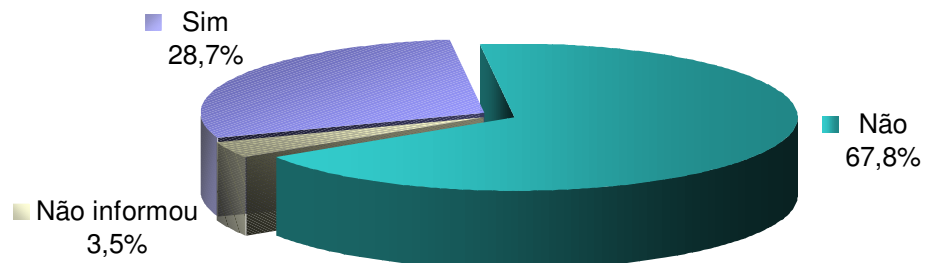
A empresa possui algum processo automatizado?



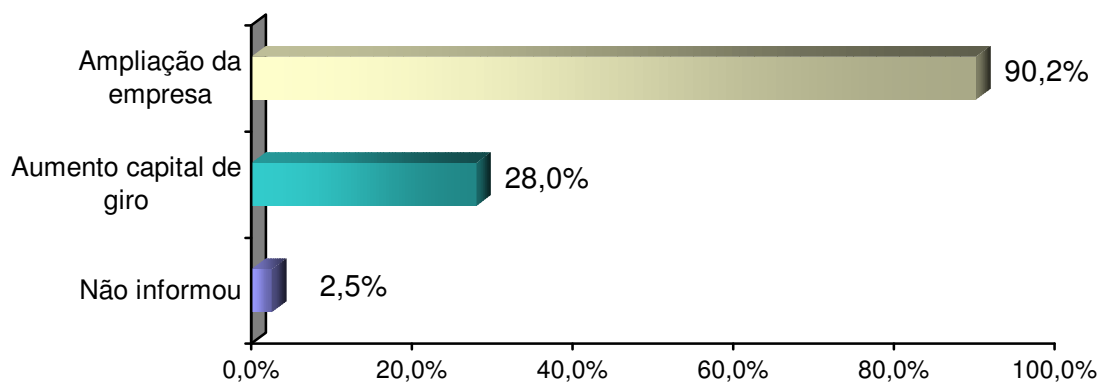
Investimentos em 2002

- ✓ **3 em cada 10** empresas de Foz do Iguaçu farão algum tipo de **investimento** no ano de 2002.

Intenção de investir na empresa em 2002

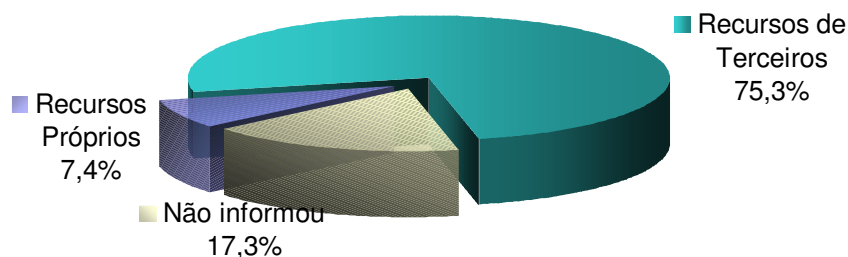


- ✓ **90,2%** das empresas que pretendem fazer algum tipo de investimento destinarão os recursos para **ampliação** do atual empreendimento e **28%** para o aumento do **capital de giro**.



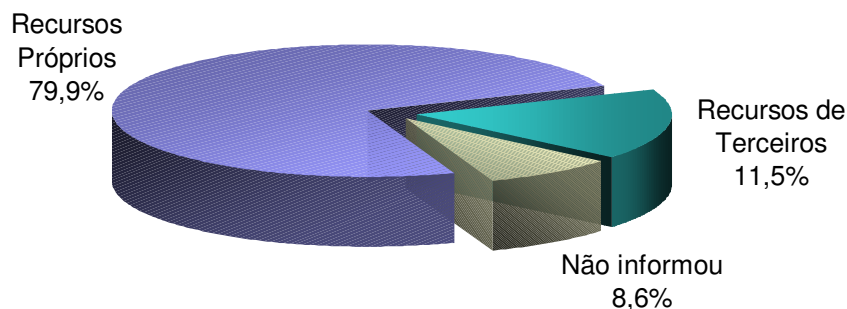
- ✓ **Em relação ao capital de giro, 75,3% das empresas utilizarão recursos de terceiros e 17,3% utilizarão recursos próprios.**

Fonte de recursos para aumento do capital de giro



- ✓ Os valores em reais a serem investidos em capital de giro variam de R\$ 200,00 a R\$ 500.000,00 para o ano de 2.002. Em ordem os setores que **mais investirão** serão: **Comércio, Serviços e Indústria**, respectivamente;
- ✓ A **média de investimentos** por empresa para o ano de 2.002, será de **16 mil** reais e o **montante a ser investido** pelas empresas que responderam a esta questão chega ao valor de **3,5 milhões** de reais, somente no item capital de giro;
- ✓ Em relação aos investimentos na **ampliação do empreendimento**, **74,5%** das empresas utilizarão recursos próprios e **17,1%** utilizarão recursos de terceiros.

Fonte de recursos para ampliação do empreendimento

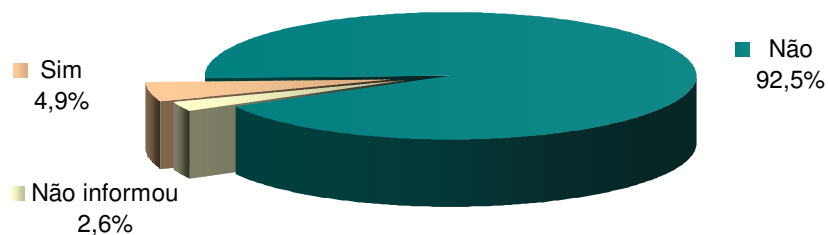


- ✓ Os valores em reais a serem investidos na **ampliação do empreendimento** variam de **R\$ 200,00 a R\$ 1.000.000,00** para o ano de 2.002.
- ✓ **Serviços, Comercio e Indústria**, nesta ordem serão os setores que mais investirão, segundo o montante geral declarado.
- ✓ **Somados** os entrevistados que declararam que irão investir somente em ampliações no atuais empreendimentos totaliza cerca de **7,6 milhões** de reais para o ano de 2.002, o que representa uma média de **23 mil reais por empresa**.
- ✓ **18,7%** este é o percentual de **aumento da produção** e ou operações das atuais empresas. Uma vez realizados os investimentos previstos;
- ✓ Construção civil, informatização/automatização e tecnologia (sentido amplo) são os três principais tipos de investimentos a serem realizados nas empresas entrevistadas;

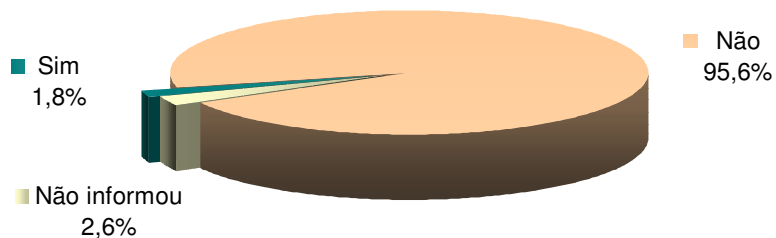
Importação e Exportação

- ✓ Apenas 5 em cada 100 empresas, ou seja, 5% das empresas de Foz do Iguaçu, **vendem** produtos ou serviços para outros países, segundo declaração das empresas entrevistadas.
- ✓ Aproximadamente 2% das empresas entrevistas **compram** produtos ou serviços de outros países.

Exportação de Produtos e Serviços



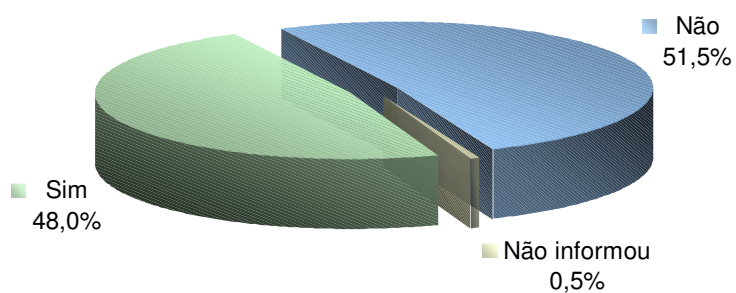
Importação de Produtos e Serviços



Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI)

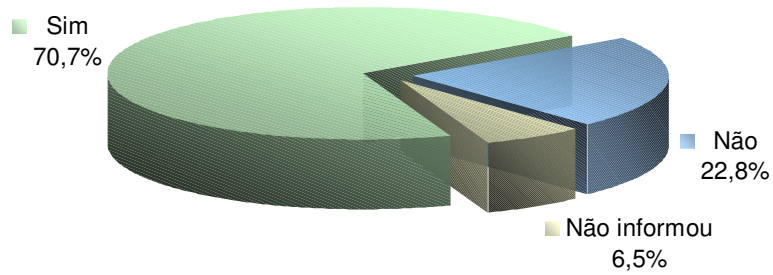
- ✓ 48% dos entrevistados alegam conhecer a ACIFI, outros 51,5% dizem não ter conhecimento e 0,5% não informaram.

O entrevistado conhece a ACIFI ?



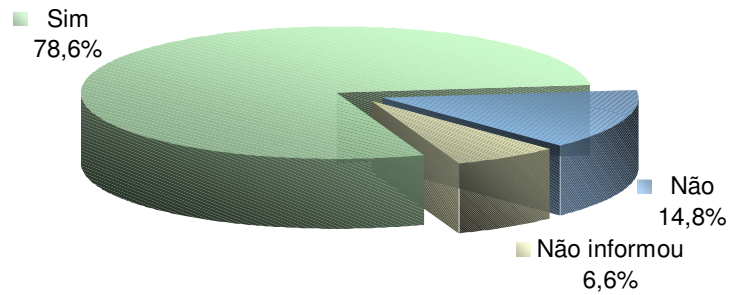
- ✓ 70,8% das empresas que já conhecem a ACIFI acham interessante um posto de atendimento da mesma no seu bairro.

O entrevistado julga ser interessante um posto de atendimento da ACIFI no seu bairro?



- ✓ 78,6% das empresas entrevistadas acham interessante um posto de atendimento de várias entidades no seu bairro.

O entrevistado julga ser interessante um posto de atendimento de diversas entidades no seu bairro?



Faturamento bruto anual da empresa:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Não quis informar	59,8	68,3	68,7	67,9
☞ Informou	40,2	31,7	31,3	32,1

Faixa de faturamento anual da empresa:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Até 10 mil reais	59,1	63,3	60,1	61,8
☞ De 10 mil a 50 mil reais	25,0	17,4	23,2	20,1
☞ De 50 mil a 100 mil reais	6,8	9,0	7,9	8,4
☞ De 100 mil a 500 mil reais	8,0	7,6	5,7	6,9
☞ De 500 mil a 1 milhão de reais	0,0	1,8	1,2	1,4
☞ Acima de 1 milhão	1,1	1,0	1,9	1,3

Cidade de residência dos funcionários:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Foz do Iguaçu	98,1	97,8	96,7	97,2
☞ Santa Terezinha de Itaipu	1,8	1,6	1,5	1,6
☞ Medianeira	0,1	0,1	0,6	0,4
☞ São Miguel do Iguaçu	0,0	0,1	0,4	0,3
☞ Matelândia	0,0	0,2	0,5	0,3
☞ Porto Iguaçu	0,0	0,1	0,1	0,1
☞ Ciudad Del Leste	0,0	0,1	0,0	0,1
☞ Missal	0,0	0,0	0,1	0,0
☞ Itaipulândia	0,0	0,1	0,0	0,0

Meio de transporte utilizado pelos funcionários:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Ônibus de linha	27,4	32,0	39,9	34,7
☞ Carro próprio	32,9	29,0	37,0	32,3
☞ A pé	29,2	29,4	24,2	27,4
☞ Bicicleta	11,0	3,7	7,6	5,6
☞ Moto	3,7	3,0	5,2	3,9
☞ Ônibus fretado pela empresa	0,9	1,2	1,2	1,2
☞ Carro da empresa	0,5	0,1	0,1	0,1
☞ Caminhão	0,0	0,1	0,1	0,1
☞ Carona	0,0	0,1	0,1	0,1
☞ Não informou	14,2	16,4	12,3	14,7

Nota: Questão admite mais de uma resposta.

Consumo de energia elétrica mensal da empresa:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Até 100 KWh	14,4	15,7	23,1	18,2
☞ De 100 a 500 KWh	57,2	61,7	62,6	61,7
☞ De 500 a 1000 KWh	15,9	12,5	6,2	10,5
☞ De 1000 a 5000 KWh	9,7	9,2	6,1	8,1
☞ De 5000 a 10000 KWh	2,1	0,6	1,3	1,0
☞ Acima de 10000 KWh	0,7	0,3	0,7	0,5
☞ Mínimo de consumo	20	50	30	20
☞ Média de consumo	466	407	1819	947
☞ Máximo de consumo	120.000	15.000	1.846.080	1.846.080

A empresa possui ociosidade:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Não	58,9	62,7	58,4	60,8
☞ Sim	21,5	14,9	18,0	16,5
☞ Não informou	19,6	22,4	23,6	22,7

Percentual de ociosidade da empresa:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Até 10%	21,4	8,7	10,2	10,3
☞ De 10% a 20%	19,0	18,1	20,9	19,4
☞ De 20% a 40%	31,0	36,2	33,8	34,8
☞ De 40% a 60%	19,0	25,3	24,4	24,4
☞ De 60% a 80%	4,8	4,5	6,7	5,5
☞ De 80% a 100%	4,8	7,2	4,0	5,6
☞ Mínimo	2,0	4,0	5,0	3,0
☞ Médio	32,8	39,2	37,1	37,8
☞ Máximo	100,0	100,0	100,0	100,0

A empresa possui computador:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
<input type="checkbox"/> Não	82,6	78,7	66,9	74,4
<input type="checkbox"/> Sim	16,0	17,2	28,6	21,5
<input type="checkbox"/> Não informou	1,4	4,1	4,5	4,1

A empresa utiliza a internet:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
<input type="checkbox"/> Não	22,9	38,7	30,4	33,7
<input type="checkbox"/> Sim	77,1	61,3	69,6	66,3

A empresa utiliza a internet para fazer negócios:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
<input type="checkbox"/> Não	37,0	29,1	25,5	27,6
<input type="checkbox"/> Sim	63,0	70,9	74,5	72,4

A empresa possui processos informatizados:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
<input type="checkbox"/> Não	57,1	51,3	51,4	51,7
<input type="checkbox"/> Sim	37,1	41,5	43,9	42,5
<input type="checkbox"/> Não informou	5,8	7,2	4,7	5,8

A empresa possui processos automatizados:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
<input type="checkbox"/> Não	68,4	77,5	70,2	74,1
<input type="checkbox"/> Sim	26,1	15,8	23,0	19,2
<input type="checkbox"/> Não informou	5,5	6,7	6,8	6,7

A empresa realizará investimentos no próximo ano:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
<input type="checkbox"/> Não	63,5	70,1	65,1	67,8
<input type="checkbox"/> Sim	34,7	26,7	30,7	28,7
<input type="checkbox"/> Não informou	1,8	3,2	4,2	3,5

Tipo de investimento a realizar:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
<input type="checkbox"/> Ampliação da Empresa	79,1	91,5	91,1	90,2
<input type="checkbox"/> Aumento de capital de giro	22,6	37,8	19,6	28,0
<input type="checkbox"/> Não informou	1,7	3,6	1,7	2,5

Nota: Esta é uma questão aberta, admite mais de uma escolha.

Aumento de capital de Giro:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Próprio	65,4	3,2	2,6	7,4
☞ Terceiros	30,8	80,5	75,2	75,3
☞ Não informou	3,8	16,3	22,2	17,3

Valor estimado para investimento – aumento do capital de giro:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Até R\$ 5.000	23,1	29,0	29,9	28,8
☞ De R\$ 5.000 a R\$ 10.000	23,1	10,4	10,3	11,3
☞ De R\$ 10.000 a R\$ 15.000	7,7	4,5	4,3	4,7
☞ De R\$ 15.000 a R\$ 20.000	0,0	4,1	3,4	3,6
☞ De R\$ 20.000 a R\$ 50.000	15,4	6,8	4,3	6,6
☞ Acima de R\$ 50.000	0,0	2,7	4,3	3,0
☞ Não informou	30,8	42,5	43,6	42,0
☞ Mínimo	1.000,00	300,00	200,00	200,00
☞ Médio	38.416,67	14.177,95	14.121,21	16.227,96
☞ Máximo	500.000,00	100.000,00	120.000,00	500.000,00
☞ Valor Total em R\$	691.500,00	1.800.600,00	932.000,00	3.424.100,00

Ampliação da Empresa:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Próprio	70,8	74,6	75,0	74,5
☞ Terceiros	18,8	17,0	16,9	17,1
☞ Não informou	10,4	8,3	8,1	8,4

Valor estimado para investimento – Ampliação da Empresa:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Até R\$ 5.000	33,3	24,1	26,8	26,1
☞ De R\$ 5.000 a R\$ 10.000	12,5	8,9	9,9	9,6
☞ De R\$ 10.000 a R\$ 15.000	8,3	1,4	2,1	2,3
☞ De R\$ 15.000 a R\$ 20.000	0,0	3,5	4,2	3,6
☞ De R\$ 20.000 a R\$ 50.000	8,3	7,4	6,3	7,0
☞ Acima de R\$ 50.000	8,3	2,8	4,6	4,1
☞ Não informou	29,2	51,8	46,1	47,4
☞ Mínimo em R\$	500,00	300,00	200,00	200,00
☞ Médio em R\$	47.485,29	16.997,79	24.169,61	23.604,18
☞ Máximo em R\$	1.000.000,00	200.000,00	400.000,00	1.000.000,00
☞ Valor Total em R\$	1.614.500,00	2.311.700,00	3.697.950,00	7.624.150,00

Os Investimentos representarão algum aumento na produção/operações:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Até 10%	7,9	7,3	11,4	9,0
☞ De 10% a 20%	11,8	13,0	10,0	11,7
☞ De 20% a 40%	15,8	17,6	15,6	16,6
☞ De 40% a 60%	19,7	13,7	14,4	14,4
☞ De 60% a 80%	6,6	1,7	5,4	3,6
☞ De 80% a 100%	18,4	5,3	7,3	7,1
☞ Não informou	19,7	41,4	36,0	37,6
☞ Mínimo	5,0	5,0	0,0	5,0
☞ Médio	14,4	5,9	8,0	18,7
☞ Máximo	100,0	100,0	100,0	100,0

Tipo de ampliação:

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Construção Civil	38,5	45,7	38,2	41,8
☞ Informatização/automatização	12,1	12,3	12,0	12,2
☞ Tecnologia do processo produtivo/operacional	14,3	7,6	7,4	8,1
☞ Capacitação profissional	8,8	5,1	10,2	7,6
☞ Abertura de filial	5,5	7,4	5,0	6,2
☞ Recursos Humanos	3,3	5,1	7,4	6,0
☞ Comunicação	2,2	4,4	4,6	4,3
☞ Transporte	6,6	1,6	5,2	3,6
☞ Estudos e pesquisas	2,2	2,5	3,8	3,1
☞ Outros	6,6	8,2	6,0	7,1

Nota: Esta questão é aberta, admite mais de uma resposta.

A empresa vende produtos ou serviços para outros países?

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Não	92,7	92,0	93,4	92,5
☞ Sim	5,5	5,7	3,5	4,9
☞ Não informou	1,8	2,3	3,1	2,6

A empresa compra produtos ou serviços de outros países?

Itens	% relativo			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
☞ Não	97,3	95,5	95,5	95,6
☞ Sim	0,9	2,2	1,4	1,8
☞ Não informou	1,8	2,3	3,1	2,6

Sumário

1. O QUE É O CENSO ECONÔMICO	80
2. OBJETIVO	140
3. ABRANGÊNCIA	80
4. TIPO DE EMPRESAS CADASTRADAS.....	140
5. METODOLOGIA APLICADA.....	81
6. INFORMAÇÕES LEVANTADAS PELO CENSO ECONÔMICO	81
7. PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA COLETA DE DADOS.....	141
8. MARGEM DE ERRO.....	82
8. RESULTADO DO CENSO ECONÔMICO	82
Tabela 1 - Composição das Empresas e Número de Funcionários	82
Tabela 2 - Distribuição das Empresas por Porte x Setor e Tipo.....	82
Tabela 3 - Distribuição das Empresas por Setor x Tipo	83
Tabela 4 - Distribuição dos Funcionários por Porte, Tipo e Setor das Empresas.....	83
Tabela 5 - Distribuição das empresas industriais e funcionários por ramo de atividade CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômica.....	145
Tabela 6 - Distribuição das empresas comerciais e funcionários por ramo de atividade CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômica.....	147
Tabela 7 - Distribuição das empresas prestadoras de serviços e funcionários por ramo de atividade CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômica.....	150
Tabela 8 - Distribuição das empresas e funcionários por bairro:	154
11. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS	158
12. REALIZAÇÃO DO CENSO ECONÔMICO.....	84

1. O que é o Censo Econômico

É um levantamento realizado quadra à quadra de quantas empresas formais e informais existem no município.

2. Objetivo

- ❑ Saber quem somos e quantos somos;
- ❑ Conhecer a real composição da força econômica do município;
- ❑ Identificar os vazios econômicos do município; e
- ❑ Disponibilizar as informações do censo para os investidores externos e internos.

3. Abrangência

O Censo Econômico foi realizado no perímetro urbano do município e nas principais concentrações populacionais do meio rural.

4. Tipo de empresas cadastradas

- ❑ Públicas e Privadas;
- ❑ Micro, Pequenas, Média e Grandes Empresas (Classificação SEBRAE/Nacional);
- ❑ Formais e Informais;
- ❑ Indústrias, Comércio e Prestadoras de Serviços (Excetua-se propriedades rurais);e
- ❑ Empresas com e sem fins lucrativos.

Critério para classificação do porte das empresas pelo número de **funcionários**:

Setor	MICRO	PEQUENA	Média	Grande
Indústria	De 0 a 20	De 21 a 100	De 101 a 500	Mais de 500
Comércio/Serviços	De 0 a 10	De 11 a 50	De 51 a 250	Mais de 250

Nota: Critério adotado pelo Sebrae – Serviço de Apoio à Pequena Empresa

5. Metodologia Aplicada

- d) Visita técnica ao município (líderes da comunidade e prefeitura municipal) para explicar a finalidade do trabalho;
- e) Palestra de Sensibilização junto à comunidade para explicar os objetivos e as fases do trabalho;
- f) Preparação dos canais de comunicação (Panfletos, carta aos empresários, outdoors, faixas e cartazes) e imprensa (entrevistas coletivas com rádio, jornal e TV, participação em programas ao vivo de rádio e TV, respondendo perguntas dos ouvintes e telespectadores, spot para as rádios);
- g) Preparação da logística de campo (plotagem e divisão territorial do município em bairros e setores);
- h) Treinamento de pesquisadores locais contratados;
- i) Coleta dos dados sob forma de rastreamento quadra a quadra;
- j) Processamento dos dados coletados em programa de computador específico;
- k) Tratamento estatístico dos dados;
- l) Elaboração do Relatório Final e do Banco de Dados;
- m) Treinamento de um técnico no município para operar o banco de dados fazendo suas respectivas alterações e manutenções; e
- n) Apresentação e entrega do Censo Econômico ao município em solenidade específica.

6. Informações levantadas pelo CENSO ECONÔMICO

- Nome Fantasia e Razão Social;
- Endereço completo, telefones, fax, E-mail, etc...;
- Número de funcionários e idade da empresa;
- Ramo de atividade segundo o CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas);
- Se indústria:** as principais matérias-primas, produtos acabados, resíduos gerados, unidade de medida, quantidade, origem e destino dos produtos;
- Se Comércio:** as principais mercadorias adquiridas e vendidas, unidade de medida, quantidade, origem e destino das mercadorias;
- Se Serviço:** os principais serviços prestados, unidade de medida, quantidade e destino dos serviços;
- Faixa de faturamento das empresas entrevistadas;
- Número de funcionários previstos para o próximo ano; e
- Outros dados.

7. Período de Realização da Coleta de Dados

O trabalho de coleta de dados foi realizado nos meses de Novembro a Fevereiro de 2002.

8. Margem de erro

Para este trabalho pode ocorrer uma margem de erro tolerável de até 5%, o que não compromete os resultados apresentados.

8. Resultado do CENSO ECONÔMICO

Foram catalogadas corretamente 8.919 empresas conforme distribuição no quadro abaixo:

Tabela 1 - Composição das Empresas e Número de Funcionários

ATIVIDADE		EMPRESAS	%	FUNCIÓNÁRIOS	%
Setor	• Indústria	434	4,9	1.628	4,1
	• Comércio	4.626	51,7	14.157	36,0
	• Serviços	3.885	43,4	23.593	59,9
Tipo	• Formal	4.633	51,8	33.751	85,7
	• Informal	4.312	48,2	5.627	14,3
Natureza	• Pública	211	2,4	7.043	17,9
	• Privada	8.734	97,6	32.335	82,1
Porte	• Micro	8.429	94,3	16.551	42,0
	• Pequena	422	4,7	9.410	23,9
	• Média	84	0,9	8.073	20,5
	• Grande	10	0,1	5.344	13,6
TOTAL		8.945	100,0	39.378	100,0

Gráfico 1 -
Distribuição das **Empresas por Setor**

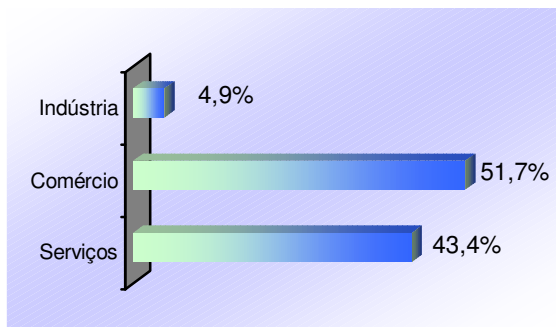


Gráfico 2 -
Distribuição dos **Funcionários por Setor**

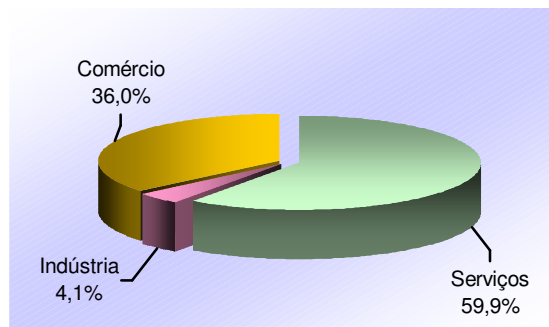


Gráfico 3 -
Distribuição das **Empresas por Tipo**

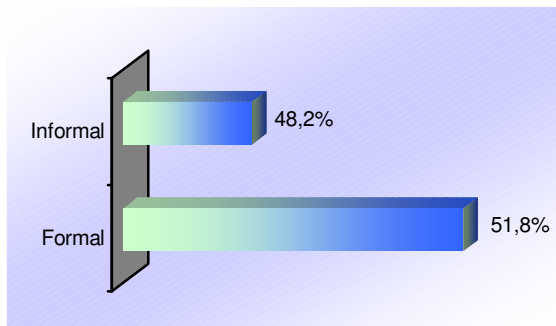


Gráfico 4 -
Distribuição dos **Funcionários por Tipo**

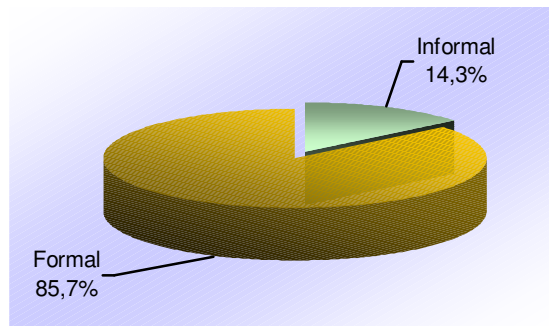


Gráfico 5 -
Distribuição das **Empresas por Natureza**

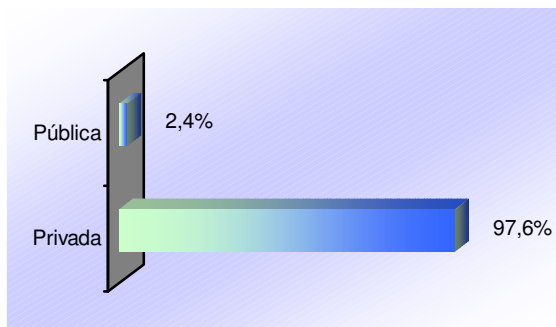


Gráfico 6 -
Distribuição dos **Funcionários por Natureza**

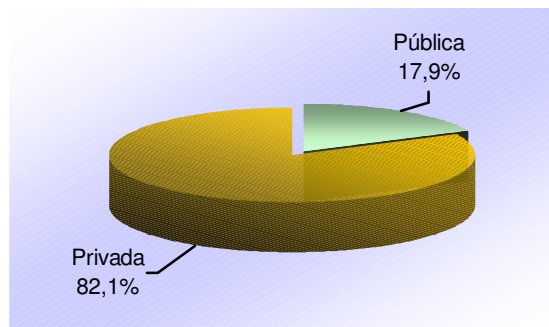


Gráfico 7 -
Distribuição das **Empresas por Porte**

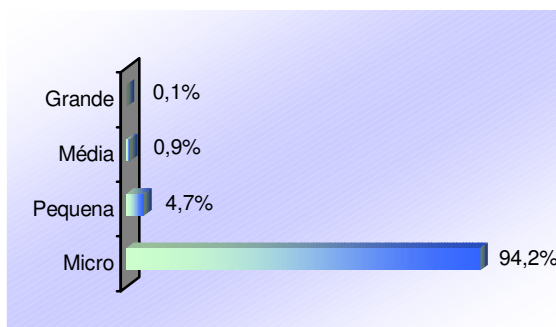


Gráfico 8 -
Distribuição dos **Funcionários por Porte**

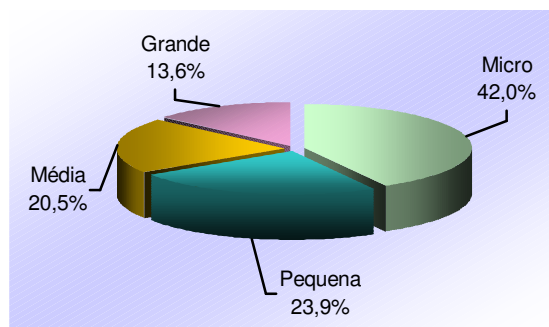


Tabela 2 - Distribuição das Empresas por Porte x Setor e Tipo

ATIVIDADE S		MICRO		PEQUENA		MÉDIA		GRAND E	
			%		%		%		%
Setor	• Indústria	424	97,7	10	2,3	0	0,0	0	0,0
	%	5,0		2,4		0,0		0,0	
	• Comércio	4.463	96,5	146	3,2	15	0,3	2	0,0
	%	52,9		34,6		17,9		20,0	
	• Serviços	3.542	91,2	266	6,8	69	1,8	8	0,2
	%	42,0		63,0		82,1		80,0	
Tipo	• Formais	4.125	89,0	414	8,9	84	1,8	10	0,2
	%	48,9		98,1		100,0		100,0	
	• Informais	4.304	99,8	8	0,2	0	0,0	0	0,0
	%	51,1		1,9		0,0		0,0	
	• Total	8.429	94,2	422	4,7	84	0,9	10	0,1
	%	100,0		100,0		100,0		100,0	

Tabela 3 - Distribuição das Empresas por Setor x Tipo

ATIVIDADE S		Indústria		Comércio		Serviços	
			%		%		%
Tipo	• Formais	195	4,2	2231	48,2	2207	47,6
	%	45,1		48,2		56,8	
	• Informais	239	5,5	2395	55,5	1678	38,9
	%	54,9		51,8		43,2	
	• Total	435	4,9	4626	51,7	3884	43,4
	%	67,7		100,0		100,0	

Tabela 4 - Distribuição dos Funcionários por Porte, Tipo e Setor das Empresas

ATIVIDADE S		MICRO		PEQUENA		MÉDIA		GRAND E	
			%		%		%		%
Setor	• Indústria	1.183	72,7	444	27,3	0	0,0	0	0,0
	%	7,2		4,7		0,0		0,0	
	• Comércio	8.665	61,2	2.747	19,4	1.249	8,8	1.496	10,6
	%	52,4		29,2		15,5		28,0	
	• Serviços	6.703	28,4	6.219	26,4	6.824	28,9	3.848	16,3
	%	40,5		66,1		84,5		72,0	
Tipo	• Formais	11.050	32,7	9.284	27,5	8.073	23,9	5.344	15,8
	%	66,8		98,7		100,0		100,0	
	• Informais	5.501	97,8	126	2,2	0	0,0	0	0,0
	%	33,2		1,3		0,0		0,0	
	• Total							1,3	
	%								

• Total	16.551	42,0	9.410	23,9	8.073	20,5	5.344	13,6
%	100,0		100,0		100,0		100,0	

Tabela 5 - Distribuição das empresas **industriais e funcionários** por ramo de atividade CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômica.

OBS.: TABELA ORDENADA PELA COLUNA "NÚMERO DE EMPRESAS"

CNAE	Descrição - Indústria	Nº Empresas		Nº Funcionários	
		Qtde.	%	Qtde.	%
2812600	Fabricação de esquadrias de metal	116	26,73	271	16,64
1581402	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria, exclusive industrializados	93	21,43	416	25,54
1812001	Confecção de outras peças do vestuário, exclusive sob medida	55	12,67	153	9,39
3611001	Fabricação de móveis com predominância de madeira	22	5,07	129	7,92
2219500	Edição ; edição e impressão de outros produtos gráficos	18	4,15	69	4,24
1543100	Fabricação de sorvetes	15	3,46	43	2,64
2211000	Edição; edição e impressão de jornais	9	2,07	83	5,10
2029000	Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado - exclusive móveis	8	1,84	17	1,04
2630199	Fabricação de outros artefatos ou produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e estuque	7	1,61	22	1,35
1812002	Confecção, sob medida, de outras peças do vestuário	7	1,61	6	0,37
1581401	Fabricação de pães, bolos e produtos industrializados	5	1,15	6	0,37
2691303	Aparelhamento de placas e execução em mármore, granitos, ardósia e outras pedras - exclusive para construção	4	0,92	46	2,82
2471600	Fabricação de sabões, sabonetes e detergentes sintéticos	3	0,69	25	1,53
2630102	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção civil	3	0,69	17	1,04
2630101	Fabricação de estruturas pré moldadas de concreto armado em série ou sob encomenda	3	0,69	9	0,55
1811201	Confecção de peças interiores do vestuário, exclusive sob medida	3	0,69	6	0,37
2512700	Recondicionamento de pneumáticos	2	0,46	42	2,58
2022299	Fabricação de outros artigos de carpintaria	2	0,46	19	1,17
3720600	Reciclagem de sucatas não-metálicas	2	0,46	14	0,86
1595401	Fabricação de refrigerantes	2	0,46	10	0,61
2641701	Fabricação de artefatos de cerâmica ou barro cozido na construção civil - exclusive azuleijos e pisos	2	0,46	10	0,61
1761200	Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos	2	0,46	9	0,55
4551902	Obras de acabamento em gesso e estuque	2	0,46	8	0,49
3152600	Fabricação de luminárias e equipamentos de iluminação - exclusive para veículos	2	0,46	6	0,37
4524100	Obras de urbanização e paisagismo	2	0,46	6	0,37
1511301	Frigorífico - Abate de bovinos e preparação de carnes e subprodutos	2	0,46	6	0,37
2472400	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	2	0,46	5	0,31
3699499	Fabricação de produtos diversos	2	0,46	3	0,18
1769800	Fabricação de outros artigos têxteis - exclusive vestuário	2	0,46	3	0,18
3699401	Decoração, lapidação, gravação, espelhamento, bisotagem, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro ou cristal	2	0,46	2	0,12
2929701	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral - inclusive peças	2	0,46	1	0,06
1584900	Fabricação de massas alimentícias	2	0,46	1	0,06
2893200	Fabricação de artigos de funilaria e de artigos de metal para usos doméstico e pessoal	2	0,46	1	0,06
4529203	Construção de redes de água e esgoto	1	0,23	97	5,95
2619000	Fabricação de artigos de vidro	1	0,23	11	0,68
2491000	Fabricação de adesivos e selantes	1	0,23	6	0,37
2630105	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	1	0,23	5	0,31
2519400	Fabricação de artefatos diversos de borracha	1	0,23	4	0,25
2892499	Fabricação de outros produtos de trefilados de ferro, aço e de metais não-ferrosos	1	0,23	4	0,25
2131800	Fabricação de embalagens de papel	1	0,23	4	0,25
1813901	Confecção de roupas profissionais, exclusive sob medida	1	0,23	3	0,18
2010900	Desdobramento de madeira	1	0,23	3	0,18
2692100	Fabricação de cal virgem, cal hidratada e gesso	1	0,23	3	0,18
1762000	Fabricação de artefatos de tapeçaria	1	0,23	2	0,12
1939900	Fabricação de calçados de outros materiais	1	0,23	2	0,12
1929100	Fabricação de outros artefatos de couro	1	0,23	2	0,12
1521000	Processamento, preservação e produção de conservas de frutas	1	0,23	2	0,12
1811202	Confecção, sob medida, de peças interiores do vestuário	1	0,23	2	0,12
1589004	Fabricação de gelo comum	1	0,23	2	0,12
3710901	Reciclagem de sucatas de alumínio	1	0,23	1	0,06
9999901	Atividade não identificada (indústria)	1	0,23	1	0,06

CNAE	Descrição - Indústria	Nº Empresas		Nº Funcionários	
		Qtde.	%	Qtde.	%
1410906	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	1	0,23	1	0,06
1813902	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	1	0,23	1	0,06
2429500	Fabricação de outros produtos químicos orgânicos	1	0,23	1	0,06
3693500	Fabricação de artefatos para caça, pesca e esporte	1	0,23	1	0,06
3439800	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos	1	0,23	1	0,06
2842800	Fabricação de artigos de serralheria - exclusive esquadrias	1	0,23	1	0,06
2899100	Fabricação de outros produtos elaborados de metal	1	0,23	1	0,06
2022202	Fabricação de esquadrias de madeira, veneziana e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	1	0,23	1	0,06
3694399	Fabricação de brinquedos e de outros jogos recreativos	1	0,23	1	0,06
1779500	Fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malharias (tricotagens)	1	0,23	1	0,06
2529103	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção civil	1	0,23	1	0,06

Tabela 6 - Distribuição das empresas **comerciais e funcionários** por ramo de atividade CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômica.

OBS.: TABELA ORDENADA PELA COLUNA "NÚMERO DE EMPRESAS"

CNAE	Descrição - Comércio	Nº Empresas		Nº Funcionários	
		Qtde.	%	Qtde.	%
5522000	Lanchonetes e similares	1101	23,80	1512	10,68
5213201	Mini-mercados	707	15,28	1244	8,79
5232900	Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos	417	9,01	1224	8,65
5521201	Restaurantes	188	4,06	694	4,90
5250799	Comércio varejista de outros artigos usados, em lojas	177	3,83	220	1,55
5030003	Comércio a varejo de peças e acessórios para veículos automotores	100	2,16	560	3,96
5215902	Lojas de variedades de pequeno porte	98	2,12	121	0,85
5244299	Comércio varejista de materiais de construção em geral	90	1,95	364	2,57
5269801	Comércio varejista realizado em vias públicas	90	1,95	109	0,77
5243401	Comércio varejista de móveis	84	1,82	367	2,59
5241801	Comércio varejista de produtos farmacêuticos alopáticos (farmácias e drogarias)	83	1,79	360	2,54
5244201	Comércio varejista de ferragens, ferramentas e produtos metalúrgicos	73	1,58	232	1,64
5212400	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de venda entre 300 e 5000 metr	69	1,49	800	5,65
5213202	Mercearias e armazéns varejistas	67	1,45	118	0,83
5229902	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	65	1,41	1317	9,30
5233701	Comércio varejista de calçados	62	1,34	292	2,06
5249399	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	62	1,34	161	1,14
5050400	Comércio a varejo de combustíveis	56	1,21	426	3,01
5246902	Comércio varejista de artigos de papelaria	56	1,21	187	1,32
5221301	Comércio varejista de produtos de padaria e de confeitaria	52	1,12	156	1,10
5249303	Comércio varejista de artigos de "souvenirs", bijuterias e artesanatos	51	1,10	200	1,41
5261201	Comércio varejista de artigos em geral, por catálogo ou pedido pelo correio	44	0,95	43	0,30
5249302	Comércio varejista de artigos de relojoaria e joalheria	39	0,84	109	0,77
5241804	Comércio varejista de artigos de perfumaria, cosméticos e de higiene pessoal	36	0,78	91	0,64
5223000	Comércio varejista de carnes - açougues	34	0,73	82	0,58
5249307	Comércio varejista de plantas e flores naturais e artificiais e frutos ornamentais	31	0,67	69	0,49
5010506	Comércio a varejo de veículos automotores usados	25	0,54	89	0,63
5244202	Comércio varejista de vidros, espelhos, vitrais e molduras	25	0,54	52	0,37
5246903	Comércio varejista de jornais e revistas	24	0,52	33	0,23
5243499	Comércio varejista de outros artigos de utilidade doméstica	22	0,48	87	0,61
5229999	Comércio varejista de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	21	0,45	57	0,40
5246901	Comércio varejista de livros	20	0,43	49	0,35
5139099	Comércio atacadista de outros produtos alimentícios	19	0,41	138	0,97
5244203	Comércio varejista de materiais para pintura	19	0,41	85	0,60
5136502	Comércio de cervejas, chope e refrigerante	19	0,41	68	0,48
5242601	Comércio varejista de máquinas e aparelhos de usos doméstico e pessoal	18	0,39	72	0,51
5249301	Comércio varejista de artigos de ótica	17	0,37	44	0,31
9999902	Atividade não identificada (comércio)	16	0,35	23	0,16
5231001	Comércio varejista de tecidos	15	0,32	38	0,27
5247700	Comércio varejista de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	15	0,32	34	0,24
5161600	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário	14	0,30	67	0,47
5231002	Comércio varejista de artigos de armarinho	14	0,30	65	0,46
5244204	Comércio varejista de madeira e seus artefatos	13	0,28	50	0,35
5229903	Peixaria	13	0,28	31	0,22
5244205	Comércio varejista de materiais elétricos para construção	12	0,26	106	0,75
5245003	Comércio varejista de máquinas, equipamentos e materiais de comunicação	12	0,26	58	0,41
5245002	Comércio varejista de máquinas, equipamentos e materiais de informática	12	0,26	46	0,32
5113600	Intermediários do comércio de madeira, material de construção e ferragens	12	0,26	30	0,21
5243403	Comércio varejista de artigos de tapeçaria	12	0,26	25	0,18
5249306	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	12	0,26	15	0,11
5153501	Comércio atacadista de madeira em bruto e produtos derivados	11	0,24	48	0,34
5249304	Comércio varejista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos; suas peças e acessórios	10	0,22	26	0,18
5030004	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras de ar	9	0,19	29	0,20
5155101	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas	9	0,19	25	0,18
5249305	Comércio varejista de artigos esportivos	9	0,19	19	0,13
5215901	Lojas de departamentos ou magazines	8	0,17	85	0,60
5214000	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios industrializados - lojas de conveniência	8	0,17	22	0,16
5154301	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	8	0,17	18	0,13
5243402	Comércio varejista de artigos de colchoaria	8	0,17	13	0,09

CNAE	Descrição - Comércio	Nº Empresas		Nº Funcionários	
		Qtde.	%	Qtde.	%
5224800	Comércio varejista de bebidas	7	0,15	32	0,23
5249311	Comércio varejista de artigos para animais, ração e animais vivos para criação doméstica	7	0,15	29	0,20
5244206	Comércio varejista de materiais hidráulicos	7	0,15	21	0,15
5249308	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e "camping"	7	0,15	18	0,13
5030006	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	7	0,15	13	0,09
5010502	Comércio a varejo de automóveis, caminhonetes e utilitários novos	6	0,13	36	0,25
5192600	Comércio atacadista especializado em mercadorias não-especificadas anteriormente	6	0,13	32	0,23
5121707	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	6	0,13	25	0,18
5242603	Comércio varejista de instrumentos musicais e acessório	6	0,13	12	0,08
5231003	Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho	6	0,13	11	0,08
5221302	Comércio varejista de laticínios, frios e conservas	5	0,11	41	0,29
5159499	Comércio atacadista de outros produtos intermediários não agropecuários, não especificados anteriormente	5	0,11	33	0,23
5142001	Comércio atacadista de artigos do vestuário e complementos, exclusive profissionais e de segurança	5	0,11	24	0,17
5030001	Comércio por atacado de peças e acessórios para veículos automotores	5	0,11	22	0,16
5242602	Comércio varejista de artigos fotográficos e cinematográficos	5	0,11	18	0,13
5233702	Comércio varejista de artigos de couro e de viagem	5	0,11	10	0,07
5030005	Intermediários do comércio de peças e acessórios para veículos automotores	5	0,11	7	0,05
5211600	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de venda superior a 5000 metro	4	0,09	468	3,31
5222100	Comércio varejista de doces, balas, bombons, confeitos e semelhantes	4	0,09	27	0,19
5153599	Comércio atacadista de outros materiais para construção	4	0,09	9	0,06
5149799	Comércio atacadista de outros artigos de uso pessoal e doméstico	4	0,09	7	0,05
5139009	Comércio atacadista de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente, com atividade de acondicionamento associad	3	0,06	76	0,54
5141104	Comércio atacadista de artigos de armarinhos	3	0,06	46	0,32
5169103	Comércio atacadista de bombas e compressores	3	0,06	27	0,19
5136503	Comércio atacadista de bebidas com atividade acondicionamento associada	3	0,06	14	0,10
5169102	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos odonto-médico-hospitalares e laboratoriais	3	0,06	12	0,08
5041503	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas	3	0,06	9	0,06
5191800	Comércio atacadista de mercadorias em geral (não-especializado)	3	0,06	8	0,06
5249310	Comércio varejista de objetos de arte	3	0,06	7	0,05
5141103	Comércio atacadista de artigos de cama mesa e banho	3	0,06	6	0,04
5242604	Comércio varejista de discos e fitas	3	0,06	4	0,03
5145401	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos de uso humano	2	0,04	58	0,41
5136599	Comércio atacadista de outras bebidas em geral	2	0,04	39	0,28
5153505	Comércio atacadista de material elétrico para construção	2	0,04	23	0,16
5147002	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	2	0,04	19	0,13
5041502	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	2	0,04	16	0,11
5249312	Comércio varejista de peças e acessórios para eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos, exclusive peças e acessórios para infor	2	0,04	11	0,08
5153503	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	2	0,04	10	0,07
5041504	Comércio de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	2	0,04	8	0,06
5154399	Comércio atacadista de outros produtos químicos	2	0,04	8	0,06
5116000	Intermediários do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de couro	2	0,04	7	0,05
5169199	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para outros usos especificaods anteriormente	2	0,04	7	0,05
5243404	Comércio varejista de artigos de iluminação	2	0,04	4	0,03
5118700	Intermediários do comércio especializado em produtos não-especificados anteriormente	2	0,04	3	0,02
5117900	Intermediários do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	2	0,04	3	0,02
5134900	Comércio atacadista de carnes e produtos da carne	2	0,04	3	0,02
5139008	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	2	0,04	2	0,01
5153506	Comércio atacadista de mármore e granitos	1	0,02	25	0,18
5241803	Farmácia de manipulação	1	0,02	20	0,14
5149703	Comércio atacadista de móveis	1	0,02	10	0,07
5241802	Comércio varejista de de produtos farmacêuto homeopáticos	1	0,02	10	0,07
5163201	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para escritório	1	0,02	6	0,04
5159401	Comércio atacadista de embalagens	1	0,02	6	0,04
5133001	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	1	0,02	5	0,04
5162400	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para o comércio	1	0,02	5	0,04
5163202	Comércio atacadista de equipamentos de informática e comunicação	1	0,02	3	0,02
5144601	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	1	0,02	3	0,02
5145404	Comércio atacadista de prótese e artigos de ortopedia	1	0,02	3	0,02
5145405	Comércio atacadista de produtos odontológicos	1	0,02	3	0,02

CNAE	Descrição - Comércio	Nº Empresas		Nº Funcionários	
		Qtde.	%	Qtde.	%
5149702	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	1	0,02	3	0,02
5115200	Intermediários do comércio de móveis e artigos de uso doméstico	1	0,02	3	0,02
5261202	Comércio varejista de artigos em geral, por televisão, internet e outros meios de comunicação	1	0,02	2	0,01
5133002	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	1	0,02	2	0,01
5250701	Comércio varejista de antiguidades	1	0,02	2	0,01
5229901	Tabacaria	1	0,02	1	0,01
9261403	Gestão de instalações desportivas	1	0,02	1	0,01
5269804	Comércio varejista realizado através de máquinas automáticas	1	0,02	1	0,01
5241805	Comércio varejista de artigos médicos ortopédicos	1	0,02	1	0,01
5010507	Intermediários do comércio de veículos automotores	1	0,02	1	0,01
5245001	Comércio varejista de máquinas e equipamentos para escritório	1	0,02	1	0,01
5041505	Intermediários do comércio de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	1	0,02	1	0,01
5149704	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria, colchoaria, persianas e cortinas	1	0,02	1	0,01
5142003	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	1	0,02	1	0,01
5121701	Comércio atacadista de produtos alimentícios industrializados para animais	1	0,02	1	0,01
5149701	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	1	0,02	1	0,01
5131400	Comércio atacadista de leite e produtos do leite	1	0,02	1	0,01
5146202	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	1	0,02	1	0,01
5137302	Comércio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos	1	0,02	1	0,01
5139005	Comércio atacadista de massas alimentícias em geral	1	0,02	1	0,01
5143800	Comércio atacadista de calçados	1	0,02	1	0,01
5155102	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não metálicas - exclusive de papel e papelão recicláveis	1	0,02	1	0,00
5151903	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	1	0,02	1	0,00

Tabela 7 - Distribuição das empresas **prestadoras de serviços e funcionários** por ramo de atividade CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômica.

OBS.: TABELA ORDENADA PELA COLUNA "NÚMERO DE EMPRESAS"

CNAE	Descrição - Serviços	Nº Empresas		Nº Funcionários	
		Qtde.	%	Qtde.	%
9302501	Cabeleiros	476	12,25	775	3,28
5020201	Serviços de manutenção e reparação de automóveis	346	8,91	847	3,59
9191000	Atividades de organizações religiosas	292	7,52	366	1,55
5279599	Reparação de outros objetos pessoais e domésticos	204	5,25	268	1,14
5271001	Reparação e manutenção de máquinas e de aparelhos eletrodomésticos, exclusive aparelhos telef.	133	3,42	273	1,16
6025901	Serviços de táxis	130	3,35	390	1,65
8513802	Clínica odontológica	118	3,04	204	0,86
5511501	Hotel com restaurante	114	2,93	2138	9,06
7411001	Serviços advocatícios	96	2,47	173	0,73
8513801	Clínica médica	84	2,16	699	2,96
5020203	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos	81	2,08	159	0,67
4521700	Edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços)	78	2,01	897	3,80
6330400	Atividades de agências de viagens e organizadores de viagem	76	1,96	316	1,34
8012800	Educação fundamental	67	1,72	2437	10,33
8011000	Educação pré-escolar	61	1,57	695	2,95
6026702	Transporte rodoviário de cargas em geral, intermunicipal, interestadual e internacional	61	1,57	340	1,44
5020204	Serviços de borracheiros e gomaria	57	1,47	82	0,35
7412801	Atividades de contabilidade	54	1,39	176	0,75
9199500	Outras atividades associativas, não-especificadas anteriormente	49	1,26	218	0,92
7140403	Aluguel de fitas, vídeo, discos, cartuchos e similares	48	1,24	75	0,32
8021700	Educação média de formação geral	44	1,13	1580	6,70
7032700	Administração de imóveis por conta de terceiros	39	1,00	89	0,38
5529800	Outros serviços de alimentação	38	0,98	43	0,18
9302502	Manicures e outros serviços de tratamento de beleza	35	0,90	38	0,16
7499399	Outros serviços prestados principalmente as empresas	34	0,88	92	0,39
6340101	Atividades de despachantes aduaneiros	30	0,77	148	0,63
9262202	Atividades das concessionárias e da venda de bilhetes de loterias	29	0,75	69	0,29
5042300	Manutenção e reparação de motocicletas	27	0,69	51	0,22
6026701	Transporte rodoviário de cargas em geral municipal	24	0,62	73	0,31
5512301	Hotel sem restaurante	21	0,54	208	0,88
9120000	Atividades de organizações sindicais	21	0,54	72	0,31
6321599	Outras atividades auxiliares aos transporte terrestres	20	0,51	119	0,50
2222502	Impressão de material para uso industrial, comercial e publicitário	20	0,51	53	0,22
9239804	Discotecas, danceterias e similares	20	0,51	36	0,15
5272800	Reparação de calçados	20	0,51	23	0,10
8093401	Cursos de língua estrangeira	18	0,46	76	0,32
7491803	Laboratórios fotográficos	18	0,46	50	0,21
9301701	Lavanderias e tinturarias	18	0,46	43	0,18
6321503	Exploração de estacionamento para veículos	18	0,46	25	0,11
6720201	Corretores e agentes de seguros e de planos de previdência privada e de saúde	16	0,41	48	0,20
9261403	Gestão de instalações desportivas	16	0,41	27	0,11
6023201	Transporte rodoviário de passageiros, regular, municipal urbano	15	0,39	956	4,05
7524800	Segurança e ordem pública	15	0,39	598	2,53
8093402	Cursos de informática	15	0,39	77	0,33
9304100	Atividades de manutenção do físico corporal	15	0,39	48	0,20
9309299	Outras atividades de serviços pessoais, não especificados anteriormente	15	0,39	34	0,14
5279501	Chaveiros	15	0,39	23	0,10
6521800	Bancos comerciais	14	0,36	150	0,64
9261405	Academia de ginástica	14	0,36	84	0,36
5279503	Conserto e restauração de artigos de madeira e do mobiliário	14	0,36	27	0,11
4541100	Instalações elétricas	14	0,36	26	0,11
6312603	Depósitos de marcadorias próprias	13	0,33	56	0,24
5511503	Motel (com serviço de alimentação)	13	0,33	55	0,23
7040800	Condomínios prediais	12	0,31	65	0,28
8093499	Outros cursos de educação continuada ou permanente	12	0,31	24	0,10
8511100	Atividades de atendimento hospitalar	11	0,28	571	2,42
7511600	Administração pública em geral	11	0,28	523	2,22
8515404	Serviços de fisioterapia e terapia ocupacional	11	0,28	39	0,17
7440301	Agências de publicidade e propaganda	11	0,28	33	0,14

CNAE	Descrição - Serviços	Nº Empresas		Nº Funcionários	
		Qtde.	%	Qtde.	%
8093404	Cursos ligados à arte e a cultura	11	0,28	31	0,13
5020202	Serviços de manutenção e reparação de caminhões, ônibus e outros veículos	10	0,26	104	0,44
9261401	Clubes sociais, desportivos e similares	10	0,26	98	0,42
2839800	Têmpera, cementação e tratamento térmico do aço, serviços de usinagem, galvanotécnica e solda	10	0,26	21	0,09
5279504	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	10	0,26	11	0,05
8091800	Ensino em auto-escolas e cursos de pilotagem	9	0,23	65	0,28
3611002	Serviços de montagem de móveis de madeira para consumidor final	9	0,23	19	0,08
7460802	Atividades de vigilância e segurança privada	8	0,21	107	0,45
8514602	Atividades dos laboratórios de análises clínicas	8	0,21	41	0,17
7250800	Manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática	8	0,21	35	0,15
7499306	Serviços de decoração de interiores	8	0,21	22	0,09
6420305	Provedores de acesso as redes de telecomunicações	7	0,18	29	0,12
9999903	Atividade não identificada (serviço)	7	0,18	25	0,11
7420902	Serviços técnicos de engenharia	7	0,18	15	0,06
6312602	Outros depósitos de mercadorias para terceiros	7	0,18	14	0,06
8515403	Serviços de psicologia	7	0,18	8	0,03
9262206	Exploração de fliperamas e jogos eletrônicos	7	0,18	8	0,03
9261404	Ensino de esportes	7	0,18	7	0,03
4552702	Serviços de pintura em edificações em geral	7	0,18	6	0,03
8030600	Educação superior	6	0,15	162	0,69
6630300	Planos de saúde	6	0,15	111	0,47
9221500	Atividades de rádio	6	0,15	90	0,38
7513200	Regulação das atividades econômicas	6	0,15	68	0,29
3450900	Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores	6	0,15	50	0,21
8093403	Cursos de aprendizagem e treinamento gerencial e profissional	6	0,15	31	0,13
7416002	Atividades de assessoria em gestão empresarial	6	0,15	27	0,11
9000001	Limpeza urbana - exclusive gestão de aterros sanitários	6	0,15	21	0,09
7110200	Aluguel de automóveis	6	0,15	20	0,08
8520000	Serviços veterinários	6	0,15	19	0,08
8516201	Atividades de terapias alternativas	6	0,15	9	0,04
9500100	Serviços domésticos	6	0,15	6	0,03
9262204	Exploração de outros jogos de azar	6	0,15	6	0,03
7525600	Defesa Civil	5	0,13	234	0,99
7514000	Atividades de apoio à administração pública	5	0,13	102	0,43
6210300	Transporte aéreo, regular	5	0,13	83	0,35
6420301	Telecomunicações por fio	5	0,13	19	0,08
7512400	Regulação das atividades sociais e culturais	5	0,13	16	0,07
4542000	Instalações de sistemas de ar-condicionado, de ventilação e refrigeração	5	0,13	13	0,06
2924602	Instalação, reparação e manutenção de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação de uso industrial	5	0,13	11	0,05
7450001	Seleção e agenciamento de mão de obra	5	0,13	7	0,03
7140401	Aluguel de objetos de vestuários, jóias, calçados e outros acessórios	5	0,13	7	0,03
9231299	Outros serviços especializados ligados as atividades artísticas	5	0,13	4	0,02
6024003	Transporte rodoviário de passageiros, regular, interestadual	4	0,10	131	0,56
6523400	Caixas econômicas	4	0,10	76	0,32
8512000	Atividades de atendimento a urgências e emergências	4	0,10	71	0,30
7440399	Outros serviços de publicidade	4	0,10	27	0,11
7499308	Serviços de cobrança e de informações cadastrais	4	0,10	24	0,10
9112000	Atividades de organizações profissionais	4	0,10	22	0,09
7499307	Serviço de organização de eventos	4	0,10	15	0,06
5279502	Reparação de jóias e relógios	4	0,10	9	0,04
9261402	Organização e exploração de atividades desportivas	4	0,10	8	0,03
7491801	Estúdios fotográficos	4	0,10	5	0,02
4549704	Instalação de anúncios	4	0,10	3	0,01
7523000	Justiça	3	0,08	254	1,08
8095000	Educação especial	3	0,08	112	0,47
6411401	Atividades do Correio Nacional	3	0,08	61	0,26
7230300	Processamento de dados	3	0,08	47	0,20
8515402	Serviços de nutrição	3	0,08	46	0,19
7411002	Atividades cartoriais	3	0,08	43	0,18
7470501	Atividades de limpeza em imóveis	3	0,08	29	0,12
7420901	Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado	3	0,08	27	0,11
9232001	Exploração de salas de espetáculos	3	0,08	24	0,10
8532401	Creches	3	0,08	16	0,07
6559503	Factoring	3	0,08	14	0,06
8514604	Serviços de raio x, radiodiagnóstico e radioterapia	3	0,08	10	0,04
4513600	Grandes movimentações de terra	3	0,08	9	0,04
7210900	Consultoria em sistemas de informática	3	0,08	8	0,03
7031900	Incorporação de imóveis por conta de terceiros	3	0,08	7	0,03

CNAE	Descrição - Serviços	Nº Empresas		Nº Funcionários	
		Qtde.	%	Qtde.	%
4533002	Manutenção de estações e redes de telefonia e comunicação	3	0,08	7	0,03
7220600	Desenvolvimento de programas de informática	3	0,08	6	0,03
5271002	Reparação e manutenção de aparelhos telefônicos	3	0,08	4	0,02
9111100	Atividades de organizações empresariais e patronais	3	0,08	4	0,02
9239803	Academia de dança	3	0,08	3	0,01
4100901	Captação, tratamento e distribuição de água canalizada	3	0,08	2	0,01
4010001	Produção e distribuição de energia elétrica	2	0,05	1589	6,73
9253300	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas	2	0,05	202	0,86
6323199	Outras atividades auxiliares aos transportes aéreos	2	0,05	108	0,46
8531603	Albergues assistenciais	2	0,05	12	0,05
8022500	Educação média de formação técnica e profissional	2	0,05	11	0,05
6322399	Outras atividades auxiliares aos transportes aquaviários	2	0,05	8	0,03
8514601	Atividades dos laboratórios de anatomia patológica/citológica	2	0,05	8	0,03
7450002	Locação de mão-de-obra	2	0,05	7	0,03
4522501	Obras viárias (rodovias, vias férreas e aeroportos)	2	0,05	7	0,03
7499302	Serviços de fotocópias e microfilmagem	2	0,05	7	0,03
6559501	Administração de consórcios	2	0,05	7	0,03
4559401	Instalações de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material, inclusive de esquadrias	2	0,05	4	0,02
9262207	Exploração de parques de diversões e similares	2	0,05	4	0,02
7133100	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios	2	0,05	3	0,01
7010600	Incorporação de imóveis por conta própria	2	0,05	3	0,01
6025906	Transporte escolar	2	0,05	2	0,01
8515405	Serviços de fonoaudiologia	2	0,05	2	0,01
7521300	Relações exteriores	2	0,05	2	0,01
9192800	Atividades de organizações políticas	2	0,05	2	0,01
2911402	Instalação, reparação e manutenção de máquinas motrizes não elétricas	2	0,05	2	0,01
7420999	Outros serviços técnicos especializados	2	0,05	2	0,01
7470502	Serviços de detetização, desratização, descupinização e similares	2	0,05	1	0,00
6323102	Manutenção de aeronaves, exclusive reparação	1	0,03	130	0,55
8516299	Outras atividades relacionadas com a atenção a saúde	1	0,03	110	0,47
6323101	Operação de aeroportos e campos de aterrissagem	1	0,03	91	0,39
6220001	Serviços de taxis aéreos e locação de aeronaves com tripulação	1	0,03	90	0,38
4010005	Distribuição de energia elétrica	1	0,03	75	0,32
9231203	Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	1	0,03	50	0,21
7530200	Seguridade social	1	0,03	35	0,15
9222301	Atividades de televisão aberta	1	0,03	26	0,11
8514606	Serviços de banco de sangue	1	0,03	20	0,08
6420303	Telecomunicações por satélites	1	0,03	20	0,08
6420302	Telecomunicações sem fios	1	0,03	16	0,07
6412200	Outras atividades de correio	1	0,03	12	0,05
8092600	Educação supletiva	1	0,03	12	0,05
8531604	Centros de reabilitação para dependentes químicos com alojamento	1	0,03	11	0,05
6024002	Transporte rodoviário de passageiros, regular, intermunicipal	1	0,03	9	0,04
9303304	Serviços de funerárias	1	0,03	8	0,03
5020205	Serviços de manutenção e reparação de ar condicionado para veículos automotores	1	0,03	8	0,03
8532499	Outros serviços sociais sem alojamento	1	0,03	8	0,03
4100902	Serviço de medição de consumo de água	1	0,03	7	0,03
9262299	Outras atividades relacionadas ao lazer	1	0,03	6	0,03
3720600	Reciclagem de sucatas não-metálicas	1	0,03	6	0,03
3113502	Recuperação de motores elétricos	1	0,03	5	0,02
4559402	Serviço de revestimento e aplicação de resinas em interiores e exteriores	1	0,03	4	0,02
5519099	Outros tipos de alojamentos	1	0,03	4	0,02
7413600	Pesquisas de mercado e de opinião pública	1	0,03	4	0,02
9239899	Outras atividades de espetáculos, não especificados anteriormente	1	0,03	4	0,02
6720202	Peritos e avaliadores de seguros	1	0,03	4	0,02
2932702	Reparação e manutenção de tratores agrícolas	1	0,03	3	0,01
6321502	Operação de pontes, túneis e rodovias	1	0,03	3	0,01
6720204	Clube de seguros	1	0,03	3	0,01
9000099	Outras atividades relacionadas a limpeza urbana e esgoto	1	0,03	3	0,01
2912202	Reparação e manutenção de bombas e carneiros hidráulicos	1	0,03	2	0,01
2929702	Instalação, reparação e manutenção de outras máquinas e equipamentos de uso geral	1	0,03	2	0,01
6611700	Seguros de vida	1	0,03	2	0,01
7139001	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	1	0,03	2	0,01
6534001	Sociedades de crédito imobiliário	1	0,03	2	0,01
7139099	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais, industriais, elétricos ou não, sem operador	1	0,03	1	0,00
9240100	Atividades de agências de notícias	1	0,03	1	0,00
9231202	Outras companhias artísticas, exclusive de teatro	1	0,03	1	0,00
9261499	Outras atividades desportivas	1	0,03	1	0,00

CNAE	Descrição - Serviços	Nº Empresas		Nº Funcionários	
		Qtde.	%	Qtde.	%
9262203	Atividades de sorteios via telefone	1	0,03	1	0,00
7499305	Serviços administrativos para terceiros	1	0,03	1	0,00
7499303	Serviços de contatos telefônicos	1	0,03	1	0,00
7499301	Serviços de tradução, interpretação e similares	1	0,03	1	0,00
7020300	Aluguel de imóveis	1	0,03	1	0,00
7460804	Serviços de transporte de valores	1	0,03	1	0,00
5519002	Camping	1	0,03	1	0,00
5215902	Lojas de variedades de pequeno porte	1	0,03	1	0,00
4559499	Outras obras de acabamento da construção	1	0,03	1	0,00
6535800	Sociedades de crédito, financiamento e investimento	1	0,03	1	0,00
5229903	Peixaria	1	0,03	1	0,00
6524202	Cooperativas de crédito mútuo	1	0,03	1	0,00
9262205	Exploração de boliches	1	0,03	1	0,00
6312601	Aramazéns gerais (emissão de warrants)	1	0,03	1	0,00
6340102	Atividades de comissaria	1	0,03	1	0,00
8531601	Asilos	1	0,03	1	0,00
6028301	Transporte rodoviário de mudanças	1	0,03	1	0,00
3710901	Reciclagem de sucatas de alumínio	1	0,03	1	0,00

GRÁFICO 9

Número médio de **Funcionários por Empresa**

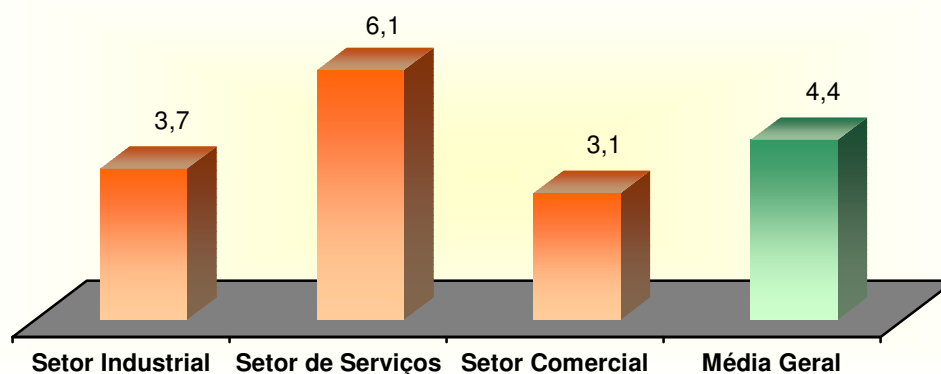


Tabela 8 - Distribuição das **empresas** e **funcionários** por bairro:

OBS.: TABELA ORDENADA PELA COLUNA “NÚMERO DE EMPRESAS”

Bairro/Região	Número empresas		Nº de funcionários atuais	
	Qtde	%	Qtde	%
▪ Centro	1809	20,22	11644	29,57
▪ Portes	764	8,54	2468	6,27
▪ Três Lagoas	357	3,99	1202	3,05
▪ Yolanda	320	3,58	2323	5,90
▪ Morumbi	312	3,49	839	2,13
▪ Maracanã	266	2,97	1710	4,34
▪ Morumbi II	255	2,85	578	1,47
▪ das Flores	255	2,85	531	1,35
▪ São Paulo	253	2,83	1015	2,58
▪ Portal da Foz	211	2,36	442	1,12
▪ Profilurb II	154	1,72	315	0,80
▪ Ouro Verde	138	1,54	299	0,76
▪ Campos do Iguaçu	136	1,52	334	0,85
▪ Morumbi III	122	1,36	562	1,43
▪ Petrópolis	114	1,27	345	0,88
▪ Vila "c" nova	110	1,23	428	1,09
▪ Porto Belo	106	1,19	275	0,70
▪ Lancaster	103	1,15	327	0,83
▪ Pérola	98	1,10	526	1,34
▪ América	94	1,05	344	0,87
▪ Central	93	1,04	652	1,66
▪ Santa Rosa	90	1,01	374	0,95
▪ Presidente	82	0,92	332	0,84
▪ Três Bandeiras	80	0,89	164	0,42
▪ CR 1	76	0,85	454	1,15
▪ Karla	75	0,84	180	0,46
▪ Jardim Jupira	74	0,83	277	0,70
▪ Bairro não informado	74	0,83	105	0,27

Bairro/Região	Número empresas		Nº de funcionários atuais	
	Qtde	%	Qtde	%
▪ Laranjeiras	71	0,79	147	0,37
▪ Dourado	70	0,78	139	0,35
▪ Profilurb I	68	0,76	368	0,93
▪ Imperatriz	63	0,70	593	1,51
▪ Vila "c" velha	58	0,65	132	0,34
▪ Vila c	57	0,64	252	0,64
▪ Borges	56	0,63	149	0,38
▪ Morenita	56	0,63	79	0,20
▪ São Miguel	49	0,55	96	0,24
▪ Paraguaia	48	0,54	190	0,48
▪ Lago do Cisne	48	0,54	121	0,31
▪ Nacional	48	0,54	103	0,26
▪ Conjunto A	46	0,51	300	0,76
▪ Paraná	46	0,51	114	0,29
▪ Itália	46	0,51	69	0,18
▪ Santa Rita	43	0,48	143	0,36
▪ São Sebastião	42	0,47	80	0,20
▪ Presidente II	39	0,44	119	0,30
▪ Novo Mundo	39	0,44	91	0,23
▪ Manaus	39	0,44	72	0,18
▪ Cidade Nova	38	0,42	235	0,60
▪ Tarobá	37	0,41	171	0,43
▪ Boicy	37	0,41	129	0,33
▪ Jardim Alice II	37	0,41	65	0,17
▪ Claudia	37	0,41	46	0,12
▪ Panorama	36	0,40	118	0,30
▪ Vila a	33	0,37	2349	5,97
▪ Califórnia	31	0,35	74	0,19
▪ Carimã	31	0,35	49	0,12
▪ Tropical	31	0,35	24	0,06
▪ das Nações	29	0,32	197	0,50
▪ Cohapar II	28	0,31	77	0,20
▪ Belvedere II	28	0,31	74	0,19
▪ Europa	28	0,31	42	0,11
▪ Três Fronteiras	27	0,30	68	0,17
▪ Libra III	26	0,29	57	0,14
▪ Amazonas	24	0,27	87	0,22
▪ Padre Monte	23	0,26	346	0,88
▪ Universitário	23	0,26	127	0,32
▪ Boa Esperança	22	0,25	151	0,38
▪ Adriana II	22	0,25	25	0,06
▪ Madre Tereza	21	0,23	45	0,11
▪ Miranda	21	0,23	36	0,09
▪ União	20	0,22	30	0,08
▪ Brasília	19	0,21	44	0,11
▪ Bela Vista	18	0,20	37	0,09
▪ Cohapar III	17	0,19	45	0,11
▪ São Roque	17	0,19	22	0,06
▪ Itajuba	16	0,18	50	0,13
▪ Esmeralda	16	0,18	37	0,09
▪ Ana Cristina	16	0,18	31	0,08
▪ Itamaraty	14	0,16	55	0,14
▪ Copacabana	14	0,16	38	0,10

Bairro/Região	Número empresas		Nº de funcionários atuais	
	Qtde	%	Qtde	%
▪ Três Pinheiros	14	0,16	23	0,06
▪ Pilar Campestre	13	0,15	149	0,38
▪ Jardim Canada II	13	0,15	58	0,15
▪ Itaipu	13	0,15	38	0,10
▪ Morenitas II	13	0,15	18	0,05
▪ Guarapuava	12	0,13	27	0,07
▪ Palmeiras	12	0,13	22	0,06
▪ Plaza	12	0,13	22	0,06
▪ Polônia	12	0,13	16	0,04
▪ São Luiz	12	0,13	16	0,04
▪ Curitiba IV	12	0,13	15	0,04
▪ Bela Vista II	12	0,13	14	0,04
▪ Curitiba	12	0,13	13	0,03
▪ Florença	12	0,13	12	0,03
▪ Ipe I	11	0,12	137	0,35
▪ Morumbi IV	11	0,12	14	0,04
▪ Sohab	11	0,12	12	0,03
▪ Parque Industrial	9	0,10	39	0,10
▪ Patriarca	9	0,10	12	0,03
▪ Princesa Diana	9	0,10	10	0,03
▪ das Bandeiras	8	0,09	32	0,08
▪ Lindóia	8	0,09	30	0,08
▪ Cristina	8	0,09	24	0,06
▪ Mônaco	8	0,09	24	0,06
▪ São Rafael	8	0,09	14	0,04
▪ 1º de Maio	8	0,09	11	0,03
▪ São Bento	7	0,08	19	0,05
▪ Beverly Falls Park	7	0,08	9	0,02
▪ Curitiba III	7	0,08	7	0,02
▪ Dona Leila	7	0,08	6	0,02
▪ Jardim Polo Centro	6	0,07	251	0,64
▪ Elisa I	6	0,07	36	0,09
▪ Santa Cecília	6	0,07	20	0,05
▪ Soledad	6	0,07	14	0,04
▪ Monjolo	5	0,06	307	0,78
▪ Iguaçú	5	0,06	202	0,51
▪ Bom Jesus	5	0,06	18	0,05
▪ Resistência	5	0,06	8	0,02
▪ Vitória	5	0,06	8	0,02
▪ Estrela	5	0,06	7	0,02
▪ São João	4	0,04	51	0,13
▪ Veneza	4	0,04	12	0,03
▪ Residencial Aporã	4	0,04	10	0,03
▪ Aurora	4	0,04	6	0,02
▪ Brás	4	0,04	6	0,02
▪ União Cidade Nova II	4	0,04	5	0,01
▪ Militar	4	0,04	4	0,01
▪ Monsenhor Guilherme	4	0,04	4	0,01
▪ Curitiba II	4	0,04	3	0,01
▪ Califórnia II	3	0,03	7	0,02
▪ Conjunto Residencial Yang Ming	3	0,03	7	0,02
▪ Eliza II	3	0,03	5	0,01
▪ Independente	3	0,03	4	0,01

Bairro/Região	Número empresas		Nº de funcionários atuais	
	Qtde	%	Qtde	%
▪ Lancaster IV	3	0,03	4	0,01
▪ Vasco da Gama	3	0,03	3	0,01
▪ Rose Magalhães	3	0,03	2	0,01
▪ Boa Vista	2	0,02	30	0,08
▪ Libra	2	0,02	12	0,03
▪ Rafael II	2	0,02	4	0,01
▪ Ipanema	2	0,02	2	0,01
▪ Lagoa Vermelha	2	0,02	2	0,01
▪ Lancaster II	2	0,02	2	0,01
▪ Lancaster V	2	0,02	2	0,01
▪ Libra IV	2	0,02	2	0,01
▪ Nossa Senhora da Luz	2	0,02	2	0,01
▪ Portomeira	2	0,02	2	0,01
▪ Adriana	2	0,02	0	0,00
▪ Eldorado	1	0,01	75	0,19
▪ Soledad II	1	0,01	3	0,01
▪ Dom Pedro I	1	0,01	1	0,00
▪ Dom Ricardo	1	0,01	1	0,00
▪ Horto	1	0,01	1	0,00
▪ Ipe II	1	0,01	1	0,00
▪ Jardim Dona Fátima Osman	1	0,01	1	0,00
▪ Lancaster III	1	0,01	1	0,00
▪ Linear	1	0,01	1	0,00
▪ Satélite	1	0,01	1	0,00
▪ Social II	1	0,01	1	0,00
▪ Veraneio	1	0,01	1	0,00

11. Análise dos Dados Obtidos

EMPRESAS

O município de Foz do Iguaçu caracteriza-se por empresas do setor terciário (Comércio e Serviços), ou seja, 95,1% das empresas catalogadas neste Censo Econômico.

De cada 10 empresas 5 são informais, ou seja, não possui registros nos órgãos competentes, e 5 são formais.

O maior grau de informalidade foi observado nas empresas industriais chegando a 54,9%, seguido das empresas comerciais 51,8% e das prestadoras de serviços com o índice de 43,2%;

As empresas públicas representam 2,4% do total de empresas catalogadas no município;

As chamadas micro e pequenas empresas totalizam 99% das empresas cadastradas neste censo econômico.

Isoladamente por ramo de atividade o setor **industrial** se destaca em três atividades: **Fabricação de esquadrias de metal**, 116 diferentes atividades econômicas registradas neste Censo, seguida de **Fabricação para produtos de padaria, confeitaria e pastelaria**, 93 diferentes atividades observadas e por último a **Confeção de peças de vestuário** com 55 atividades.

No setor **comercial** lideram as **lanchonetes e similares** com 1101 empresas catalogadas, seguidos dos mini-mercados com 707 empresas e **comércios de artigos do vestuário e complementos**, somando 417 estabelecimentos.

No setor de **serviços**, observamos cerca de 476 empresas voltadas ao **serviço de cabeleireiros e tratamento de beleza em geral** e em segundo lugar neste setor, foram observados 346 empresas voltadas a **manutenção e reparação de veículos automotores** (leves e pesados),

Funcionários

O Censo Econômico identificou 39.378 postos de trabalho.

Os funcionários estão assim distribuídos: 4,1% estão nas indústrias, 36,0% nas empresas voltadas ao comércio em geral e 59,9% nas atividades de prestação de serviços;

As empresas informais abrigam 14,3% da força de trabalho do município, ou seja, 5.627 pessoas estão gerando trabalho e renda através das empresas informais;

O setor público emprega 17,9% dos funcionários do município e a iniciativa privada outros 82,1%;

As micro e pequenas empresas são responsáveis por 65,9% dos empregos gerados no município.

O setor de serviços é o que detêm o maior número de empregados por estabelecimento, representando em média 6,1 funcionários por empresa, seguido do setor industrial com a média de 3,7 funcionários por empresa, e do setor comercial com 3,1 funcionários por empresa.

No setor **industrial** o segmento que mais abriga funcionários é da **panificação, esquadrias de metal e confecção de roupas do vestuário**.

No setor **comercial** destacaram-se as atividades voltadas a **lanchonetes e similares, mini-mercados e comércio de roupas**, com o maior número de funcionários.

No setor de **serviços** observou-se uma grande concentração de funcionários nas áreas de **educação, hotelaria e transporte**.

CADASTRAMENTO, ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES DE EMPRESAS:

O cadastramento das empresas do município, conforme discriminado neste trabalho ocorreu durante um período definido e que gerou o presente relatório apresentado um retrato do potencial econômico, composição e demais características.

Em anexo está disponibilizada uma ficha cadastral que tem como objetivo o cadastramento de novas empresas, empresas que porventura não tenham sido incluídas no presente banco de dados ou ainda para possíveis alterações ou atualizações de dados.

Para tanto basta realizar o preenchimento da mesma encaminhando a Associação Comercial e Industrial de Maringá, através de carta, por fax ou entregando pessoalmente.

Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu
Rua Padre Montoya, 490
CEP: 85.851-080
Tel: (045) 523-1151

Quaisquer dúvidas e/ou esclarecimentos solicitamos manterem contato pelos meios acima ou pessoalmente.

É importante termos informações atualizadas dos setores produtivos de nosso município, participem, informem quaisquer alterações! O gerenciamento das necessidades e oportunidades ficam mais fáceis se possuímos informações, podemos dar melhor direcionamento e identificar novas oportunidades.

CENSO ECONÔMICO

1. Tipo: Formal Informal
 2. Forma: Pública Privada
 3. Unidades: Matriz Filial Estabelecimento único
 4. Setor: Indústria Comércio Prestadoras de Serviço
 5. Finalidade: Com fins lucrativos Sem fins lucrativo
 6. CGC:

9. Razão Social:			
10. Nome Fantasia:			
11. Fundação (mês/ano):		12. Número de Funcionários:	
13. CNAE:		14. Descrição da atividade econômica:	
15. Endereço Completo:			
16. Bairro:		17. Município:	/PR 17. CEP: -
18. Telefone 1:	19. Telefone 2:	20. Fax:	
21. Email:			
22. Nome dos Proprietários:			
23. Nome do Gerente Administrativo/Financeiro:			

Se a empresa for do SETOR INDUSTRIAL responder os campos 24, 25 e 26.

24. Informação sobre **produtos acabados** - média mensal

Por ordem de importância			Destino da produção em %			
Descrição dos produtos	Quant. Mês	Un. Medida	Município Região	Estado	Brasil	Exterior
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						

25. Informação sobre **matérias-primas** - média mensal

Por ordem de importância			Origem das compras %			
Descrição das matérias- primas compradas	Quant. Mês	Un. Medida	Município Região	Estado	Brasil	Exterior
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						

26. Informação sobre **resíduos** - média mensal

a indústria não gera resíduo.

a indústria gera os resíduos abaixo relacionados, mas não aproveita, vai para o lixo.

a indústria gera os resíduos abaixo relacionados e reaproveita.

Por ordem de importância			Destino dos resíduos em %			
Descrição dos resíduos gerados	Quant. Mês	Un. Medida	Município Região	Estado	Brasil	Exterior
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						

Se a empresa for do SETOR COMERCIAL responder o campo 27 e 28.

27. Informação sobre **mercadorias vendidas** - média mensal

Por ordem de importância			Destino das mercadorias %			
Descrição das mercadorias vendidas	Quant. Mês	Un. Medida	Município Região	Estado	Brasil	Exterior
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						

28. Informação sobre a origem das **mercadorias adquiridas** - média mensal

Por ordem de importância			Origem das compras %			
Descrição das mercadorias adquiridas	Quant. Mês	Un. Medida	Município Região	Estado	Brasil	Exterior
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						

Se a empresa for do SETOR DE SERVIÇOS E/OU PROFISSIONAL LIBERAL responder o campo 29.

29. Informação sobre **serviços prestados** - média mensal

Por ordem de importância			Destino dos serviços em %			
Descrição dos serviços prestados	Quant. Mês	Un. Medida	Município Região	Estado	Brasil	Exterior
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						

30. Número previsto de funcionários para o próximo ano: _____

31. Nome do Informante _____

32. Cargo na empresa: _____

33. Situação da entrevista caso não tenha conseguido falar com alguém da empresa:

Empresa não Localizada Desativada Fechada Recusou preencher Outro motivo

Entrevistado por: _____

Data: _____

Pesquisador não preencher este campo: Porte micro pequena média grande

12. Realização do Censo Econômico

Realização

ACIFI

Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu

Governo do Estado do Paraná

Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

Secretaria de Educação - Núcleo Regional de Ensino

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

SEBRAE-PR

Serviço de Apoio às Pequenas Empresas do Paraná

Itaipu Binacional

Execução

CEPPE

Pesquisas de Mercado e Planejamento Empresarial

Data

Fevereiro de 2002